



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA



FACULDADE DE ARQUITETURA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO  
ESPECIALIZAÇÃO EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO E DIREITO À CIDADE  
RESIDÊNCIA PROFISSIONAL EM ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA

## Trabalho de Conclusão

# CONHECER PARA RESISTIR:

Ações educativas na Ocupação Guerreira Maria Felipa  
para proposições relativas às Questões Urbanas

Taiane de Cerqueira Moreira, Urbanista, Profissional Residente AU+E/UFBA

Prof<sup>a</sup> Dra. Thaís Troncon Rosa, Tutora

Trabalho apresentado ao Curso de Especialização em Assistência Técnica Habitação e Direito à Cidade, como requisito de conclusão do curso, para obtenção do título de especialista e implantação do projeto experimental de Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia, integrado ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Arquitetura, com apoio da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia.

SALVADOR/BA  
Dezembro de 2018

**CRÉDITOS DA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA**

**Autoria:**

Taiane de Cerqueira Moreira, Urbanista, Profissional Residente AU+E/UFBA  
Profª Dra. Thaís Troncon Rosa, Tutora

**Colaboração:**

Prof. Ms. Daniel Marostegan e Carneiro  
Profª. Dra. Elisamara de Oliveira Emiliano  
Prof. Dr. Luiz Roberto Santos Moraes  
Jéssica de Santana Macêdo  
Ludmila Regina Vale da Conceição  
Rodrigo Machado Carvalho  
Vanessa Dantas  
Larissa Moraes (Estagiária)  
Leonardo Stanziola (Bolsista PaexDOC)  
Gabriela Ferreira (Bolsista PaexDOC)  
Mestranda Assistente Social Carina Alves

**Apoio:**

Movimento dos Sem Teto da Bahia (MSTB)

## **SESSÃO DE AVALIAÇÃO DO TRABALHO FINAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA:**

**Data:** 12 de novembro de 2018

**Local:** Residência AU+E - Faculdade de Arquitetura/UFBA

**Residente:** Taiane de Cerqueira Moreira, Urbanista, Profissional Residente AU+E/UFBA

**Título:** CONHECER PARA RESISTIR: Ações Educativas na Ocupação Guerreira Maria Felipa para proposições relativas às Questões Urbanas

### **Membros da Banca:**

**Tutor(a):** Thaís Troncon Rosa

**Membro Interno:** Elisamara de Oliveira Emiliano

**Membro Externo:** Thaís de Miranda Rebouças

### **Representantes da Comunidade:**

Maria Lucianne Lobato Ferreira (Lôra), liderança da Ocupação Guerreira Maria Felipa e coordenadora estadual do MSTB

### **Representantes institucionais:**

Wagner Moreira Campos, Bacharel em Direito, Doutorando em Arquitetura e Urbanismo - Coordenador do IDEAS - Assessoria Popular

## APRESENTAÇÃO

O presente trabalho é resultado da assistência técnica, desenvolvida nos anos de 2017 e 2018, como atuação prática que constitui o Curso de Especialização em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade – Residência AU+E/UFBA em sua terceira turma. A Assistência Técnica dentro da Universidade Federal da Bahia (UFBA) se constitui por meio da Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia, implantada em 2011 como pós-graduação *lato sensu*. A residência em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade foi inspirada nas residências existentes e já consolidadas na área de saúde e teve como objetivo pôr em prática a Lei de Assistência Técnica, nº 11.888/2008. O trabalho de assistência técnica foi desenvolvido de forma participativa junto aos moradores da Ocupação Guerreira Maria Felipa, no Bairro Jardim das Margaridas na cidade de Salvador, Bahia pela equipe de residentes profissionais, composta por 1 engenheira ambiental, 1 assistente social, 1 urbanista e 2 arquitetos urbanistas, sob orientação dos professores tutores da Residência AU+E/UFBA, com apoio do Movimento dos Sem Teto da Bahia. A proposta aqui apresentada, tem como objetivo promover a formação e capacitação dos moradores da Ocupação Guerreira Maria Felipa por meio da assistência técnica interdisciplinar como prescrito na Lei nº 11.888/2008, a fim de desenvolver autonomia individual e coletiva, visando ampliar e garantir os direitos sociais e urbanos conforme preconiza a CF/1988 e o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001).

## AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho aos meus pais Cristina Maria de Cerqueira Moreira e Manoel do Rosário Moreira Junior obrigada por todo amor, apoio, incentivo que me permite ser uma pessoa melhor a cada dia, agradeço a vocês também pelo suporte no processo de construção deste trabalho abraçando também a minha equipe para as nossas infinitas reuniões. Agradeço também a minha equipe, Ludmila, Jéssica, Rodrigo e Vanessa por todo apoio e comprometimento na construção deste trabalho. Agradeço especialmente a Lud e Jel que deixaram de ser apenas colegas de curso para se tornarem minhas grandes amigas, o que seria de mim sem as nossas risadas, loucuras, pelas comidas (kkk), principalmente os bolos de Jel e brigadeiros de Lud? Ah não podemos esquecer dos momentos de descompressão no Santo Antonio! Agradeço a *mon professeur monsieur* Carlos Tadeu, pela paciência com os meus desabafos e pelos incríveis papos sobre educação e psicanálise. A Sheu, Si, Leti, Moni e Dani agradeço por me aguentarem mesmo depois de furar todos os eventos possíveis porque tinha que estudar ou trabalhar esse ano. Ao meu casal predileto, Moa e Vivi, que falta fez não ter a casa de vocês pra relaxar nesse processo todo, obrigada por todo carinho e por todas as vezes que me salvam mesmo à distância, amo vocês. Também não posso deixar de agradecer a minha tutora, Thaís Troncon Rosa por todos os conselhos e puxões de orelha, que deixavam a minha cabeça fervilhando de ideias a cada reunião e ao professor Daniel Marostegan e Carneiro, sem vocês esse trabalho não chegaria até aqui. Aos moradores da Ocupação Guerreira Maria Felipa que me ensinam a cada visita e reunião, obrigada pelo acolhimento e pelas conversas! Muito Obrigada!

## RESUMO

O presente trabalho é o resultado da assistência técnica, desenvolvida nos anos de 2017 e 2018, como atuação prática que constitui o Curso de Especialização em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade – Residência AU+E/UFBA em sua terceira turma. Teve por objetivo promover a formação e capacitação dos moradores da Ocupação Guerreira Maria Felipa, a fim de desenvolver autonomia individual e coletiva, visando ampliar e garantir os direitos sociais e urbanos conforme preconiza a CF/1988 e o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), por meio da assistência técnica interdisciplinar como prescrito na Lei nº 11.888/2008. A Ocupação faz parte do núcleo Força e Luta do Movimento dos Sem Teto da Bahia (MSTB), e fica localizada no bairro Jardim das Margaridas em Salvador, um bairro que se tornou zona urbana de Salvador a partir do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) lei nº 7.400/2008. A equipe de trabalho composta por Engenheira Ambiental e Sanitarista, Assistente Social, Arquiteto Urbanista, Urbanista e Arquiteta Urbanista, agiu na Ocupação Guerreira Maria Felipa a partir de demandas apresentadas pelos moradores em um eixo coletivo, a Educação Não-Formal, subdividido em cinco individuais abraçados por cada residente, respectivamente, Saneamento Ambiental, Geração de Renda, Regularização Fundiária, Questões Urbanas e Espaços Comuns. Este trabalho trata inicialmente dos aspectos trabalhados coletivamente, para em seguida abordar diagnósticos, objetivos e propostas do eixo Questões Urbanas. A metodologia fundamentou-se na participação comunitária, as principais atividades foram a elaboração do diagnóstico por meio de levantamento de dados primários, visitas de campo, oficinas, ações educativas, assim como, atividades lúdicas e práticas. As propostas de intervenção objetivam estimular a autonomia dos moradores na garantia da efetivação dos seus direitos sociais e urbanos, utilizando de metodologias participativas e uma ação continuada de formação cidadã e comunitária por meio de temáticas relacionadas ao urbano como forma de alcançar o direito à cidade.

**Palavras-chave:** Educação, Assistência Técnica, Movimento dos Sem Teto da Bahia, Participação, Questões Urbanas.

## **ABSTRACT**

The present work is the result of technical assistance, developed in the years 2017 and 2018, as a practical action that constitutes the Specialization Course in Technical Assistance for Housing and the Right to the City - Residence AU + E/UFBA in its third class. The objective was to promote the training and qualification of the dwellers of the Warrior Maria Felipa Occupation, in order to develop individual and collective autonomy, aiming at broadening and guaranteeing social and urban rights as recommended by Federal Constitution of 1988 and Statute of the City (Law No. 10,257/2001), through interdisciplinary technical assistance as prescribed in Law No. 11888/2008. The Occupation is part of the core Strength and Struggle of the Homeless Movement of Bahia (MSTB) and is located in the neighborhood Jardim das Margaridas in Salvador, a neighborhood that became part of the urban zone of Salvador in the Urban Development Master Plan (PDDU) Law No. 7,400/2008. The work team composed of an Environmental and Sanitary Engineer, a Social Worker, an Urbanist Architect, an Urbanist and an Urbanistic Architect, acted in the Warrior Maria Felipa Occupation based on demands presented by the residents in a collective axis, Non-Formal Education, subdivided into five individual axis embraced by each resident, respectively, Environmental Sanitation, Generation of Income, Land Regularization, Urban Issues and Common Spaces. This paper initially deals with aspects that have been worked on collectively, and then discusses diagnoses, objectives, and proposals of the Urban Issues axis. The methodology was based on community participation, the main activities were the elaboration of the diagnosis through primary data collection, field visits, workshops, educational actions, as well as ludic and practical activities. The intervention proposals aim to stimulate the autonomy of the residents in guaranteeing the realization of their social and urban rights, using participatory methodologies and a continuous action of citizen and community formation through themes related to the urban as a way of reaching the right to the City.

**Key words:** Education, Technical Assistance, Movement of the Homeless of Bahia, Participation, Urban Issues.

## **LISTA DE SIGLAS**

BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico  
BNH - Banco Nacional da Habitação  
CAPS - Centro de Atenção Psicossocial  
CEO - Centro de Especialidades Odontológicas  
CIA - Centro Industrial de Aratu  
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social  
CSM - Centro de Saúde Mental  
CTA - Centro de Testagem e Aconselhamento  
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos  
DPU Bartlett Development Planning Unit da Universidade de Londres  
EDUFBA - Editora da Universidade Federal da Bahia  
EJA - Educação para Jovens e Adultos  
EPUCS - Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador  
FABS - Federação das Associações de Bairros de Salvador  
FAUFBA - Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia  
HIS - Habitação de Interesse Social  
IAPI - Instituto de Aposentados e Pensionistas da Indústria  
IDEAS Assessoria Popular - Instituto de Desenvolvimento e Ações Sociais  
LBD - Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
MDF - Movimento de Defesa dos Favelados  
MEI - Microempreendedor Individual  
MP-BA - Ministério Público do Estado da Bahia  
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
MSTB - Movimento Sem Teto da Bahia  
MSTS - Movimento dos Sem Teto de Salvador  
MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto  
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento  
PAC-UAP - Programa de Aceleração do Crescimento Urbanização de Assentamentos Precários  
PaexDOC - Programa de Apoio à Extensão Docente  
PAP - Pronto Atendimento Psiquiátrico  
PDDU - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador  
PEDRMS - Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador  
PIB - Produto Interno Bruto  
PLANDURB - Plano de Desenvolvimento Urbano de Salvador

PMCMV - Programa Minha Casa, Minha Vida  
PNAD - Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios  
PNH - Plano Nacional de Habitação  
PROEJA - Programa de Educação Jovens e Adultos  
PROSUB - Educação Profissional Subsequente ao Ensino Médio  
RAU+E - Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo, Engenharia e afins  
SAE - Serviço de Assistência Especializada  
Semob - Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana  
SNHIS - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social  
SRT - Serviço de Residência Terapêutica  
STEC - Subsistema de Transporte Especial Complementar  
SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste  
SUS - Sistema Único de Saúde  
TFG - Trabalho Final de Graduação  
UAO - Unidade de Atendimento Odontológico  
UBS - Unidade Básica de Saúde  
UFBA - Universidade Federal da Bahia  
UPA - Unidade de Pronto Atendimento  
USF - Unidades de Saúde da Família  
VLT - Veículo Leve sobre Trilhos

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Entrada do Casarão da Ocupação Guerreira Maria Felipa .....	21
Figura 2 - Croqui da implantação da Ocupação Guerreira Maria Felipa .....	22
Figura 3 - Cemitério Clandestino noticiado em Jornais .....	24
Figura 4 - Mapa de Localização da Ocupação Guerreira Maria Felipa .....	28
Figura 5 - Moradores na Oficina do Mapeamento .....	29
Figura 6 - Panfleto deixado na casa dos moradores que não foram encontrados para realização do Cadastro Socioeconômico (contatos dos residentes foram suprimidos) .....	30
Figura 7 - Implantação da Ocupação Guerreira Maria Felipa.....	31
Figura 8 - Visão frontal do Casarão.....	31
Figura 9 - Pequeno Anexo, com previsão para posto de saúde.....	32
Figura 10 - Gráfico de moradores por idade e gênero .....	33
Figura 11 - Gráfico Escolaridade da população da Guerreira Maria Felipa.....	35
Figura 12 - Calçada na Rua Joaquim Ferreira .....	38
Figura 13 - Calçada na Rua Joaquim Ferreira em frente ao muro da Ocupação Guerreira Maria Felipa.....	38
Figura 14 - Exemplo de trajeto feito pelo microônibus do sistema STEC entre o bairro de São Marcos, passando pela Ocupação Guerreira Maria Felipa, chegando no Conjunto Bosque das Bromélias .....	40
Figura 15 - Trajeto feito pelo ônibus do sistema Integra entre o Conjunto Bosque das Bromélias, passando pela Ocupação Guerreira Maria Felipa, chegando na Estação Mussurunga.....	40
Figura 16 - Pontos de venda Bilhete Avulso Salvador Card.....	41
Figura 17 - Modificações previstas de acordo com o PlanMob Salvador .....	42
Figura 18 - Equipamentos educacionais utilizados pelos moradores com raio de abrangência da Ocupação Guerreira Maria Felipa.....	44
Figura 19 - Localização das Escolas Municipais Bosque das Bromélias e Jardim das Margaridas em relação à Ocupação Guerreira Maria Felipa.....	45
Figura 20 - Unidades de Saúde da Família do Distrito Sanitário de Itapuã .....	46
Figura 21 - Unidade de Saúde da Família Jardim das Margaridas .....	47
Figura 22 - Localização da USF Jardim das Margaridas em relação à Ocupação Guerreira Maria Felipa.....	48
Figura 23 - Unidades Básicas de Saúde do Distrito Sanitário de Itapuã .....	49
Figura 24 - Unidade de Pronto Atendimento do Distrito Sanitário de Itapuã .....	50
Figura 25 - Centro de Especialidades Odontológicas do Distrito Sanitário de Itapuã.....	51
Figura 26 - Centro de Atendimento Psicossocial do Distrito Sanitário de Itapuã.....	52
Figura 27 - Foto da Rua Joaquim Ferreira em frente à Ocupação Guerreira Maria Felipa com poste no meio da rua .....	54
Figura 28 - Foto da Rua Joaquim Ferreira em frente à Ocupação Guerreira Maria Felipa após colisão e mudança da posição do poste .....	55
Figura 29 - Postes improvisados da Ocupação Guerreira Maria Felipa .....	56
Figura 30 - Rua da Ocupação Guerreira Maria Felipa onde está localizado o bar de D. Maria.....	56
Figura 31 - Lotes Vazios, Quadras dos Residenciais PMCMV e comércios espontâneos.....	58
Figura 32 - Mapa de serviços por raio de abrangência da Ocupação Guerreira Maria Felipa.....	61
Figura 33 - Panfleto utilizado para divulgar a Oficina da Cartografia na Ocupação ..	68

Figura 34 - Símbolos utilizados para representar as questões propostas na Oficina de Cartografia.....	69
Figura 35 - Mapa ilustrativo da configuração espacial da Ocupação Guerreira Maria Felipa.....	69
Figura 36 - Aproximação de moradores com o mapa .....	70
Figura 37 - Mesa com grupo das questões relacionadas à saneamento trabalho e renda .....	70
Figura 38 - Marcações feita sobre o papel manteiga na Oficina da Cartografia.....	71
Figura 39 - Itens da Cesta Básica segundo o DIEESE por região .....	72
Figura 40 - Tabela construída com os moradores com base na tabela do DIEESE..	73
Figura 41 - Oficina Moradia é só Casa?.....	74
Figura 42 - Materiais usados na Oficina O que queremos para o Casarão?.....	76
Figura 43 - Mapa dos Desejos .....	77
Figura 44 - Moradores na Ação Educativa de Saneamento .....	78
Figura 45 - Resultados da Ação Educativa de Saneamento .....	79
Figura 46 - Ação Educativa Espaços Comuns .....	80
Figura 47 - Ação Educativa Regularização Fundiária .....	81
Figura 48 - Ação Educativa Questões Urbanas .....	83
Figura 49 - A pirâmide inversa do tráfego .....	86
Figura 50 - Comparação de ruas que priorizam os veículos motorizados individuais (amarelo) com ruas que priorizam os pedestres, ciclistas e meios de transporte coletivos (verde) .....	87
Figura 51 - Representação de infraestrutura.....	88
Figura 52 - Ação Educativa Geração de Renda .....	90
Figura 53 - Banda do Circuito Cultural Música .....	92
Figura 54 - Lateral do Casarão com citação de moradora da Ocupação .....	94
Figura 55 - Imagem da animação Consciente Coletivo Instituto Akatu .....	95
Figura 56 - Exibição do filme no Circuito Cultural Cinema .....	95
Figura 57 - Separação de pneus para construção do Mão na Massa .....	97
Figura 58 - Crianças participando da construção do Mão na Massa.....	98
Figura 59 - Construção do Mão na Massa .....	98
Figura 60 - Finalização da construção Mão na Massa .....	99
Figura 61 - Cronograma de atividades na Ocupação Guerreira Maria Felipa em 2019 .....	101

## LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 - Responsável pelo lar por gênero e número de moradores por casa.....	34
Tabela 2 - Cor de pele dos moradores.....	34
Tabela 3 - Moradores que sabem ler e escrever na Ocupação Guerreira Maria Felipa .....	36
Tabela 4 - Moradores que estudam ou não estudam por faixa etária na Ocupação Guerreira Maria Felipa.....	36
Quadro 1 - Unidades da rede municipal de saúde que oferecem atendimento a todos os cidadãos .....	52
Quadro 2 - Quadro de equipe para desenvolvimento do projeto.....	102

**Identificação da Ocupação**

Ocupação Guerreira Maria Felipa

**Nome do bairro e localidade**

Jardim das Margaridas, Salvador - Bahia

**Nome da(s) Associação(ções) Parceira(s), Personalidade Jurídica, cópia de inscrição**

MSTB - Movimento Sem Teto da Bahia; IDEAS Assessoria Popular - Instituto de Desenvolvimento e Ações Sociais; CNPJ: 27.357.478/0001-20; Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia - Departamento de Engenharia de Agrimensura e Cartográfica.

**Endereço completo e Telefone/E-mail/ Website/ Blog da(s) Associação(ções)**

IDEAS Assessoria Popular - Ladeira dos Barris, nº145, Barris, Salvador, Bahia. CEP 40070310, Brasil. Telefone de contato: (71) 93654762 / (71) 87745053

**Nome e função do representante legal, cópia da identidade, ata de indicação e principais lideranças para contato**

Wagner Moreira Campos: Coordenador Estadual do MSTB, Bacharel em Direito, Representante do MSTB e do IDEAS

Maria Lucienne Lobato Ferreira (Lora): Coordenadora Estadual do MSTB e da Ocupação Guerreira Maria Felipa.

Iuri Falcão Xavier Mota: Advogado, Representante do IDEAS e Assessor Jurídico de Movimentos Sociais.

## Sumário

1. INTRODUÇÃO	15
2. A ASSISTÊNCIA TÉCNICA	20
3. IDENTIFICAÇÃO DA OCUPAÇÃO	21
3.1. HISTÓRICO	21
3.2. APROXIMAÇÃO	26
3.3. DIAGNÓSTICO GERAL	27
3.3.1. DIAGNÓSTICO QUESTÕES URBANAS	37
a. Mobilidade	37
b. Educação	43
c. Saúde	45
d. Iluminação	54
e. Segurança	57
f. Infraestrutura	59
g. Serviços	60
4. JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS	62
4.1. NO ÂMBITO DA PROPOSTA COLETIVA	62
4.1.1. OBJETIVO	62
4.1.2. JUSTIFICATIVA	62
4.2. NO ÂMBITO DA PROPOSTA INDIVIDUAL	63
4.2.1. OBJETIVO	63
4.2.2. JUSTIFICATIVA	64
5. AÇÕES NO TERRITÓRIO	66
5.1. OFICINAS	67
5.1.1. Oficina - Cartografia	67
5.1.2. Oficina - Moradia é só casa?	71
5.1.3. Oficina O que Queremos para o Casarão?	75
5.1.4. Ações Educativas - Vamos Pensar juntos?	76
a) Ação Educativa Saneamento	78
b) Ação Educativa Espaços Comuns	80
c) Ação Educativa Regularização Fundiária	81
d) Ação Educativa Questões Urbanas	83
e) Ação Educativa Geração de Renda e Trabalho	89
5.1.5. Circuito Cultural	92
a) Música	92
b) Cinema	94
5.1.6. Mão na Massa	96

a) Construção de Espaço de Lazer e Convivência	96
5.1.7. Outras ações	99
5.1.8. Ações previstas	99
6. PROPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS QUESTÕES URBANAS	100
7. CRONOGRAMA/ORÇAMENTO	101
Referências	103

# 1. INTRODUÇÃO

A moradia no Brasil e em Salvador perpassa a concretização do direito humano à moradia. O direito à moradia, segundo Silva (2006) *apud* Rangel e Silva (2009), pode ser entendido como “ocupar um lugar como residência; ocupar uma casa, apartamento etc., para nele habitar e residir com animus de permanência<sup>1</sup>, na condição de recôndito para abrigar a família”. O direito à moradia faz parte da Convenção Internacional dos Direitos Humanos de 1948, no seu artigo 25. Ele também foi incluído no artigo 6º da Constituição Federal de 1988 no capítulo II que trata dos direitos sociais e posteriormente no Estatuto da Cidade, lei nº 10.257/2001. O Estatuto inclui o direito à moradia como uma das diretrizes a cidades sustentáveis<sup>2</sup>, associando-o ao “pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana” em seu artigo 2º.

Entretanto este só ocorre quando existe o direito à cidade e se reflete sobre a integração das classes sociais consideradas marginalizadas e/ou excluídas da sociedade, consideradas frutos do crescimento econômico. Para Lefebvre, a concepção do direito à cidade não é um direito apenas de visitar os centros de cidades históricas, ou de o trabalhador passar o dia na cidade da qual foi expulso: trata-se de um direito à vida urbana transformada e renovada. O direito à cidade aponta para o fim das segregações, a reconquista da cidade pelas classes e grupos minoritários dela excluídos (LEFEBVRE, 2001). Nesse contexto, compreende-se que o direito de morar está diretamente ligado a utilizar e participar da produção das cidades de maneira mais justa, inclusivas, democráticas e sustentáveis, bem como os direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais estão incluídos no direito à cidade e garantem a promoção dos direitos humanos. (AMANAJÁS; KLUG, 2018)

Contudo, existe a décadas uma grande demanda da classe trabalhadora por moradia com boa localização e infraestrutura no Brasil. Nesse contexto, tem sido efetivadas políticas habitacionais que estão desconectadas das reais necessidades da população e que valorizam o aumento do produto interno bruto (PIB), da renda e do emprego para efetuarem a construção da cidade de maneira legal e formal. O problema fundamental na cidade capitalista é que a moradia e o solo urbano são tratados como mercadorias e, portanto, são bens comercializáveis. Por essa razão, o acesso à moradia e ao solo urbano passam a ser mediados pelas regras que definem o acesso e o uso da propriedade privada. E como

---

<sup>1</sup> Entende-se aqui animus de permanência como sendo a intenção de permanecer.

<sup>2</sup> “direito à moradia, ao saneamento básico, ao transporte e os serviços públicos, ao trabalho e ao lazer para todas as gerações” (BRASIL, 2001, art. 2o , inciso I)

qualquer mercadoria no capitalismo, a moradia e o solo urbano têm valor de uso e valor de troca (LEFEBVRE, 2001).

Apesar do que é previsto na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Cidade, no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), no Plano Nacional de Habitação (PNH) e nos planos estaduais e locais de habitação de interesse social, que estabelecem orientações e buscam regularizar todas as formas de ilegalidade no que se refere à utilização e à ocupação do solo nos municípios. Claramente, identifica-se o aumento dos assentamentos irregulares, revelando que as iniciativas do Poder Público no cumprimento das leis que corroboram com a inclusão socioespacial, bem como a gestão das cidades de forma democrática não foram suficientes para solucionar a problemática habitacional (BRASIL, 2008).

De fato, enquanto as políticas habitacionais voltadas para Habitação de Interesse Social (HIS), forem utilizadas como mecanismos facilitadores para a reprodução do capital, não será possível a efetivação do direito humano à moradia no País. Os programas vêm sendo utilizados pelo governo federal como um instrumento voltado para a acumulação urbana, - como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) – quando se apropriam de parcelas significativas dos recursos públicos destinados às políticas habitacionais, que contribuíram para aumentar as dificuldades para a execução do direito à cidade (BRASIL, 2010).

Se olharmos para a história, veremos que a cidade de Salvador no século XVI, foi a última no modelo medieval fundada fora da Europa e é atualmente uma das maiores cidades do Brasil e da América Latina. De fato, terceira metrópole em número populacional e extensão urbana do País, ficando atrás apenas das metrópoles de São Paulo e do Rio de Janeiro. Uma cidade de extrema importância na história do Brasil, foi por dois séculos a capital da colônia portuguesa, sendo o centro político e administrativo. Seu porto marítimo foi nos dois primeiros séculos da Idade Moderna o mais importante do hemisfério Sul em trânsito de navios e fluxo de mercadorias. Porém, depois da mudança da capital portuguesa de Salvador para o Rio de Janeiro em meados do século XVIII, a cidade baiana entra em declínio econômico, seguido por uma diminuição no comércio da cana-de-açúcar, que passa por alterações do segmento econômico para a mineração e posteriormente, no século XIX, ao cultivo do café. Nas primeiras décadas do século XXI, a cidade de Salvador continua com a economia sem expressão no cenário nacional (BRASIL, 2010).

O Estado da Bahia, a partir de meados do século XX, inicia o desenvolvimento dos processos de industrialização e, conseqüentemente, o seu crescimento econômico, isso se

dá principalmente em Salvador e em seguida nas cidades que hoje compõem a sua região metropolitana. A cidade de Salvador começa a crescer sem o acompanhamento de uma política de planejamento que conseguisse conter o rápido crescimento demográfico, associado a uma crise financeira, ao aumento dos custos da terra urbana e a ausência de programas públicos de habitação voltados aos cidadãos de renda mais baixa, a consequência foi a rapidez do aparecimento das ocupações informais<sup>3</sup> e de um déficit habitacional que ainda persiste.

De acordo com Barreto (2011), as primeiras “invasões” de Salvador surgiram nos anos 1940, chamadas assim, pois na época o termo era utilizado para os assentamentos, que eram considerados casos de polícia e seus ocupantes tratados como vândalos e marginais. São elas Corta Braço, hoje conhecida como Pero Vaz, Gengibirra que se tornou Vila Conceição e a Vila Rui Barbosa ou Alagados. Essas “invasões” eram vestígios de uma cidade agrícola e algumas se originaram de cortiços e mocambos. Este era um período em que a legislação urbanística era calcada na higiene, na aparência e no conforto ambiental fazendo com que apenas a cidade formal fosse validada pelo Poder Público. Considerando isto, no ano de 1942 houve o avanço na execução de um importante instrumento de gestão e planejamento, o Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador (EPUCS), que mesmo tendo contribuído para o planejamento urbano da Cidade, não foi largamente empregado, pois inexistiam condições materiais mínimas para fazê-lo (BARRETO, 2012; SAMPAIO, 2015).

Grandes transformações ocorreram nas décadas de 1950 e 1960 tanto no âmbito nacional, quanto regional e local, como a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), da Petrobrás, do Instituto de Aposentados e Pensionistas da Indústria (IAPI), da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), do Banco Nacional da Habitação (BNH) e do Centro Industrial de Aratu (CIA). Principalmente este último, gerou a abertura de vias, migrações de populações do interior para Salvador e expansão do fluxo urbano, com ênfase no uso do automóvel.

Houve uma ampliação da procura habitacional, porém os programas habitacionais da época eram massivamente voltados para famílias com renda mensal entre 3 e 5 salários mínimos, deixando aqueles com renda menor desprovidos do acesso ao mercado imobiliário formal. As “invasões” se espalharam pela orla marítima da Cidade, chegando às áreas mais ricas.

---

<sup>3</sup> Aqui entendemos Ocupações informais por Construções predominantemente autoconstruídas e precárias, feitas fora da legislação urbanística e edilícia, em áreas públicas ou particulares de terceiros, com precariedade de infraestrutura, por famílias de baixa renda. É a forma que essas famílias encontram para terem acesso à Terra urbana e construir suas moradias, já que não conseguem ser absorvidas pelo mercado imobiliário formal.

O Poder Público, a partir dos anos 1970, passou a flexibilizar suas ações com relação às “invasões”, deixando de expulsar as famílias para tentar agir fiscalizando e reassentando-as, porém, essa iniciativa não teve sucesso. A partir desse período, o termo utilizado para esse tipo de habitação passa a ser ocupação, que corresponde ao assentamento para fins de moradia, geralmente espontânea e gradativa, em que a edificação antecede a definição dos lotes e que foi adotado ao tratar desse tipo de assentamento neste trabalho (BARRETO, 2011).

O processo de planejamento iniciado pelo EPUCS, em 1978, foi dado continuidade com a instauração do Plano de Desenvolvimento Urbano de Salvador (PLANDURB), ambos instrumentos de planejamento que incorporaram o uso de modelos urbanísticos espaciais voltados para a ocupação e para a circulação na Cidade. Entretanto, a execução destes dois instrumentos de gestão e planejamento urbano: EPUCS e PLANDURB, foi quase nula e não evitou os problemas urbanos de Salvador, que continuaram a se expandir. Os aspectos ligados à habitação popular se destacavam entre as principais demandas da gestão política (BRASIL, 2008).

Principalmente o Subúrbio Ferroviário, que aumentou progressivamente seu número populacional nas três últimas décadas do século XX, novas tipologias e arranjos habitacionais começavam a surgir e a adensar-se. A geografia do relevo acidentado da cidade de Salvador, inclusive na Falha Geológica que divide a Cidade entre alta e baixa, não foi empecilho para os que precisavam de moradia. Morros, encostas, tabuleiros e até mesmo o mar da Baía de Todos os Santos começaram a ser ocupados pela população de baixa renda, que cada vez mais se mostrava necessitada por moradia, independentemente da localização do espaço (BRASIL, 2010).

A partir de 1980, tem-se o início da consolidação das ocupações na Cidade, período em que os movimentos de luta pela moradia se mostraram mais presentes. A luta era pela legalização dos lotes, pelo Movimento de Defesa dos Favelados (MDF), pela Federação das Associações de Bairros de Salvador (FABS) e em seguida pelo Movimento dos Sem Teto da Bahia (MSTB) (BARRETO, 2011).

O movimento, originalmente chamado de Movimento dos Sem Teto de Salvador (MSTS) com início em 2003, era formado por famílias que ocupavam terrenos, prédios e galpões abandonados como meio de garantir o direito à moradia. O Movimento era caracterizado por famílias que não possuíam condições de pagar aluguel, que moravam de favor ou estavam em situação de rua. Houve uma grande adesão ao Movimento por consequência da falta de políticas públicas que atendessem ao déficit habitacional de mais de 150 mil unidades

habitacionais. Em 2005, quando já possuía aproximadamente 25 mil cadastrados, foi discutida a questão dos Sem Teto no seu primeiro Congresso que já se consolidava no interior do estado, tendo a mudança de nome aprovada para Movimento dos Sem Teto da Bahia (MSTB) (MIRANDA, 2008).

Mesmo com as produções habitacionais no período do PMCMV, a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) do IBGE divulgou em 2015 que o déficit habitacional era de pouco mais de 130 mil domicílios. A questão não foi sanada em Salvador e só tende a piorar com o alto índice de desemprego que de acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador (PEDRMS) se mantém acima dos 20% desde fevereiro de 2016. Considerando isto, a situação da falta de moradia tende a ser intensificada nos próximos anos, corroborando a importância do fortalecimento dos movimentos sociais que lutam por moradia que deve se ampliar para além do espaço físico da casa para equipamentos e infraestrutura que garantam uma melhor condição de vida a essas famílias.

A formação espacial de uma cidade está relacionada com as contradições sociais e as soluções encontradas para resolvê-las ao longo de sua evolução. Neste sentido “a cidade é a expressão viva do modo de ser do seu povo, da sua cultura, da ordem social, das desigualdades sociais de sua população” (ESPINHEIRA, 2002, p.32). Como considera Boaventura de Sousa Santos, a “*questão urbana* é um dos afloramentos, ao nível da superfície, das contradições que se produzem na estrutura mais profunda das sociedades capitalistas” (SANTOS, 1982, p. 67-68). Isto posto, Alfonsin (2006) apud Araújo e Fernandes (2010), considera que o Estado é um dos principais agentes no processo de formação espacial da cidade, que apesar da existência de leis que deem suporte à função social da propriedade, as políticas públicas para sua implementação costumam não existir ou serem ineficientes.

## 2. A ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A Assistência Técnica dentro da Universidade Federal da Bahia (UFBA) se constitui por meio da Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia, implantada em 2011 como pós-graduação *lato sensu*. A residência em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade foi inspirada nas residências existentes e já consolidadas na área de saúde e teve como objetivo pôr em prática a Lei de Assistência Técnica, nº 11.888/2008.

Agora na 3ª edição, a equipe formada por 1 engenheira ambiental, 1 assistente social, 1 urbanista e 2 arquitetos urbanistas, iniciou o trabalho na Ocupação Guerreira Maria Felipa, em novembro de 2017. Desde então diversos desafios têm sido enfrentados pela equipe. Um dos principais, é compreender a linha entre Assistência Técnica e Assistencialismo. Enquanto o primeiro visa a elaboração de projetos participativos para que os cidadãos possam alcançar a inclusão urbana, o segundo é uma prática individual, em forma de ajuda que sana as necessidades emergenciais dos indivíduos, mas não transforma sua realidade social.

As famílias de baixa renda têm acesso mais comumente com práticas assistencialistas, onde quase sempre são sujeitos passivos das relações, apenas recebendo ajudas e doações. Este processo dificulta o desenvolvimento do trabalho de Assistência Técnica, no que se refere a participação dos moradores de forma ativa, a mobilização, a organização de maneira autônoma e o compromisso na execução prática do que é proposto coletivamente entre moradores e residentes. A compreensão do que é a Assistência Técnica têm sido trabalhada, tanto por parte dos profissionais em processo de especialização, na aplicação em campo dos conhecimentos adquiridos, quanto pelos moradores que precisam entender que o processo possui um prazo maior de realização e que não possui resultados imediatos.

A ideia do título, Conhecer para Resistir, surge do fato de que o conhecimento é uma importante parte do processo de resistência. Os moradores da Ocupação precisam conhecer os seus direitos para resistir e os profissionais residentes precisam aprender com os conhecimentos vividos destes moradores para contribuir no processo de resistência. Neste sentido, a Assistência Técnica nada mais é que a troca de conhecimentos em um processo de construção que têm um objetivo comum.

### 3. IDENTIFICAÇÃO DA OCUPAÇÃO

#### 3.1. HISTÓRICO

A Ocupação onde esse trabalho foi desenvolvido, faz parte de um conjunto de ocupações realizadas pelo Movimento dos Sem Teto da Bahia (MSTB), cujo núcleo chama-se Força e Luta. O MSTB emergiu em 2003, como Movimento dos Sem Teto de Salvador (MSTS) e foi inspirado no modelo organizativo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O objetivo era organizar aqueles que não tinham moradia, primeiro para conquistá-la e para, futuramente, chegar a uma “reorganização social e cultural da sociedade para a construção de relações libertárias e de poder popular” (nas palavras do Movimento). A principal bandeira de luta do Movimento é a questão habitacional, utilizando-se de mecanismos de pressão social como mobilização de um expressivo número de famílias de sem teto, oriundas de diversas áreas da cidade de Salvador, que realizam passeatas, ocupam prédios, terrenos públicos ou privados que estejam em condição de abandono ou subutilizados, exigindo conceder terrenos devolutos à construção de moradias, para que atendam a função social da propriedade.

Figura 1 - Entrada do Casarão da Ocupação Guerreira Maria Felipa



Fonte: REIS, 2018.

Não há informações precisas relativas à definição da área que foi ocupada. Previamente ao alojamento das famílias no terreno decidido foram realizadas reuniões e debates promovidos pelo MSTB acerca das estratégias para instalação das famílias no terreno (Figura 1). Dentre as estratégias, sugeriu-se a partir de apoio técnico de um Arquiteto, colaborador do IDEAS, a delimitação dos lotes (Figura 2) com o objetivo de facilitar uma possível regularização do loteamento, baseando-se na lei que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano, onde “os lotes terão área mínima de 125m<sup>2</sup> e frente mínima de cinco metros, salvo quando o loteamento se destinar à urbanização específica ou edificação de conjuntos habitacionais de interesse social, previamente aprovado pelos órgãos públicos competentes” (Art. 4, inciso II da Lei nº 6.766/1979 alterada pela Lei nº 9.785/1999).

Figura 2 - Croqui da implantação da Ocupação Guerreira Maria Felipa



Fonte: Acervo da Ocupação Força e Luta Guerreira Maria Felipa, 2016.

A primeira etapa da Ocupação Guerreira Maria Felipa ocorreu no ano de 2016, composta, em sua maioria, por antigos moradores da Ocupação Guerreira Ninha, que passaram a morar do Conjunto Bosque das Bromélias de aluguel ou de favores em casa de familiares e amigos. Outros integrantes vieram de bairros do Miolo e do Subúrbio da Cidade, compondo uma totalidade de 68 famílias. Houve um cadastramento preliminar das famílias que norteou a distribuição dos lotes, onde os idosos e pessoas com necessidades especiais foram priorizadas e alocadas próximas à entrada principal do terreno. A primeira noite de ocupação foi marcada por um conflito entre o suposto proprietário do terreno e os ocupantes. Conflito este que se agravou com a presença de policiais que, segundo relatos, apareceram sem distintivo, efetuaram disparos para o alto com intuito de amedrontar e

dispersar os ocupantes, que resistiram. Este fato foi registrado no Boletim de Ocorrência da 14<sup>o</sup> Delegacia de Polícia no dia 27/11/16. (ARAÚJO et al., 2017)

Três dias após o início da Ocupação, o dito proprietário aciona a Justiça dando entrada em uma ação de Reintegração de Posse, com indenização e pedido de “Medida Liminar”, registrado no Tribunal de Justiça do Estado da Bahia com o número do processo 0582043-60.2016.8.05.0001, cujo conteúdo principal está na tentativa de comprovação de Esbulho, Turbação e Ameaça de posse<sup>4</sup> por parte dos ocupantes.

A segunda etapa foi marcada pela chegada de 12 novas famílias, em março de 2017, ocupando a parte mais baixa do terreno, onde há um pequeno riacho, totalizando 80 famílias. No local foi encontrado um cemitério clandestino (Figura 3), desativado após a descoberta. A situação foi veiculada nas principais mídias locais e corrobora com a informação de que a propriedade não estava cumprindo sua função social. A insegurança provocada por essa descoberta, resultou na mudança das 12 novas famílias para a parte mais alta do terreno, onde alguns lotes com maior dimensão foram divididos de forma a manter todos com pelo menos 125m<sup>2</sup> para acomodar algumas famílias e outras ocuparam lotes desocupados, totalizando 78 lotes e famílias.

---

<sup>4</sup> O Esbulho é considerado juridicamente como “ato de terceiro que se apodera, ilegitimamente, da coisa alheia em decorrência de violência, clandestinidade e precariedade”. A Turbação é entendida como “a prática de atos abusivos que podem afrontar direitos de outrem ensejando o impedimento do livre exercício da posse, sem contudo, causar o efeito de perda, conforme preceitua o artigo 1.210 do Código Civil. Por fim, a ameaça pode ser caracterizada pela violência ou iminência dela. Fonte: <<https://wilsonvalmirdeazevedo.jusbrasil.com.br/artigos/306775131/turbacao-esbulho-e-ameaca-significado-e-as-acoes-correspondentes>>. Acesso em: 27/11/2018.

Figura 3 - Cemitério Clandestino noticiado em Jornais

2017-6-28 'CEMITÉRIO DO CRIME': SSP confirma dois corpos desenterrados no Parque das Bromélias » Aratu Online fls. 1

**aratu**  
online

**'CEMITÉRIO DO CRIME': SSP confirma dois corpos desenterrados no Parque das Bromélias**

Fonte: Da redação  
Atualizado em 16/12/2016 às 7:40



A assessoria de Comunicação da Secretaria de Segurança Pública (SSP-BA) confirmou ao **Aratu Online** na tarde desta quinta-feira (15/12) que foram desenterrados dois corpos no suposto 'cemitério do crime' localizado no Parque das bromélias na manhã de ontem (14/12).

Ainda de acordo com a SSP-BA, os corpos estavam em estado avançado de decomposição, por isso não foi possível identificá-los. O Departamento de Polícia Técnica (DPT) vai tentar fazer a papiloscopia (identificação através da coleta de impressão digital das mãos ou sola dos pés) e, se não for possível, o DPT terá que usar outros métodos de identificação.

**LEIA MAIS:** CEMITÉRIO DO CRIME: Polícia encontra 15 corpos enterrados no Parque das Bromélias (<http://www.aratuonline.com.br/noticias/cemiterio-do-crime-policia-encontra-15-corpos-enterrados-no-parque-das-bromelias/#>)

No entanto, na última quarta-feira (14/12), a equipe de reportagem da TV Aratu conseguiu confirmar com uma fonte confidencial da polícia que cerca de 15 corpos teriam sido desenterrados e removidos pelo DPT do Parque das Bromélias.

O caso é investigado pelo Departamento de Homicídios e Proteção a Pessoa (DHPP).

Acompanhe nossas transmissões ao vivo e conteúdos exclusivos na página [facebook.com/aratuonline](https://facebook.com/aratuonline?__mref=message_bubble) ([https://facebook.com/aratuonline?\\_\\_mref=message\\_bubble](https://facebook.com/aratuonline?__mref=message_bubble)).

*\*Publicada originalmente às 13h25*

Fonte: Arquivo de notícias publicado no Jornal Aratu Online, 16/12/16.

Com relação ao processo de reintegração de posse, em 30 de maio de 2017, para a surpresa da assessoria jurídica do MSTB (IDEAS - Assessoria Popular), dos ocupantes e frustração do requerente, o juiz de direito da 10ª Vara Cível e Comercial do Estado da Bahia, bem como o Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA) indeferiram a ação, reconhecendo os ocupantes como os reais posseiros do terreno. Para ambas instituições, a decisão por não acatar a reintegração de posse<sup>5</sup>, de forma geral, foi favorável para quem melhor comprova a posse do terreno. O requerente não conseguiu apresentar provas contundentes, mesmo anexando um material fotográfico e relatórios técnicos ao processo na tentativa convencer o juiz de direito a decidir em seu favor.

A Ocupação Guerreira Maria Felipa interagiu com a UFBA e a Bartlett Development Planning Unit (DPU) da Universidade de Londres, durante intercâmbio entre os alunos do Mestrado em Práticas de Desenvolvimento Social da DPU e alunos da disciplina do PPGAU/FAUFBA "Política, Democracia e Direito à Cidade", além de voluntários e

<sup>5</sup> Segundo afirma o Novo Código de Processo Civil, em seu artigo 485, possuidor, é pela norma, todo aquele que tem de fato o exercício pleno ou não de alguns poderes inerentes à propriedade.

colaboradores. As atividades desenvolvidas durante o intercâmbio tiveram como objetivo compreender e apoiar as lutas coletivas pelo direito à cidade.

A Ocupação participou de duas das três edições do intercâmbio, na primeira em 2017, foram realizadas atividades por um período de 15 dias, com o intuito de construir um instrumento de auxílio que pudesse ser utilizado nas mesas de negociações, perante o Governo do Estado e o Município de Salvador. Optou-se pela realização de um “cadastro social” com o objetivo de coletar dados sobre o histórico da Ocupação e dos moradores, as motivações que os levaram a ocupar o terreno e suas expectativas. A partir de uma leitura prévia da Ocupação com utilização de metodologia participativa para criação do cadastro social, foram levantados dados por meio de rodas de conversas e entrevistas para conhecer o histórico do território e dos ocupantes, visitas de campo, levantamento das atividades e serviços do entorno, análise da documentação da Ocupação, e a realização de oficinas participativas para construção coletiva do diagnóstico: a Linha do Tempo; a Oficina dos Sonhos, Aspirações e Valores; a Organização Interna da Ocupação; a Oficina do Direito à Cidade; e o Cadastro Físico.

Em 2018, a metodologia construída buscava articular diversas lideranças de comunidades e movimentos sociais em Salvador. Ao invés de cada equipe do intercâmbio passar um período de 15 dias em cada local, como ocorrido na versão anterior, todo o grupo passava um dia inteiro em cada área, contando ainda com a participação de lideranças de outras comunidades. Na Ocupação foram feitas rodas de conversas com os moradores, sobre temas diversos, dentre eles: Habitação, Mobilidade e Espaços comuns. Além disso foi feito o reconhecimento do entorno, com visita ao Conjunto Bosque das Bromélias, tanto das áreas comuns, quanto de um dos seus apartamentos e do Conjunto Residencial Jardim das Margaridas.

Desde maio de 2017, o graduando em Arquitetura e Urbanismo da FAUFBA, Leonardo Stanziola está realizando o seu Trabalho Final de Graduação (TFG) na Ocupação. O trabalho visa prestar Assistência Técnica por meio de soluções alternativas para autoconstrução. Ressalta-se que este trabalho está sendo orientado pela Profa. Dra. Thaís Troncon Rosa, professora da RAU+E e tutora de uma integrante desta equipe, em função disso diversas articulações ocorreram entre os trabalhos, inclusive uma Oficina e o edital de extensão PaexDOC. As atividades realizadas por profissionais estudantes da RAU+E na Ocupação tiveram início em outubro de 2017, sobre as quais será discutido no tópico de aproximação.

## 3.2. APROXIMAÇÃO

O primeiro contato da 3ª turma da Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo, Engenharia e afins (RAU+E) com a Ocupação Guerreira Maria Felipa, ocorreu no Auditório Mastaba da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA), em uma mesa de diálogo com o intuito de serem apresentadas suas demandas e um breve relato histórico para contextualização da situação que vivem. A liderança, “Iara”<sup>6</sup>, apresentou como principais demandas, a elaboração de um plano urbanístico e de um projeto de requalificação de uma casa existente no terreno, intitulada pelos moradores como “Casarão”, local destinado para um futuro espaço de cooperativa de costura, ou para dar suporte às atividades de geração de renda.

O segundo contato foi uma visita realizada pelos alunos e professores às comunidades proponentes, com objetivo de conhecê-las e auxiliar na escolha dos profissionais residentes da área do trabalho de assistência técnica a ser realizado no ano de 2018. Nela foram identificadas demandas relacionadas à regularização fundiária, devido ao desejo dos ocupantes em permanecerem no local e problemas relacionados ao saneamento básico, além das demandas apresentadas anteriormente pela liderança.

A partir dos encontros acima descritos e da identificação das demandas, se formou a equipe de trabalho composta por Jéssica Macêdo - Engenheira Ambiental e Sanitarista, Ludmila Vale - Assistente Social, Rodrigo Machado - Arquiteto Urbanista, Taiane Moreira - Urbanista e Vanessa Dantas - Arquiteta Urbanista, que definiram a Ocupação como o local de desenvolvimento dos seus trabalhos.

A convite do MSTB, foi apresentada aos residentes uma demanda de mutirão para o plantio de árvores frutíferas e ornamentais, bem como para a reforma do Casarão. Este convite foi mais uma oportunidade aproximação da equipe com os moradores da Ocupação.

Na semana de workshop interno da RAU+E, foi realizado pela equipe, em conjunto com outros colegas e professores, um mutirão de plantio de uma horta coletiva, solicitado pela comunidade. Foi um momento oportuno para observar as pessoas mais interessadas em participar e colaborar com a atividade, as relações de convívio entre os moradores, e o grande envolvimento das crianças.

---

<sup>6</sup> “Iara” foi o nome fictício adotado pela equipe de residentes para representar a liderança da Ocupação Guerreira Maria Felipa para fins deste trabalho, ela é umas das coordenadoras estaduais do MSTB, possui experiências anteriores frente à ocupações realizadas pelo movimento.

Concluída a fase de aproximação entre a equipe e os moradores, foi elaborado um plano de trabalho, considerado pela residência necessário para o planejamento das atividades em campo. Nele estão delineados os objetivos e metodologias, baseadas na demanda inicial apresentada pelo movimento à RAU+E, assim como as fases necessárias para realização da assessoria técnica, como levantamento de dados, elaboração de diagnóstico, oficinas, visitas técnicas com a finalidade de nortear o desenvolvimento do trabalho. Ele também é o método pelo qual os residentes são avaliados com relação à primeira etapa da residência, nas cinco disciplinas<sup>7</sup> do curso. Considerando que o trabalho contempla o uso de metodologias participativas, os objetivos e ações se modificaram ao longo do ano a partir do contato dos residentes com os moradores da Ocupação Guerreira Maria Felipa.

### **3.3. DIAGNÓSTICO GERAL**

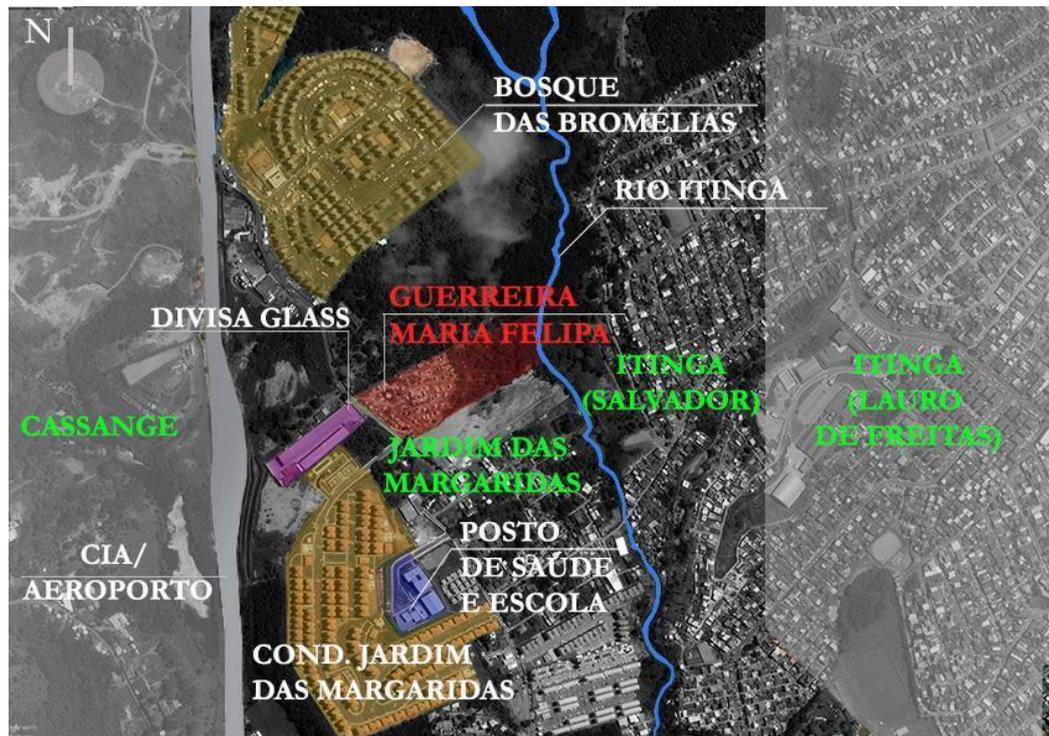
A Ocupação Guerreira Maria Felipa está em um terreno com área de aproximadamente 16.300m<sup>2</sup>, localizado no município de Salvador, próximo ao seu limite norte (divisa com o município de Lauro de Freitas) no bairro Jardim das Margaridas. A rua Joaquim Ferreira dá acesso a Ocupação e fica próxima à rodovia BA-526, também conhecida como CIA-Aeroporto<sup>8</sup>. No seu entorno estão os conjuntos do PMCMV, Bosque das Bromélias e Jardim das Margaridas (Figura 4).

---

<sup>7</sup> ARQ-A79 - Produção do Espaço, Políticas Urbanas e Direito à Cidade; ARQA81 - Planejamento e Projeto de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia para Assistência Técnica; ARQA80 - Projeto de Urbanização, Infraestrutura e Meio Ambiente; ARQA82 - Metodologias e Técnicas para Projetos Participativos e ARQA83 - Seminários Temáticos (esta última inclui 1 ponto de avaliação por frequência)

<sup>8</sup> O nome da via é dado em função de fazer a ligação do Centro Industrial de Aratu (CIA) e o Aeroporto Internacional de Salvador.

Figura 4 - Mapa de Localização da Ocupação Guerreira Maria Felipa



Fonte: Acervo da Ocupação Força e Luta Guerreira Maria Felipa, 2016.

A região se caracteriza pela presença das Represas do Ipitanga (que contribuem para parte do abastecimento de água de Salvador). Somente no PDDU 2008, Lei nº 7.400, é a que a região passou a fazer parte da Zona Urbana do Município de Salvador. Por ter sido zona rural, a região era desprovida de equipamentos e infraestrutura que dessem suporte a função residencial. *Pari passu*, as instâncias municipal e estadual do governo buscavam recursos para implantação dos empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-UAP) e do PMCMV, e essa região, por possuir pouco atrativo para o mercado imobiliário e, conseqüentemente, menores valores foi o principal foco para eles. O primeiro previa a implantação de equipamentos e infraestrutura, além de novas habitações ou de melhorias habitacionais. A única localidade próxima à Ocupação que recebeu financiamento do PAC-UAP foi a ZEIS Nova Esperança. Já o PMCMV contribuiu para a mudança do uso, mas inicialmente, focou apenas na produção habitacional com a construção de 18 empreendimentos nos últimos 10 anos, com pouca ou nenhuma preocupação com a provisão de equipamentos.

O terreno onde se localiza a Ocupação Guerreira Maria Felipa está em processo judicial de Reintegração de Posse com pedido de Liminar como mencionado no tópico anterior, impetrada pelo proprietário contra o Movimento. A Ocupação e o Movimento estão sendo assistidos pelo IDEAS - Instituto de Desenvolvimento e Ações Sociais, a partir da prestação

de assessoria jurídica gratuita nos termos dos arts. 98 e 99 do CPC e da Lei nº 1.060/50, pautando uma discussão que girou em torno de duas questões: a propriedade e a posse, evidenciando os posicionamentos das instituições públicas envolvidas nesse processo. O processo ainda não apresentou uma sentença definitiva e os moradores permanecem ocupando o terreno.

O Diagnóstico da Ocupação foi construído com base na Oficina de Mapeamento realizada com o estudante de graduação que também está trabalhando na Ocupação, Leonardo Stanziola, no Cadastro Socioeconômico e aspectos técnicos observados a partir das visitas à campo registrado por meio de Diário de Campo e fotografias. A Oficina não foi suficiente para a extração dos dados e as informações foram cruzadas com as obtidas no Cadastro para que fosse possível fazer uma leitura melhor da Ocupação (Figura 5).

Figura 5 - Moradores na Oficina do Mapeamento

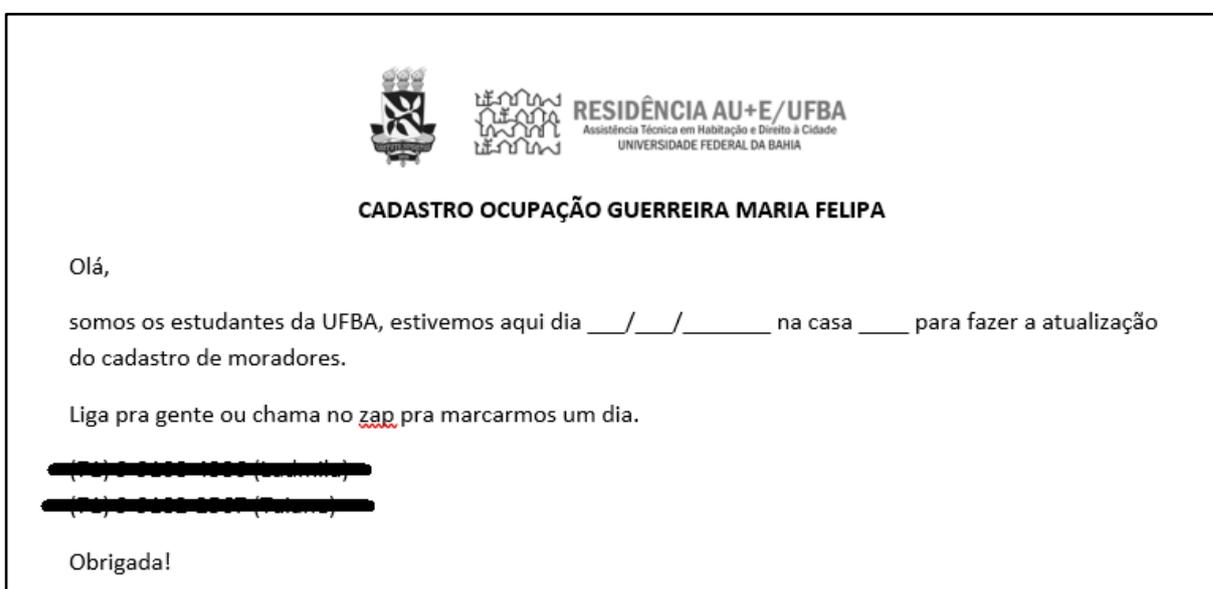


Fonte: Acervo da equipe, 2018.

A atualização do Cadastro Socioeconômico dos moradores da Ocupação foi realizada entre os meses de abril e maio de 2018, em 92% das moradias foram encontrados responsáveis que o responderam. Os outros 8% correspondem a moradores que não estavam em casa quando os residentes aplicaram os questionários. Nesses casos foram deixados um panfleto

pedindo que entrassem em contato com a equipe, os vizinhos não souberam informar meios de contato com esses moradores (Figura 6). O questionário para cadastro foi um instrumento utilizado para coletar um grande número de informações, entre elas o perfil populacional e econômico, quantidade de moradores, cor da pele, responsável pelo lar, bem como as que estão relacionadas à educação, saúde, transporte, trabalho, acesso a serviços e aos materiais utilizados para construção da casa que vivem. Desde então esses dados foram sistematizados e usados como base para direcionar as atividades seguintes da equipe na Ocupação.

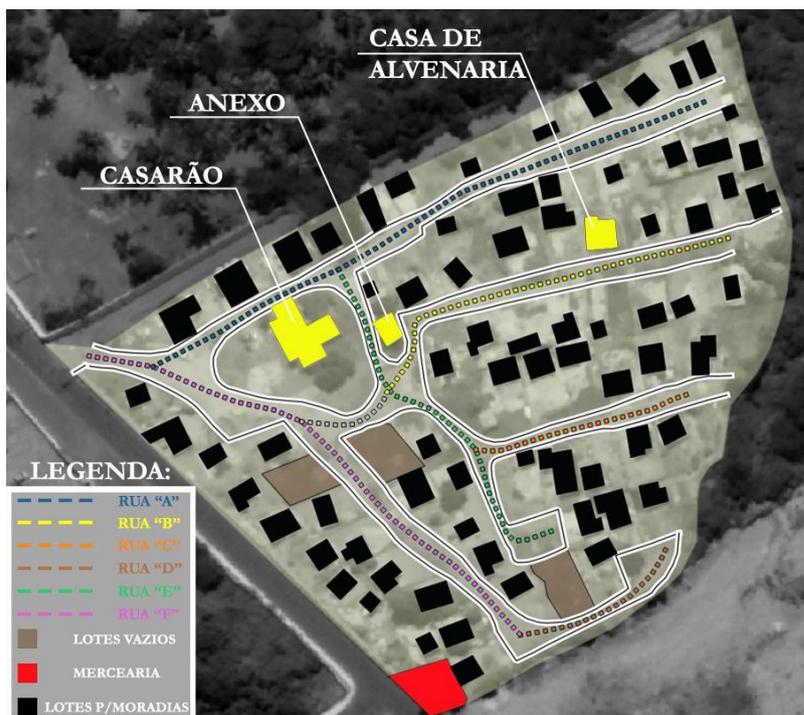
Figura 6 - Panfleto deixado na casa dos moradores que não foram encontrados para realização do Cadastro Socioeconômico (contatos dos residentes foram suprimidos)



Fonte: Elaborado pela equipe, 2018.

Atualmente, a Ocupação encontra-se dividida em um total de 77 lotes destinados para moradia, dos quais 69 encontram-se ocupados, 4 sem moradores (1 terreno sem construção, 2 com “barracos” e 1 com construção de alvenaria inacabada) e nos outros 4 não foram encontrados os moradores. Segundo “Iara”, dois desses lotes destinados a moradia serão cedidos para a construção da futura sede do IDEAS (Assessoria Popular). Um dos lotes não tem destino para moradia, existe a previsão de instalação de uma mercearia, totalizando 78 lotes (Figura 7).

Figura 7 - Implantação da Ocupação Guerreira Maria Felipa



Fonte: Elaborado pela equipe, 2018.

No terreno já existia a construção de uma casa (chamada pelos moradores de Casarão) (Figura 8), que não estava em bom estado, pois passou muito tempo descoberta e sem manutenção, além de um pequeno anexo (o MSTB declarou interesse em instalar um posto médico), que serve como depósito (Figura 9).

Figura 8 - Visão frontal do Casarão



Fonte: Acervo da Ocupação Guerreira Maria Felipa, 2018.

Figura 9 - Pequeno Anexo, com previsão para posto de saúde

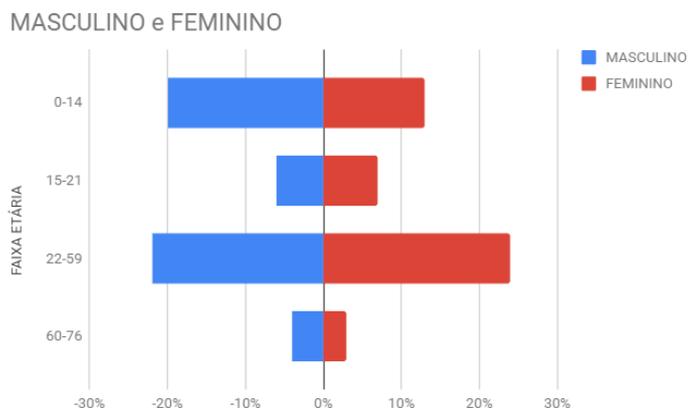


Fonte: Acervo da equipe, 2018.

As unidades habitacionais são provisórias, feitas de materiais como maderite, madeira de descarte, estroncas para a sustentação da cobertura, geralmente telhas de amianto, nocivas à saúde, ou com alguns retalhos de madeira e lonas. Em seu revestimento interno as laterais do barraco são forradas com lona e/ou papelão, enquanto que na área externa, alguns se utilizam de lonas, plástico ou madeira compensada. Estes materiais não proporcionam segurança, conforto térmico, acústico, nem apresentam durabilidade para resistir muito as intempéries.

A população da Ocupação, desconsiderando os quatro lotes não entrevistados, é de 156 moradores com idades entre 0 e 76 anos, o que resulta em uma densidade bruta da Ocupação igual a 95,70 hab/ha. Na Figura 10 é possível ver a distribuição da população por idade e gênero.

Figura 10 - Gráfico de moradores por idade e gênero



Fonte: Gráfico produzida pela equipe - RAUE+E/ UFBA, 2018

Quanto aos dados coletados na atualização do cadastro socioeconômico relativos à atribuição da responsabilidade pelo domicílio, a maioria declarou ser do homem e em apenas um caso ela foi dita como compartilhada.

De acordo com o Atlas do Direito de Morar em Salvador (2012), a maior parte dos moradores das ocupações em um contexto geral são mulheres, porém na Ocupação Guerreira Maria Felipa a população do sexo masculino é maior que a do feminino, 52% e 47%, respectivamente.

Na maioria dos domicílios, os homens declararam-se responsáveis pelo lar. Porém, como pode ser visto na Tabela 1, percebe-se que o homem se destaca como responsável pelo lar nas unidades que mora apenas uma pessoa, enquanto que em casas com três ou mais moradores, as responsáveis são majoritariamente mulheres.

Tabela 1 - Responsável pelo lar por gênero e número de moradores por casa

Nº TOTAL DE CASAS	Nº DE MORADORES	RESPONSÁVEL PELO LAR		
		FEMININO (%)	MASCULINO (%)	AMBOS OS SEXOS (%)
25	1 morador	24	76	0
16	2 moradores	44	50	6
7	3 moradores	100	0	0
10	4 moradores	80	20	0
3	5 moradores	0	100	0
1	6 moradores	100	0	0

Fonte: Elaborado pela equipe, 2018.

Com relação à cor, quase todos os moradores se declaram de cor parda ou preta (Tabela 2), evidenciando o cenário de desigualdades do Brasil e de Salvador, onde a população com menor renda é formada por um percentual maior de pessoas negras. Essa relação também é vista espacialmente em Salvador, a população que vive na região da Orla tem um padrão econômico maior, enquanto que no Miolo e Subúrbio Ferroviário a população possui renda mais baixa.

Tabela 2 - Cor de pele dos moradores

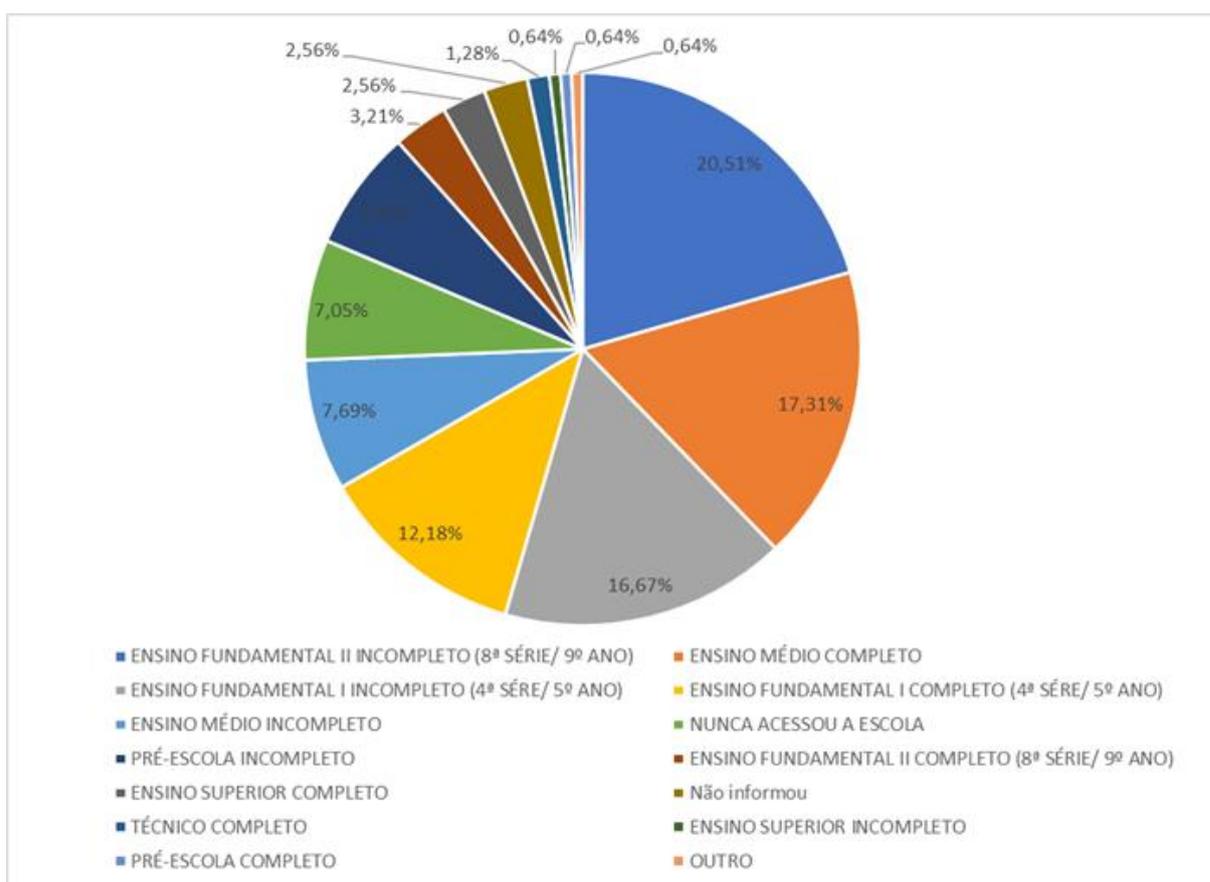
	COR DA PELE (%)		
	BRANCA	PARDA	PRETA
MASCULINO	0,00	18,59	33,97
FEMININO	0,64	21,15	25,64
TOTAL	0,64	39,74	59,61

FONTE: Tabela produzida pela equipe - RAUE+E/ UFBA, 2018

Quanto à educação na Ocupação, 33% dos moradores estudam atualmente, 92% declararam ler e escrever e 2% não lê, escreve ou assina o nome (Tabela 3 e Tabela 4). Ao

considerar o grau de escolaridade 20,51% dos moradores têm o ensino fundamental II incompleto, 16,67% ensino fundamental I incompleto e 12,18% o ensino fundamental I completo, valores inferiores aos apresentados no Atlas do Direito de Morar em Salvador (2012), respectivamente, 26,37%, 28,35% e 14,61% (SANTOS, 2016). Cerca de 7% da população afirmou nunca ter frequentado a escola, dado próximo ao apresentado no Atlas, 6%. A Figura 11 apresenta o grau de escolaridade da população da Ocupação.

Figura 11 - Gráfico Escolaridade da população da Guerreira Maria Felipa



Fonte: Elaborado pela equipe, 2018.

Tabela 3 - Moradores que sabem ler e escrever na Ocupação Guerreira Maria Felipa

FAIXA ETÁRIA (anos)	LÊ E			NÃO		
	ESCREVE (%)	APENAS LÊ (%)	APENAS ESCREVEM (%)	ASSINA O NOME (%)	NENHUM (%)	INFORMOU (%)
7 a 14	85	0	0	0	7,5	7,5
15-21	100	0	0	0	0	0
22-59	94	0	1,5	1,5	1,5	1,5
acima de 60	82	9	0	0	0	9
Total	93	1	1	1	2	2

Fonte: Elaborado pela equipe, 2018.

Próximo à Ocupação Guerreira Maria Felipa, existem duas escolas que atendem do Grupo 2 ao 8º ano do ensino fundamental, deixando então ausente o atendimento aos estudantes do 9º ano, do Ensino Médio e a Educação para Jovens e Adultos (EJA). Considerando que apenas nos conjuntos habitacionais do Minha Casa, Minha Vida (MCMV) somam-se 3420 unidades/famílias uma escola que atenda essa carência seria de grande importância.

Tabela 4 - Moradores que estudam ou não estudam por faixa etária na Ocupação Guerreira Maria Felipa

FAIXA ETÁRIA (anos)	ESTUDAM (%)	NÃO	
		ESTUDAM (%)	INFORMARAM (%)
0-6	46	46	8
0-14	96	4	0
15-21	33	52	15
22-59	7	65	28
60-76	0	91	9

Fonte: Elaborado pela equipe, 2018.

### **3.3.1. DIAGNÓSTICO QUESTÕES URBANAS**

Com relação às Questões Urbanas, no plano de trabalho inicial, a proposta foi a elaboração de um Plano Urbanístico Participativo, tendo como base a demanda apresentada pela liderança. Considerando a insegurança da posse do terreno relatada nos itens anteriores e a necessidade de se ter mais tempo e profissionais para a construção do Plano, houve uma mudança de rumo na proposta para que os moradores de fato se apropriassem dos seus direitos enquanto cidadãos e de como garanti-los. A partir do Cadastro Socioeconômico surgiram temas que foram abordados com os moradores nas ações realizadas durante o ano, sendo esses: educação, saúde, iluminação, segurança, serviços, transporte e infraestrutura.

Os temas relacionados à Saneamento Ambiental, Regularização Fundiária, Geração de Renda e Espaços Comuns foram abordados pelos outros residentes da equipe que trabalharam na Ocupação Guerreira Maria Felipa durante o ano de 2018. Os diagnósticos dessas temáticas podem ser encontrados nos seus trabalhos específicos.

#### **a. Mobilidade**

Considerando a expansão recente de Salvador para essa porção norte da cidade, e a falta de investimentos historicamente em meios de transportes coletivos, é visível que apesar dos investimentos recentes, a priorização dos deslocamentos ainda é do veículo motorizado individual. A Rua Joaquim Ferreira, pavimentada somente em 2018, possui duas faixas para carros e calçadas com pouco espaço (entre 0,60m e 1m a depender do trecho) para o pedestre (Figura 12 Figura 13)

Figura 12 - Calçada na Rua Joaquim Ferreira



Fonte: Acervo da equipe, 2018.

Figura 13 - Calçada na Rua Joaquim Ferreira em frente ao muro da Ocupação Guerreira Maria Felipa



Fonte: Acervo da equipe, 2018.

Um morador que possui deficiência visual, por exemplo, relatou que não consegue andar sozinho no trecho entre a Ocupação e o Conjunto Residencial Bosque das Bromélias, precisando sempre de alguém que o acompanhe.

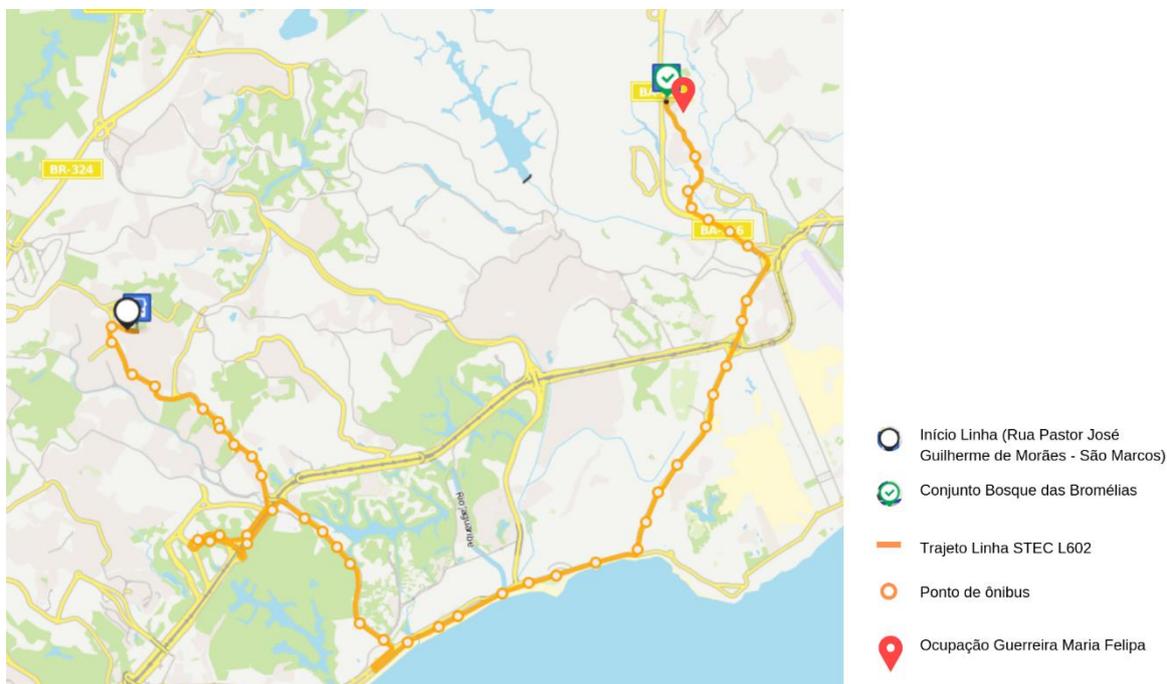
Não existe infraestrutura para bicicletas, nem na Rua Joaquim Ferreira e nem na BA-526 - CIA/Aeroporto, onde é comum ver pedestres e ciclistas se deslocando pelo acostamento para chegar ao bairro de São Cristóvão ou ao município de Lauro de Freitas.

No bairro Jardim das Margaridas o caminhar não é atrativo e não prioriza deslocamentos curtos, principalmente por conta da distância dos equipamentos sociais e serviços comerciais, em muitos trechos de caminhada a única coisa que existe são muros. A solução para diversificar alguns usos e tornar a caminhada mais atrativa, têm sido feita informalmente na entrada do Bosque das Bromélias, onde moradores ocuparam espaços vazios para desenvolver atividades comerciais, ação que se repete em diversos empreendimentos do PMCMV construídos no Brasil, porém, ainda não sendo suficiente para prover o entorno com os equipamentos sociais e serviços necessários. Sendo assim, os moradores da Ocupação continuam tendo que percorrer grandes distâncias, principalmente para chegar aos equipamentos sociais.

No trajeto das caminhadas, não são encontrados espaços agradáveis para permanecer e entrar em contato com as pessoas, tornando-o o local sem vida. Apesar da condição econômica dos moradores e de atualmente os principais deslocamentos serem feitos a pé, a tendência é que esses se revertam para o transporte motorizado, mesmo em distâncias curtas, seja por meio de transporte coletivo, caronas ou até pela aquisição de um transporte motorizado individual. (GEHL, 2015)

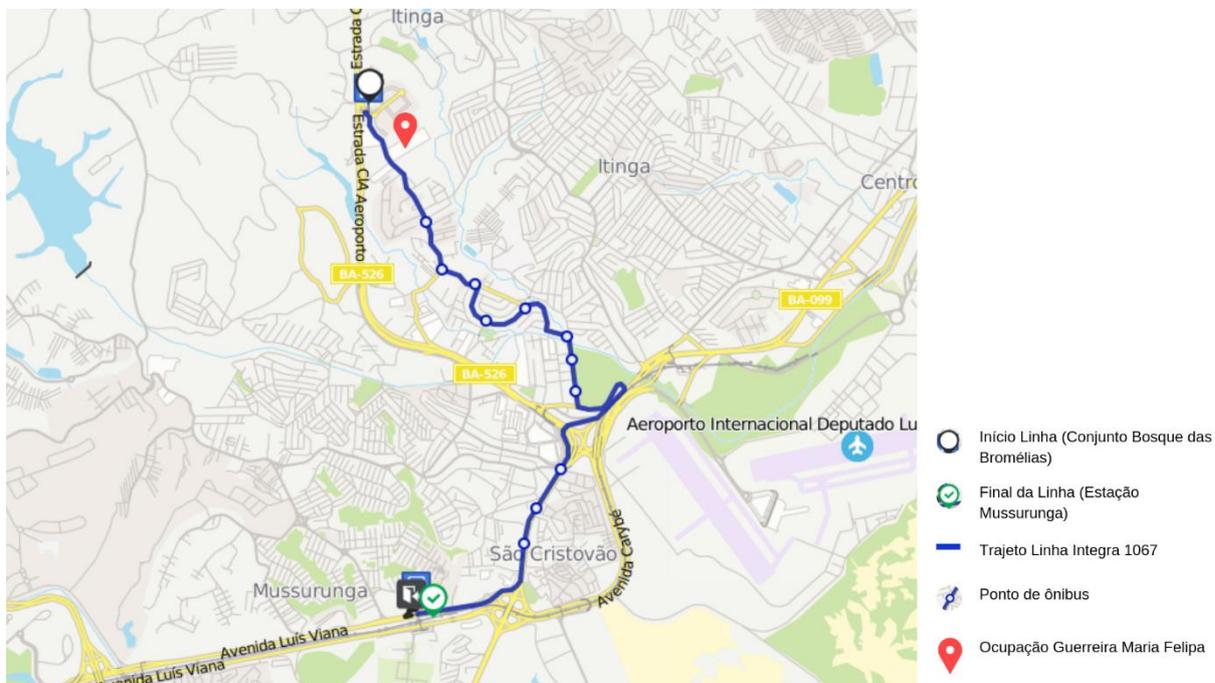
O transporte coletivo no entorno da Ocupação ocorre por meio do Subsistema de Transporte Especial Complementar (STEC), realizado pela cooperativa de micro-ônibus CoopSteCs, e de ônibus municipais do sistema Integra Salvador. Os ônibus da cooperativa começaram a passar na frente da Ocupação a partir da pavimentação da Rua Joaquim Ferreira (Figura 14), após a entrega do conjunto residencial Jardim das Margaridas, ressalta-se que o cartão de transporte do sistema Integra, não é aceito pelas cooperativas. A linha do sistema Integra (Figura 15), desde agosto de 2018, percorre o trecho entre o Conjunto Bosque das Bromélias, passando pela frente da Ocupação indo até a Estação Mussurunga de ônibus e metrô. Antes disso, os ônibus deste sistema só iam até o conjunto Bosque das Bromélias (cerca de 400m da ocupação).

Figura 14 - Exemplo de trajeto feito pelo microônibus do sistema STEC entre o bairro de São Marcos, passando pela Ocupação Guerreira Maria Felipa, chegando no Conjunto Bosque das Bromélias



Fonte: Elaborado pela equipe com base no aplicativo Moovit, 2018.

Figura 15 - Trajeto feito pelo ônibus do sistema Integra entre o Conjunto Bosque das Bromélias, passando pela Ocupação Guerreira Maria Felipa, chegando na Estação Mussurunga



Fonte: Elaborado pela equipe com base no aplicativo Moovit, 2018.

De acordo com Campos Filho (2010, p. 40), ninguém gosta de mudar de meio de transporte: por exemplo, do micro-ônibus ou van para o ônibus e deste para os trens dos subúrbios e o metrô, pois esse transbordo toma tempo. Reclamações constantes têm ocorrido com relação às distâncias que precisam ser percorridas entre o metrô e ônibus por meio das passarelas, principalmente para aqueles que possuem maior dificuldade para se locomover como idosos e deficientes. Outra questão é a necessidade de ter dinheiro no cartão integração para realizá-la. Se pensarmos na renda dessas famílias, muitas vezes R\$3,70 (valor de 1 passagem) é o dinheiro que têm para emergências ou para compra do alimento diário. Além disso, a recarga do cartão só é possível ser realizada nas estações ou em postos destinados a esse fim, os postos de recarga do Salvador Card mais próximos estão no bairro de São Cristóvão (Figura 16) e os do Cartão Integração do Metrô somente podem ser recarregados nas estações de metrô, as mais próximas são a Estação Mussurunga e a Estação Aeroporto.

Figura 16 - Pontos de venda Bilhete Avulso Salvador Card

155	SÃO CRISTÓVÃO	ARTE E MIDIA	AVENIDA SÃO CRISTOVÃO,Nº18076. SHOPPING SÃO CRISTOVÃO.	3377-5510	SEGUNDA À SÁBADO DE 8:00 ÀS 19:00HS.
156		FARMÁCIA ESPERANÇA	AVENIDA ALIOMAR BALEIRO KM 13,5,Nº177. VILA VERDE.	3252-0948	SEGUNDA À SÁBADO DE 07:00 ÀS 21:30HS. DOMINGO E FERIADO DE 07:00 ÀS 13:00HS.
157		FARMÁCIA SÃO	AVENIDALUIZ VIANA, LOJA 40,41 E 42.	3251-5523	SEGUNDA À SÁBADO DE 7:00 ÀS 19:00HS.
158		FARMÁCIA DO BAIRRO	RUA ARQUITETO MARCOS MOREIRA SOLTER Nº383. PARQUE SÃO CRISTOVÃO.	3252-1291	SEGUNDA À SÁBADO DE 08:00 ÀS 20:30HS. DOMINGO DE 08:00 ÀS 13:00HS.
159		TOQUIO RECARGAS	NORTE SHOPING L2 - EM FRENTE A HERING.		SEGUNDA À SÁBADO DE 9:00 ÀS 21:40HS DOMINGO E FERIADO DE 12:00 ÀS 20:30HS

Fonte: Salvador Card, sem ano. Disponível em:

<[http://www.salvadorcard.com.br/Pontos\\_de\\_Venda\\_Bilhete\\_Avulso.pdf](http://www.salvadorcard.com.br/Pontos_de_Venda_Bilhete_Avulso.pdf)>. Acesso em: 26/11/2018.

Como dito nos tópicos de educação e saúde, os equipamentos sociais estão distantes da ocupação. Campos Filho diz que,

Com relação aos serviços de educação e saúde, especialmente aqueles de realização diária, como o maternal, especialmente aqueles de realização diária, como o maternal, a pré-escola e os ensinos fundamental e médio, que atendem crianças e adolescentes, podemos dizer que, por sua frequência e pelas questões de segurança envolvidas na circulação urbana [...]

pode-se dizer que a proximidade desses equipamentos em relação à moradia é desejável, de modo a permitir que a criança com idade suficiente possa andar a pé sozinha em poucos minutos e com segurança de sua casa até ele. [...] 800 metros tem sido a distância máxima definida como cômoda para se andar a pé até o comércio, serviço ou equipamentos sociais. [...]. É uma definição dependente de uma opção por se andar a pé maiores ou menores distâncias.” (CAMPOS FILHO, 2010, p.19-20)

Considerando o que foi pontuado na citação e a realidade da cidade de Salvador, a distância máxima para andar a pé de forma confortável deve considerar o relevo, a época do ano (verão muito quente e inverno com muita chuva), a existência ou não de calçadas, as condições do calçamento e se é ou não arborizada. A caminhada a pé nas proximidades da Ocupação é pouco confortável, com passeios estreitos, em que é necessário dividir o espaço com os carros para continuar caminhando, pouca sombra e arborização, muros altos que aumentam a sensação de insegurança e não trazem atratividade para o trecho de caminhada.

Ao escolher entre tipos de ruas e soluções de tráfego, é preciso partir da dimensão humana. Deve ser possível à pessoas deslocar-se pelas cidades, a pé ou de bicicleta, de forma confortável e segura. Quando forem adotadas soluções de tráfego, exija-se especial atenção às crianças, aos jovens, aos idosos e às pessoas com necessidades especiais. Qualidade para pessoas e segurança para os pedestres devem ser preocupações básicas. (GEHL, 2015, p. 93)

De acordo com o Plano de Mobilidade Sustentável, que está sendo construído em Salvador, está prevista a implantação de um Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) na BA-526, chamado de VLT Metropolitano (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**).

Figura 17 - Modificações previstas de acordo com o PlanMob Salvador



Fonte: Projeto de Lei do Plano Municipal de Mobilidade Sustentável de Salvador, 2018.

Apesar de ser uma que ocorrerá nas proximidades de onde moram nenhum dos presentes na Ação Educativa tinham conhecimento sobre ela. Considerando isso, é possível perceber que não há intenção da municipalidade de Salvador de que os cidadãos conheçam e opinem no planejamento da cidade.

## **b. Educação**

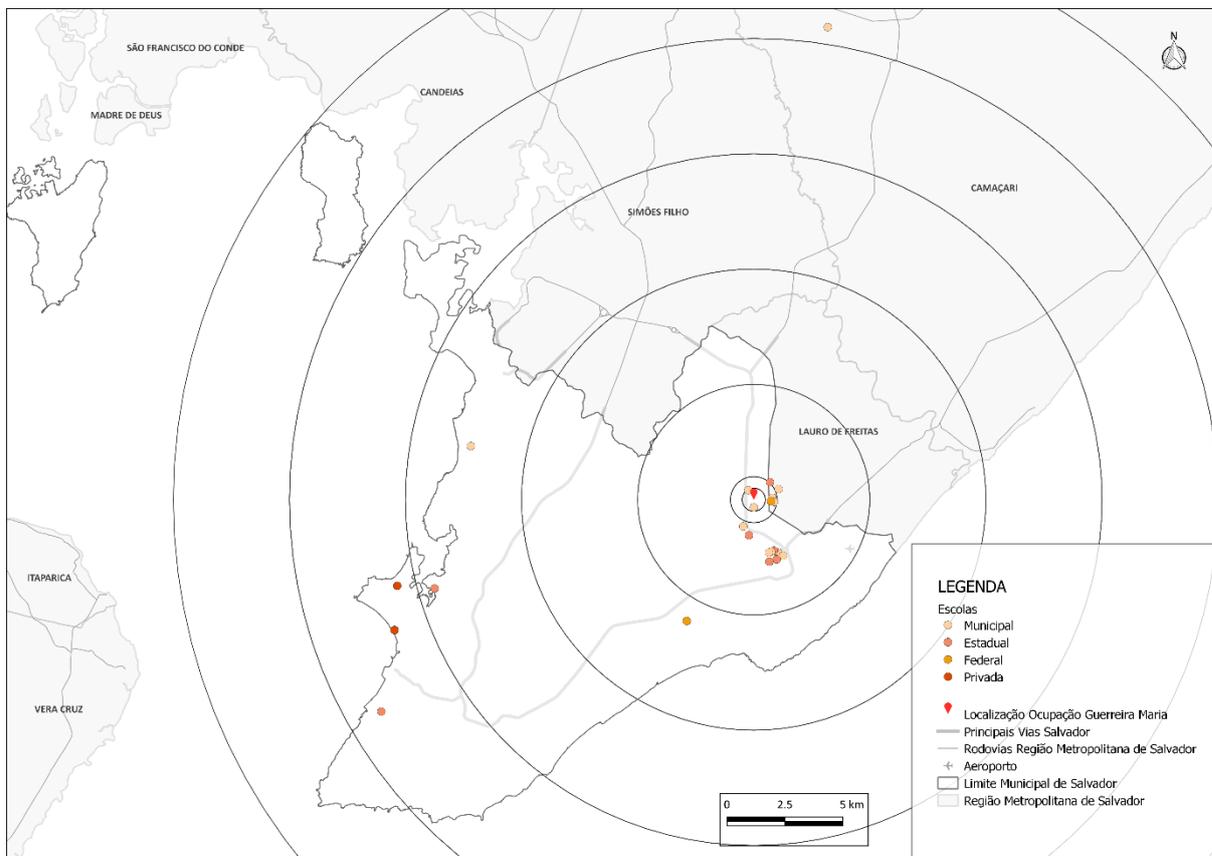
Para tratar de educação, primeiro foram coletadas informações com os moradores no Cadastro Socioeconômico. As perguntas realizadas visavam a obtenção de informações sobre o perfil dos moradores com relação à educação. No que se refere à educação dos moradores da Ocupação, 23% estudam na Escola Municipal Bosque das Bromélias e 17% na Escola Municipal Jardim das Margaridas, as mais próximas da Ocupação. Nos bairros próximos, São Cristóvão e Itinga a porcentagem de estudantes da Ocupação é de 15%, o somatório dos que estudam no Subúrbio Ferroviário, Orla Atlântica, Centro Antigo de Salvador, e Camaçari é de 20%, os outros 25% não disponibilizaram essa informação. Muitos alunos que precisam acessar essas escolas mais distantes, chegam a passar a semana na casa de parentes, como é o caso dos que estudam no Subúrbio Ferroviário e em Camaçari.

No caso da educação, os equipamentos principais são: a creche, a escola maternal, o ensino fundamental do 1º ao 5º ano (antigo pré-primário e primário), do 6º ao 9º ano (antigo ginásio) e o ensino médio (antigo colegial). O ensino de nível superior tem outra lógica de localização, a qual pode ser bem mais distante da moradia que a dos equipamentos de ensino fundamental e médio.

Os cursos superiores ou os do tipo de ensino de reciclagem, por exemplo, de mão de obra, mais especializados, também devem estar localizados nos locais de acessibilidade metropolitana, isto é, nas centralidades de mais alto nível. (CAMPOS FILHO, 2010, p.58)

No mapa abaixo (Figura 18) podemos ver a localização dessas escolas e o raio de abrangência delas em relação à Ocupação Guerreira Maria Felipa. Pode-se observar uma concentração de escolas no bairro de São Cristóvão, a maioria delas atendem os alunos de ensino médio.

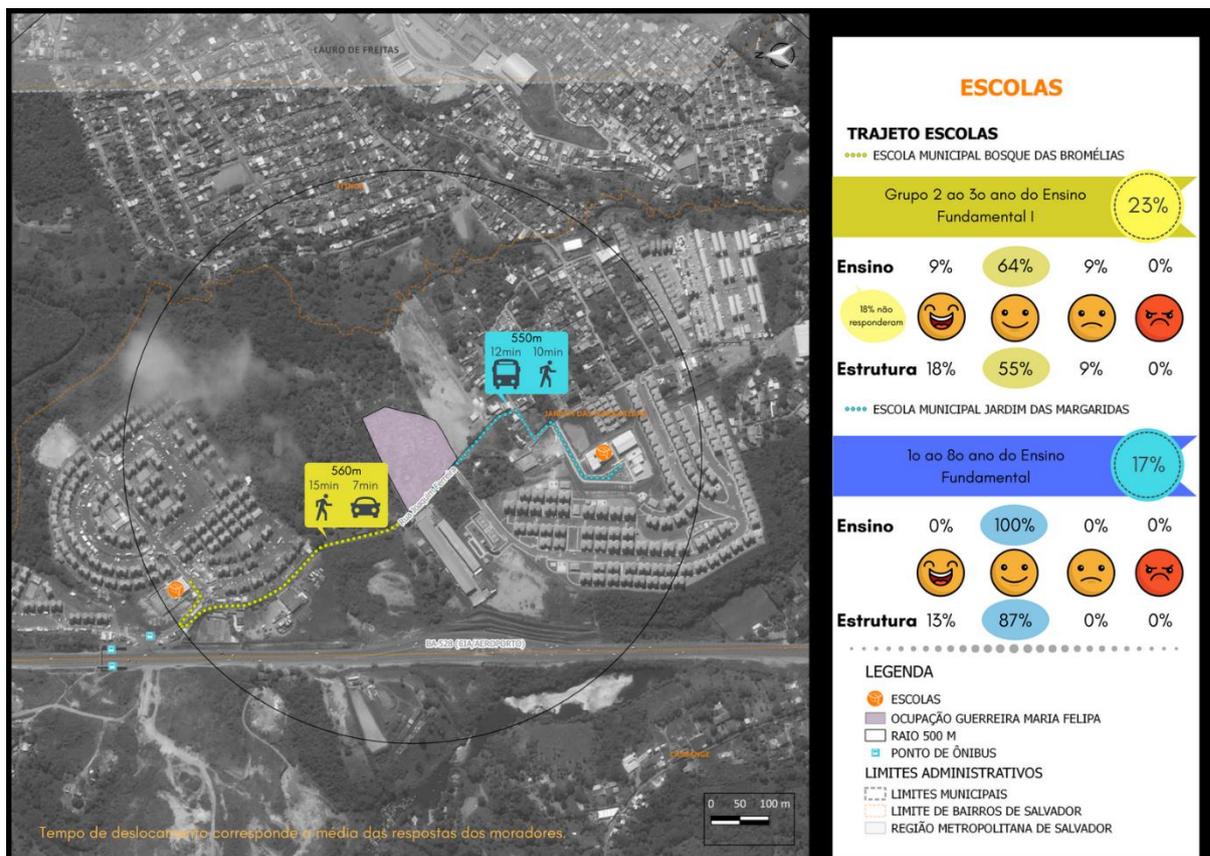
Figura 18 - Equipamentos educacionais utilizados pelos moradores com raio de abrangência da Ocupação Guerreira Maria Felipa



Fonte: Elaborado pela equipe com base em Cadastro Socioeconômico, 2018.

Como forma de complementar esse diagnóstico, foram buscadas informações relacionadas às escolas dentro do raio de abrangência de 500m. Como é possível verificar no mapa a seguir (Figura 19), o principal meio de locomoção utilizado para chegar a Escola Municipal Bosque das Bromélias é andar a pé, seguido do transporte motorizado individual como carro ou moto. A Escola atende crianças do grupo 2 ao 3º ano do ensino fundamental. A Escola Municipal Jardim das Margaridas, inaugurada em 2018, atende crianças do 1º ao 8º ano do ensino fundamental. Para chegar a ela os moradores da Ocupação utilizam principalmente transporte escolar disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Salvador ou se locomovem a pé. No mapa também é possível visualizar um infográfico com a compilação dos dados relacionados à satisfação dos pais com a escola dos filhos.

Figura 19 - Localização das Escolas Municipais Bosque das Bromélias e Jardim das Margaridas em relação à Ocupação Guerreira Maria Felipa



Fonte: Elaborado pela equipe com base Imagem de Satélite Google Earth e Cadastro Socioeconômico, 2018.

### c. Saúde

Dentro da administração municipal de Salvador, o bairro Jardim das Margaridas, onde a Ocupação está localizada, faz parte do Distrito Sanitário de Itapuã junto com outros 36 bairros.

O tipo de unidade mais próxima da ocupação é a USF Jardim das Margaridas, inaugurada em 27 de março de 2018 (Figura 22). Segundo site da Secretaria Municipal de Saúde de Salvador, esse tipo de unidade promove

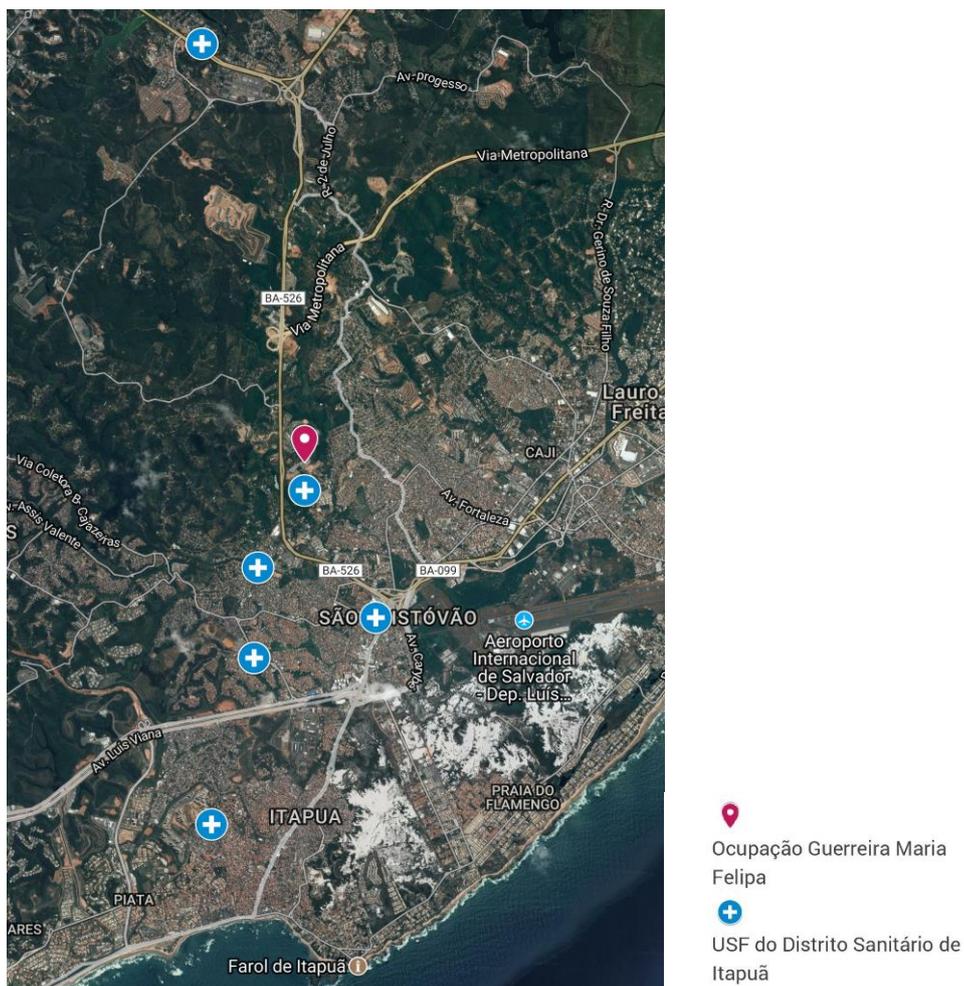
Atenção integral à saúde, desde o recém nascido até o idoso, com atendimento médico, enfermagem e odontológico, incluindo a oferta de serviços de vacina, administração e dispensação de medicamentos, realização de procedimentos de enfermagem (curativos, aferição da pressão arterial e glicemia, aferição de peso e altura) e coleta de exames laboratoriais.

**Atendimento:** Famílias Cadastradas.

**Horário de Funcionamento:** De segunda a sexta, das 08 às 17 horas. (Site Secretaria Municipal de Saúde, acesso em Ago/2018)

Fazem parte do distrito sanitário de Itapuã outras cinco USF, Alto do Coqueirinho, Mussurunga, Parque São Cristóvão, Aristides Pereira Maltez e Nova Esperança (Figura 20).

Figura 20 - Unidades de Saúde da Família do Distrito Sanitário de Itapuaã



Fonte: Elaboração própria com base em Secretaria Municipal de Saúde (2018); Google Maps (2018).

Segundo os moradores, na data da inauguração, foi questionado ao atual prefeito, ACM Neto, presente no dia quem poderia ser atendido na USF, ele afirmou que a unidade também atenderia o entorno e não apenas os moradores do Conjunto Residencial Jardim das Margaridas. A equipe de trabalho realizou uma visita na USF no dia 29 de junho em decorrência das queixas dos moradores da Ocupação que diziam ter dificuldade em obter atendimento (Figura 21). Em conversa informal com a coordenadora da unidade, a mesma afirmou que a poligonal de atendimento abrange apenas o Residencial Jardim das Margaridas, que a unidade ainda não contava com a equipe completa e que enquanto muitos apartamentos ainda estão vazios, eles estão atendendo pessoas com comprovante de residência do Residencial Bosque das Bromélias, seja em seu próprio nome ou nome de familiares diretos.

Figura 21 - Unidade de Saúde da Família Jardim das Margaridas



Fonte: Arquivo da Equipe, 2018.

A coordenadora ressaltou, que essa abertura para atendimento, foi uma decisão dos próprios funcionários da USF, já que eles lidam diretamente com o público e entendem a carência de serviços de saúde no entorno e a necessidade de atendimento. A USF está a cerca de 550m da Ocupação e os principais meios de locomoção utilizados pelos moradores são o motorizado individual e andar a pé, como é possível ver na Figura 22.

Figura 22 - Localização da USF Jardim das Margaridas em relação à Ocupação Guerreira Maria Felipa

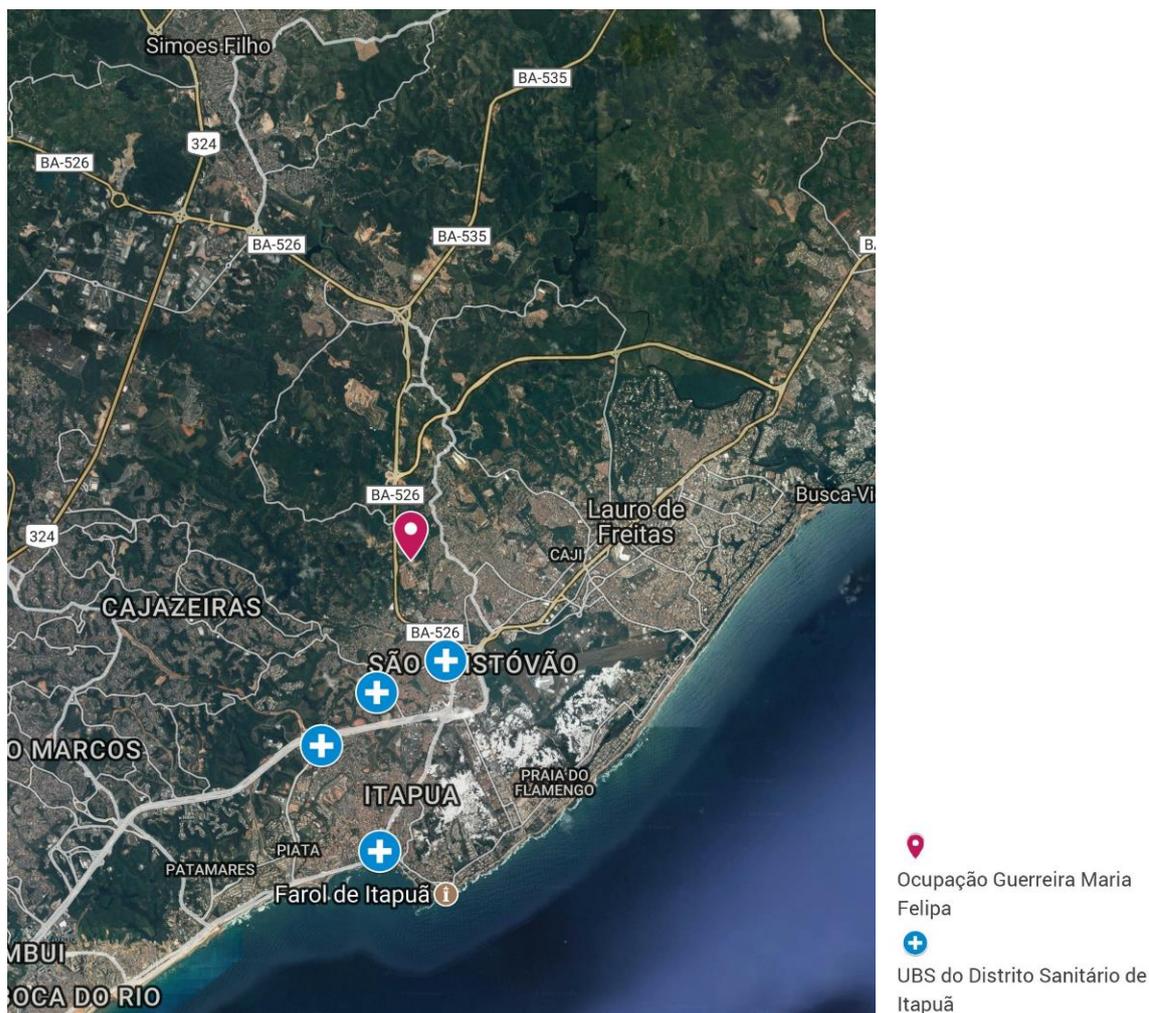


Fonte: Elaborado pela equipe com base Imagem de Satélite Google Earth e Cadastro Socioeconômico, 2018.

Como é possível verificar no infográfico presente na Figura 22, alguns moradores da Ocupação possuem deficiência física, auditiva, visual ou mental. Para essas pessoas, a limitação de acesso aos equipamentos sociais de saúde são um agravante. Ainda existem moradores com outros problemas de saúde, como hipertensão, diabetes e doenças renais.

No que tange às outras categorias municipais de serviços de saúde do Distrito Sanitário de Itapuã estão quatro Unidades Básicas de Saúde, são elas a UBS - Dr. Eduardo B. Mamede, o 7º Centro de Saúde Profº José Mariane, a UBS - São Cristóvão e a UBS - C.S. Dr. Orlando Imbassahy (Figura 23). De acordo com a Secretaria de Saúde Municipal, nessas unidades são oferecidos atendimentos básicos de Pediatria, Ginecologia, Clínica Geral, Enfermagem e Odontologia. O atendimento é aberto a todos os cidadãos e o funcionamento ocorre nos dias úteis (segunda a sexta) das 08 às 17 horas.

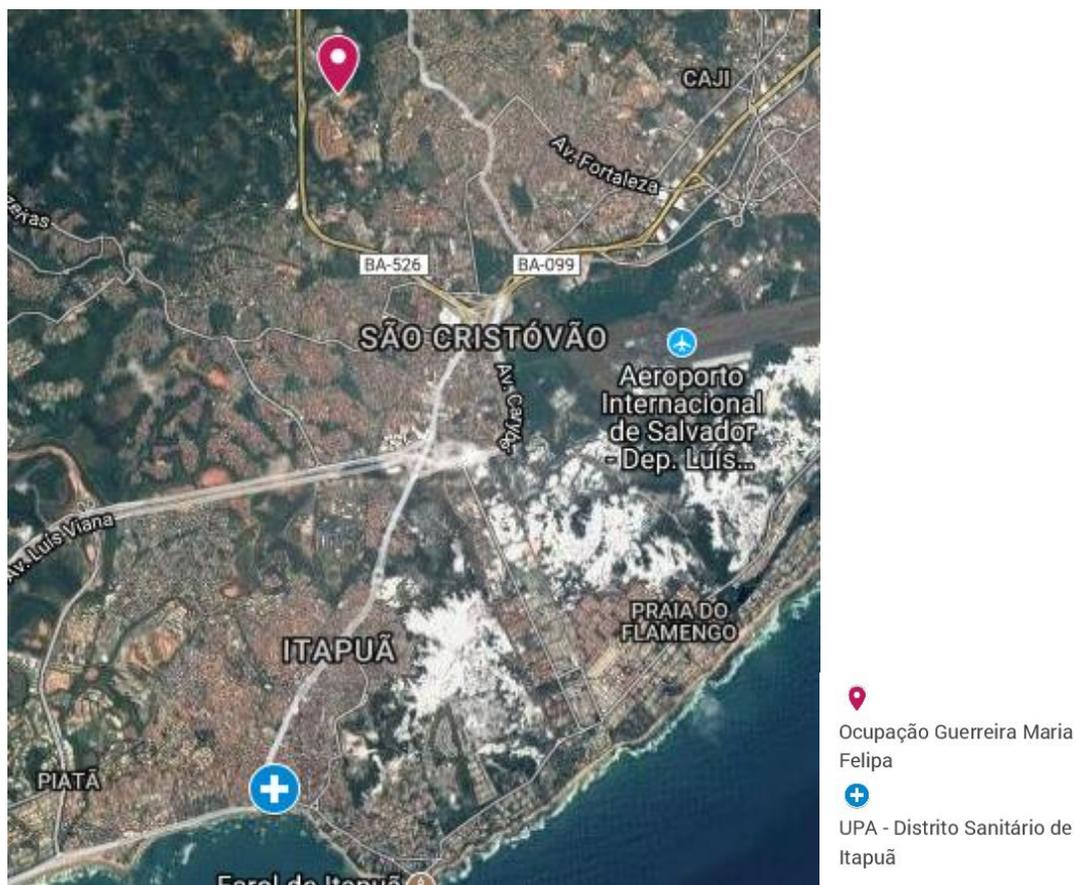
Figura 23 - Unidades Básicas de Saúde do Distrito Sanitário de Itapuã



Fonte: Elaboração própria com base em Secretaria Municipal de Saúde (2018); Google Maps (2018).

A única Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Distrito Sanitário de Itapuã é a Hélio Machado localizada em Nova Brasília de Itapuã, à cerca de 10km da Ocupação Guerreira Maria Felipa (Figura 24). Esta categoria de unidade atende 24hs horas por dia, todos os dias da semana e tem o intuito de resolver casos de urgências e emergências para qualquer cidadão.

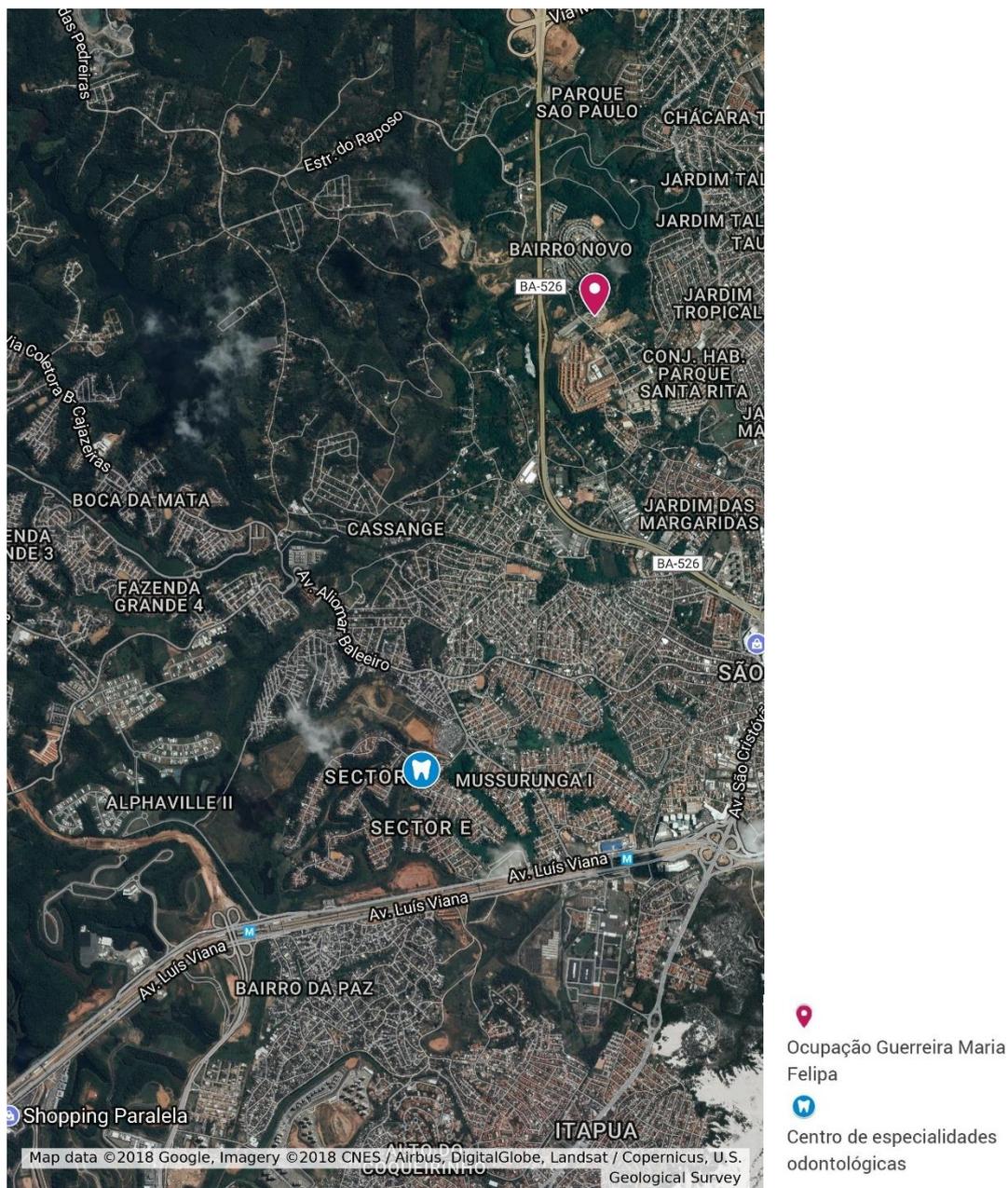
Figura 24 - Unidade de Pronto Atendimento do Distrito Sanitário de Itapuã



Fonte: Elaboração própria com base em Secretaria Municipal de Saúde (2018); Google Maps (2018).

Ainda da rede municipal, os atendimentos odontológicos de média e alta complexidade do Distrito Sanitário de Itapuã são realizados no único Centro de Especialidades Odontológicas localizado no bairro de Mussurunga (Figura 25). Os pacientes atendidos são encaminhados pelas UBS e USF.

Figura 25 - Centro de Especialidades Odontológicas do Distrito Sanitário de Itapuaã

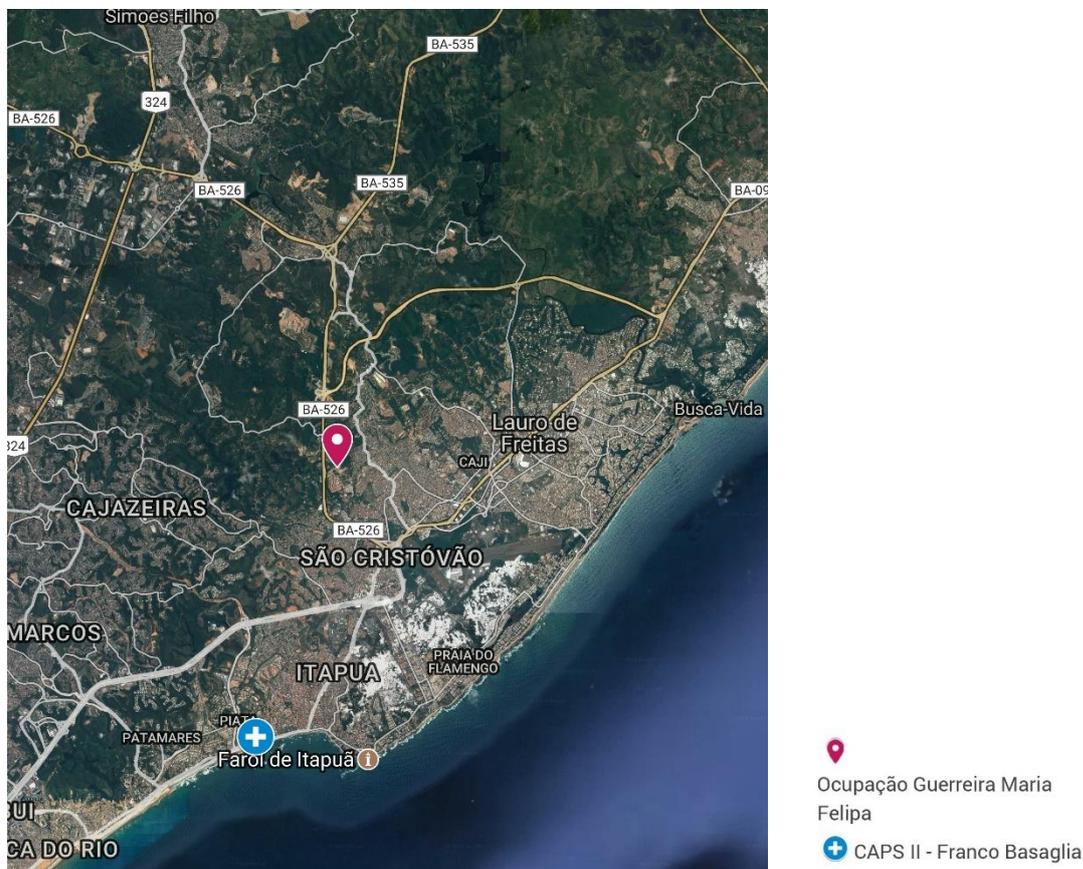


Fonte: Elaboração própria com base em Secretaria Municipal de Saúde (2018); Google Maps (2018).

O Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), localizado no bairro de Piatã realiza o atendimento de pessoas com transtornos mentais leves através de atendimento ambulatoriais (Figura 26). Conforme dados do Cadastro Socioeconômico, três moradores declararam diagnóstico de Depressão. Considerando as condições precárias de moradia e que questões psicológicas ainda são um tabu, foi percebida uma necessidade de lidar com a situação psicológica dos moradores de forma individual e coletiva. Porém, essa demanda não pôde ser abarcada por nenhum dos residentes em função de suas formações. Considerando isso, a solução encontrada pelos residentes foi sugerir à alguns moradores a

busca de atendimento psicológico em unidades de saúdes, como o CAPS, ou em universidades.

Figura 26 - Centro de Atendimento Psicossocial do Distrito Sanitário de Itapua



Fonte: Elaboração própria com base em Secretaria Municipal de Saúde (2018); Google Maps (2018).

Outros atendimentos são disponibilizados para todos os cidadãos como os realizados em Multicentros, Pronto Atendimento Psiquiátrico (PAP), Unidade de Atendimento Odontológico (UAO), Serviço de Assistência Especializada (SAE) e Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA) e o Centro de Saúde Mental (CSM).

Quadro 1 - Unidades da rede municipal de saúde que oferecem atendimento a todos os cidadãos

Tipo de Unidade	Endereço	Bairro	Distância até a Ocupação (Km) <sup>1</sup>	Descrição do Atendimento <sup>2</sup>
Multicentro	Rua Visconde de Itaboraí, 1193	Nordeste de Amaralina	26,1	Unidades que ofertam consultas, exames especializados e consultas médicas de apoio. O atendimento é feito por meio do Sistema Vida + (UBS e USF).
	Vale Das Pedrinhas 326 - R. Raimundo	Santa Cruz	26,3	

	Viana			
	R. Carlos Gomes, 270	Centro	29,5	
	1A Travessa Lima e Silva, 2-116	Liberdade	26,1	
<b>Centro de Saúde Mental (CSM)</b>	R. Itabuna, 2	Rio Vermelho	27,4	Realizam atenção especializada a pessoas com sofrimento ou transtornos mentais leves e com necessidades decorrentes do uso de drogas.
	Av. Laurindo Regis, 1	Engenho Velho de Brotas	26,7	
	R. Augusto dos Anjos	Massaranduba	28,3	
<b>Pronto Atendimento Psiquiátrico (PAP)</b>	Av. Centenário, S/N	Garcia	31,7	Atende casos de urgência e emergência em saúde mental. Funciona 24hs por dia, recebe demanda aberta, mas atende prioritariamente os casos encaminhados pelos CAPS e SAMU.
<b>Unidade de Atendimento Odontológico (UAO)</b>	Av. Vasco da Gama, 224	Engenho Velho da Federação	27,4	Podem resolver grande parte das urgências e emergências em saúde bucal. São prestados atendimentos de urgência em adultos e crianças.
	Rua Lima e Silva (Estrada da Liberdade), 401	Liberdade	25,3	
<b>Serviço de Assistência Especializada (SAE)</b>	Estr. da Liberdade, 217	Liberdade	26,9	Realiza acompanhamento e assistência aos portadores de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e AIDS.
	R. do Carro	Nazaré	28	
<b>Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA)</b>	R. Artur Bernardes, S/N	Bonfim	29,1	Unidade básica de saúde que oferece diagnóstico sorológico da infecção pelo HIV, VDRL (sífilis), Hepatite Viral B e C e HTLV de forma sigilosa e orientada.

Fonte: Elaboração própria com base em Secretaria Municipal de Saúde (2018); Google Maps (2018).

Nota: <sup>1</sup>Distância mais próxima de carro entre a Ocupação Guerreira Maria Felipa e a unidade.

<sup>2</sup>Informações disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Salvador.

Como é possível no Quadro 1 unidades estão em bairros distantes da Ocupação Guerreira Maria Felipa, a mais próxima estando a cerca de 25km de distância, dificultando o acesso aos moradores a atendimentos que lhes são de direito. Os hospitais mais próximos da Ocupação são o Hospital Municipal de Salvador (6,7km) e o Hospital do Subúrbio (21,2km).

#### **d. Iluminação**

A iluminação foi uma questão muito citada pelos moradores como um problema no período do Cadastro. A má distribuição de pontos de iluminação é notória tanto na Rua Joaquim Ferreira, quanto nas ruas dentro da Ocupação. As caminhadas a noite, feitas por moradores que estão chegando do trabalho ou que precisam se deslocar no entorno se torna extremamente perigosa. Dentro da Ocupação, os espaços onde há pouca iluminação são pouco frequentados, sem vida e fazem com que os moradores se sintam inseguros.

Em fevereiro de 2018, com o asfaltamento e calçamento da Rua Joaquim Ferreira e a construção do muro entre a rua e a Ocupação pela Prefeitura Municipal de Salvador<sup>9</sup>, um poste foi deixado no meio de uma das duas faixas da via, como pode ser visto na imagem abaixo. Este só foi mudado para a calçada após a ocorrência de uma colisão de um carro com o poste (Figura 27 e Figura 28).

Figura 27 - Foto da Rua Joaquim Ferreira em frente à Ocupação Guerreira Maria Felipa com poste no meio da rua



Fonte: Acervo da Equipe. Maio, 2018.

---

<sup>9</sup> Muro foi construído a partir de negociação entre o MSTB, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo (SEDUR) e dito proprietário. Além da entrada principal, o muro possui duas entradas de pedestres deixadas após negociação dos moradores com os responsáveis pela obra, da Superintendência de Obras Públicas de Salvador (SUCOP).

Figura 28 - Foto da Rua Joaquim Ferreira em frente à Ocupação Guerreira Maria Felipa após colisão e mudança da posição do poste



Fonte: Acervo da equipe, 2018.

A distribuição domiciliar de energia na Ocupação inicialmente ocorreu com postes improvisados, de madeira, instalados nas ruas internas (Figura 29). Alguns postes contam com lâmpadas que contribuem para a iluminação dos Espaços Comuns, nesses locais a iluminação é suficiente para diminuir a sensação de insegurança. Onde não há lâmpadas nos postes, a iluminação comum é dada pela instalação delas na porta das casas mesmo que não estejam em casa, os moradores, deixam-as ligadas. O local mais iluminado da ocupação é a entrada onde há um grande refletor. Esse espaço é o mais utilizado pelos moradores à noite, seguido do final da rua onde fica o Bar de D. Maria (Figura 30).

Figura 29 - Postes improvisados da Ocupação Guerreira Maria Felipa



Fonte: Acervo da equipe, 2018.

Figura 30 - Rua da Ocupação Guerreira Maria Felipa onde está localizado o bar de D. Maria



Fonte: Acervo da Equipe. Maio, 2018.

Existe uma grande correlação entre a iluminação dos espaços comuns e a sensação de segurança por parte dos moradores. Em muitos casos pode ser determinante para o uso ou não de um determinado espaço. Dentro da Ocupação é possível perceber que as ruas mais iluminadas também são as mais movimentadas, como é o caso da rua onde fica o Bar de Dona Maria.

### **e. Segurança**

De acordo com Jan Gehl (2015, p. 91), “sentir-se seguro é crucial para que as pessoas abracem o espaço urbano. Em geral, a vida e as próprias pessoas tornam a cidade mais convidativa e segura, seja em termos de segurança percebida ou vivenciada.” Ainda de acordo com o autor, a segurança está relacionada com a possibilidade de caminhar, com as percepções de cada indivíduo independentemente de qual grupo socioeconômico pertença.

Ao lado das visões idealistas de cidades seguras e abertas surge a realidade de muitas sociedades urbanas. A desigualdade social e econômica é o plano de fundo para os altos índices de criminalidade e as tentativas (total ou parcialmente) privadas de proteger a vida e a propriedade.

[...]

Cabe destacar que simples soluções individuais urbanas de prevenção à criminalidade não ajudam muito em locais onde a sensação de insegurança tem profundas raízes nas condições sociais. [...]. (GEHL, 2015, p. 97)

Ao relacionar o que foi dito no parágrafo anterior com a realidade da Ocupação Guerreira Maria Felipa, vemos que essa é uma área que está passando por um processo de reintegração de posse, o que só aumenta a sensação de insegurança dos moradores, mesmo dentro das suas casas.

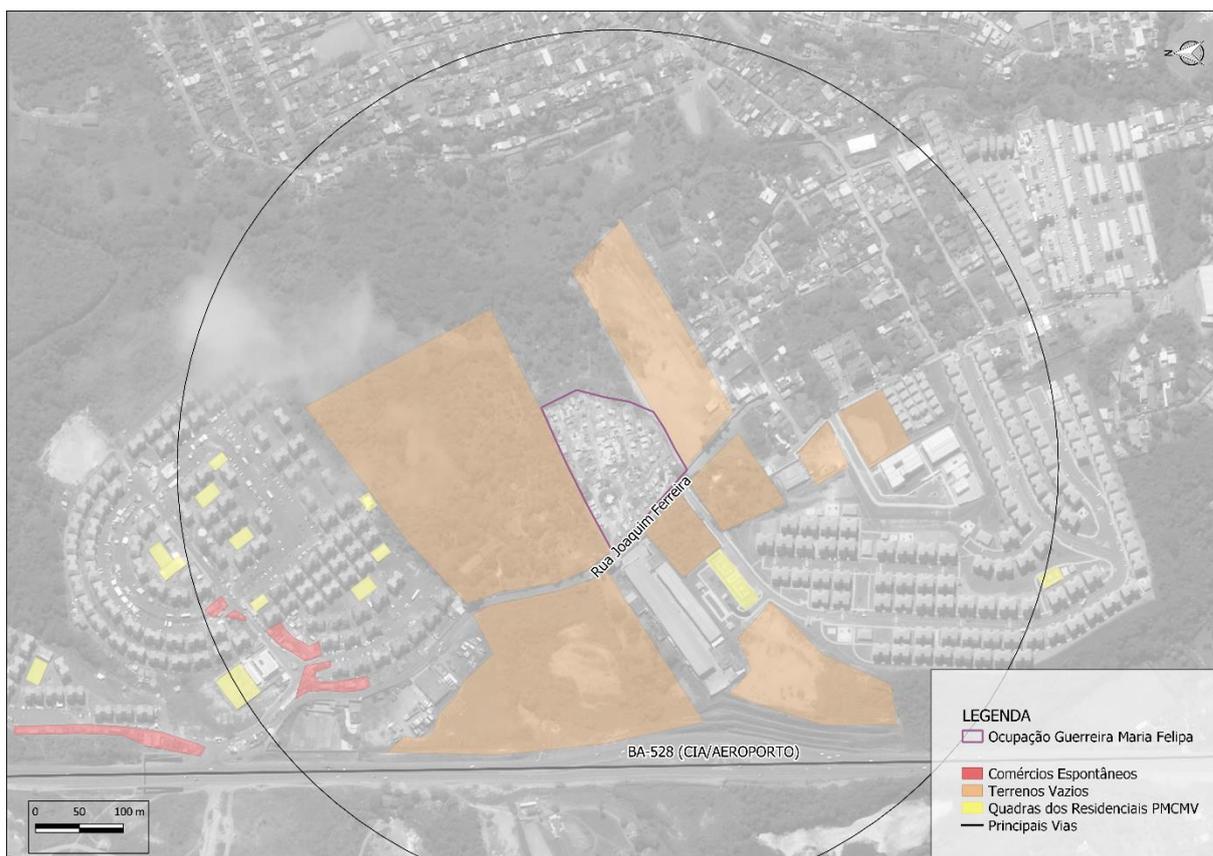
Outro fator que interfere na sensação de segurança, está relacionado à quantidade de iluminação, mencionado no item anterior, que difere entre as ruas da Ocupação, onde as mais iluminadas são as que se percebe uma maior vida na rua. São também nessas ruas, que se encontra um maior número de lotes com uso misto, como os bares, os mercadinhos, a venda de salgados e os geladinhos. Como falado a seguir por Jan Gehl:

(...), cabe esclarecer que a experiência da vitalidade na cidade não se limita à quantidade. A cidade viva é um conceito relativo. (...). O que importa não são números, multidões ou o tamanho da cidade, e sim a sensação de que o espaço da cidade é convidativo e popular; isso cria um espaço com significado.

A cidade viva também precisa de uma vida urbana variada e complexa, onde as atividades sociais e de lazer estejam combinadas, deixando espaço para a necessária circulação de pedestres e tráfego, bem como oportunidades para participação na vida urbana. Calçadas abarrotadas, com multidões se acotovelando para abrir caminho, nunca indicam boas condições para a vida da cidade.” (GEHL, 2015, p. 63-65)

Considerando a falta de comércios e serviços, grande quantidade de lotes vazios no entorno da Ocupação, a passagem de transporte coletivo na entrada da Ocupação somente neste ano de 2018, a falta de praças e áreas de lazer que não estejam atreladas aos conjuntos do Programa Minha Casa, Minha Vida, percebe-se que este espaço não é convidativo, nem possui vitalidade (Figura 31).

Figura 31 - Lotes Vazios, Quadras dos Residenciais PMCMV e comércios espontâneos



Fonte: Elaboração própria com base em Google Maps, 2018.

Para Jacobs (2011), a segurança está relacionada à diversos fatores, muitas das quais são difíceis de explicar e mensurar, por conta disso aqui será tratado do uso das calçadas. Ela considera que algumas características devem se fazer presentes

Primeira, deve ser nítida a separação entre o espaço público e o espaço privado. O espaço público e privado não podem misturar-se, como normalmente ocorre em subúrbios ou em conjuntos habitacionais.

Segunda, devem existir olhos para a rua, os olhos daqueles que podemos chamar de proprietários naturais da rua. Os edifícios de uma rua preparada para receber estranhos e garantir a segurança tanto deles quanto dos moradores devem estar voltados para a rua. Eles não podem estar com os fundos ou um lado morto para a rua e deixá-la cega.

E terceira, a calçada deve ter usuários transitando ininterruptamente, tanto para aumentar na rua o número de olhos atentos quanto para induzir um número suficiente de pessoas de dentro dos edifícios da rua a observar as calçadas. Ninguém gosta de ficar na soleira de uma casa ou na janela

olhando uma rua vazia. Quase ninguém faz isso. Há muita gente que gosta de entreter-se, de quando em quando, olhando o movimento da rua. (p. 35-36)

Quando observamos a Rua Joaquim Ferreira, se faz notar que existe distinção entre espaço público e privado, apesar disso, não existem construções voltadas para a rua que permitam a garantia da segurança dos moradores e de estranhos que se façam presentes. Também não há nenhum tipo de atrativo que mantenha usuários transitando a todos os momentos. como trataremos no item sobre Serviços.

## **f. Infraestrutura**

A Infraestrutura possui diversas definições, que são resultado, segundo Moraes e Costa (2010), de um processo histórico que está associado “a própria evolução dos direitos humanos e sociais e das necessidades básicas socialmente construídas”. Ela inclui não somente o aspecto físico, como a sua gestão e serviço. Para o autor,

a infraestrutura social e urbana envolve um amplo conjunto de bens e serviços sociais, equipamentos comunitários e redes de suporte à vida cotidiana das pessoas, das famílias, das comunidades e das cidades, com forte impacto sobre o desenvolvimento econômico, a promoção do bem-estar social e a garantia dos direitos humanos.

O departamento de Infraestrutura e Planejamento de Queensland (2007 *apud* MORAIS; COSTA, 2010) classifica a infraestrutura social em três categorias:

*i)* equipamentos e serviços universais como educação, formação, saúde, serviços sociais, recreação e esportes, serviços de segurança e emergência, equipamentos culturais, instituições civis e democráticas, entre outros; *ii)* equipamentos e serviços relacionados ao ciclo de vida com aqueles destinados a crianças, adolescentes, idosos, tais como creches e instituições de longa permanência para idosos; *iii)* equipamentos e serviços para pessoas com necessidades especiais, como grupos com etnias e culturas específicas, populações tradicionais etc.

Choguill (1996 *apud* MORAIS; COSTA, 2010) divide a infraestrutura urbana em dois grupos,

O primeiro grupo refere-se à infraestrutura social, envolvendo equipamentos de saúde e educação. O segundo grupo refere-se à infraestrutura física, envolvendo as instalações que fornecem os serviços de água, esgoto, coleta de lixo, energia elétrica, drenagem, além das estradas e trilhos que a população usa para o seu deslocamento.

Como mencionado em tópicos anteriores, a infraestrutura social, no que se refere a educação e saúde ainda é insuficiente para atender a demanda dos moradores da Ocupação e do entorno. A USF inaugurada neste ano de 2018 ainda aguarda a chegada de outra equipe profissionais para completar o seu, apesar disto foi projetada para atender apenas os moradores do Conjunto Residencial Jardim das Margaridas. Como os moradores deste ainda estão em processo de recebimento do apartamento ou mudança, a USF não

está operando em capacidade máxima o que permite que seus profissionais estendam o atendimento para os moradores do entorno da Ocupação Guerreira Maria Felipa, especialmente para os residentes do Conjunto Bosque das Bromélias. As escolas mais próximas contemplam o atendimento de creche e escola até o 8º ano do ensino fundamental, fazendo com que alunos do 9º ano, ensino médio e Educação para Jovens e Adultos (EJA) precisem se deslocar para outros bairros da cidade para estudar.

Os equipamentos de esportes, quadras, existem apenas nos residenciais do PMCMV o que faz com que moradores da Ocupação não os utilizem. Equipamentos culturais não existem no entorno e os de recreação foram criados pelos próprios moradores e são principalmente bares.

A Rua Joaquim Ferreira, onde está localizada a Ocupação, possui pavimentação, calçadas, postes de iluminação e rede de distribuição de energia. As condições dos três primeiros foram mencionadas nos tópicos anteriores mobilidade e iluminação. Um diagnóstico mais aprofundado precisa ser elaboração com relação às redes de drenagem e esgoto. Existe coleta regular de lixo na Rua, porém não existem caixas coletoras o que faz com que o lixo seja descartado na rua em um ponto próximo à Ocupação (esquina entre Rua Joaquim Ferreira e Amor Perfeito)<sup>10</sup>.

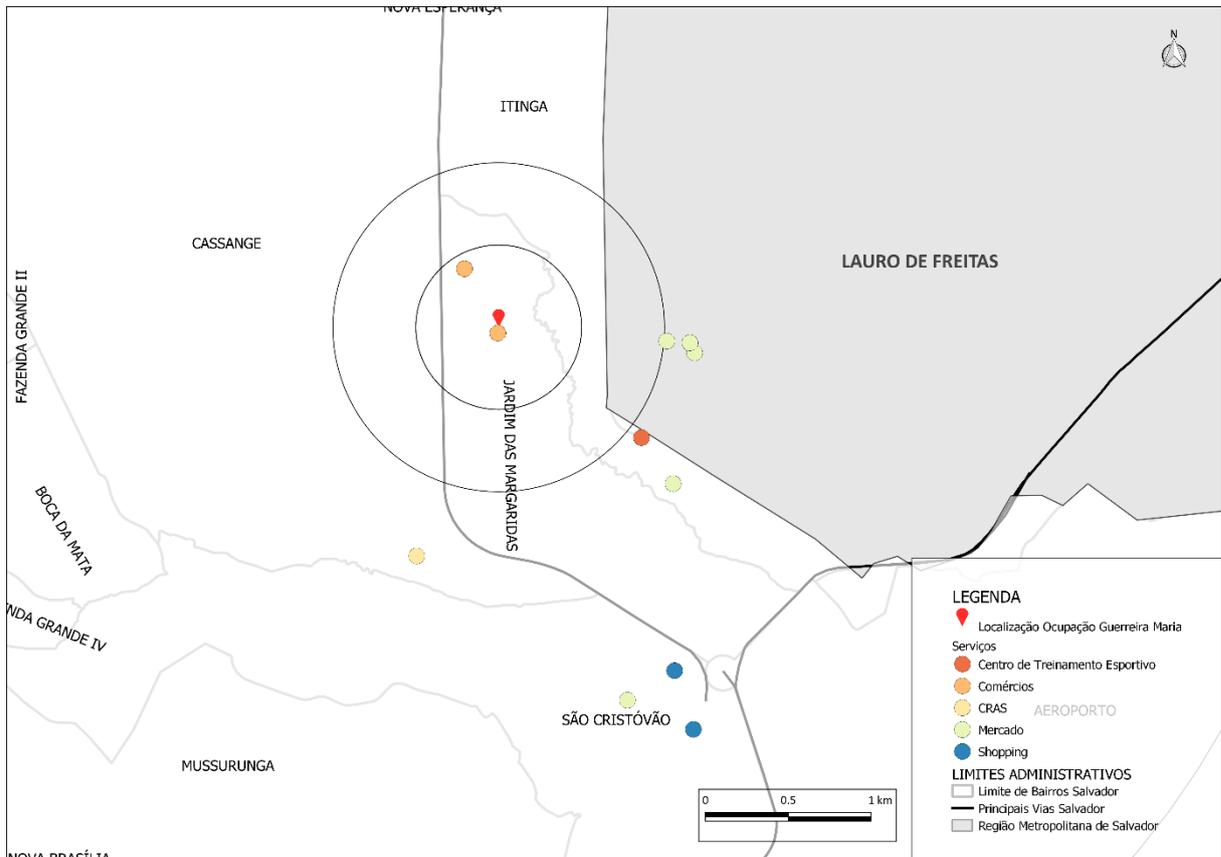
### **g. Serviços**

Durante o Cadastro, um dos problemas pontuados pelos moradores foi a falta de serviços próximos, principalmente os de uso diário, tais como: padarias, mercadinhos e farmácias. No mapa abaixo (Figura 32) é possível observar a distribuição de alguns serviços em diversos raios de proximidade da Ocupação.

---

<sup>10</sup> Mais informações relacionadas ao tema podem ser encontradas no trabalho realizado por uma participante da equipe sobre Saneamento Ambiental.

Figura 32 - Mapa de serviços por raio de abrangência da Ocupação Guerreira Maria Felipa



Fonte: Elaborado pela equipe, 2018.

Considerando isso, foram seguidos os parâmetros estabelecidos por Campos Filho (2010) de que os serviços deveriam estar organizados em torno da frequência de demanda dos moradores, para categorizar os serviços existentes nas proximidades da Ocupação Guerreira Maria Felipa. No primeiro nível de demanda, o local, ao qual pertencem os serviços que são acessados diariamente ou semanalmente e que podem ficar ao lado da casa, como os exemplificados pelo autor: açougue, quitanda, bar ou boteco, pequeno supermercado ou mercadinho, barbeiro e cabeleireiro. O segundo nível, o diversificado, dá apoio a moradia, mas fazem parte dele serviços com menor demanda e que podem ficar a uma distância confortável a pé, entre eles estão loja de sapatos, roupas, eletrodomésticos, supermercado grande.

O último nível, chamado pelo autor de sofisticado, é composto por serviços de apoio a outras atividades urbanas, são variados e possuem frequência de demanda muito menor, rara e até esporádica. Esses podem estar a uma distância que exija o uso de algum meio de transporte que não a pé como: relojoaria, artigos de cama e mesa, automóveis, equipamentos para indústrias, realização das atividades de comércio e serviços.

Percebe-se que para driblar a falta de serviços no entorno, moradores usam da criatividade e suas capacidades empreendedoras para suprir as demandas, é comum encontrar na Ocupação residências que possuem uso misto com comércio de bares, mercadinhos e venda de salgados por exemplo<sup>11</sup>. Também é possível encontrar entre os moradores costureira que vende assessórios e peças de vestuário, revendedoras de roupas e cosméticos. Dentre os moradores encontra-se profissionais que têm conhecimento em diversas áreas, como construção civil, por exemplo que se valem da falta de serviço no entorno para obter seus rendimentos e construir clientela. Apesar disto, foi comum durante as visitas técnicas realizadas na Ocupação ouvir reclamações sobre a dificuldade de acessar alguns serviços, a exemplo de bancos, escolas, serviços de saúde e farmácias.

## **4. JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS**

A equipe composta por Jéssica Macêdo - Engenheira Ambiental e Sanitarista, Ludmila Vale - Assistente Social, Rodrigo Machado - Arquiteto Urbanista, Taiane Moreira - Urbanista e Vanessa Dantas - Arquiteta Urbanista, trabalhou na Ocupação Guerreira Maria Felipa a partir de um eixo coletivo, a Educação Não-Formal, sobre a qual será tratada a seguir e cinco individuais, respectivamente, Saneamento Ambiental, Geração de Renda, Regularização Fundiária, Questões Urbanas e Espaços Comuns. Considerando isso, primeiro será apresentada aqui as justificativas e objetivos no âmbito da proposta coletiva, para em seguida apresentá-la no âmbito dos trabalhos individuais.

### **4.1. NO ÂMBITO DA PROPOSTA COLETIVA**

#### **4.1.1. OBJETIVO**

Promover a formação e capacitação dos moradores da Ocupação Guerreira Maria Felipa por meio da assistência técnica interdisciplinar como prescrito na Lei nº 11.888/2008, a fim de desenvolver autonomia individual e coletiva, visando ampliar e garantir os direitos sociais e urbanos conforme preconiza a CF/1988 e o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001).

#### **4.1.2. JUSTIFICATIVA**

As ocupações urbanas populares são formadas por famílias de baixa renda não atendidas por políticas habitacionais que ocupam espaços ociosos na cidade a fim de garantir o direito à moradia. Conforme dados do Atlas sobre o Direito de Morar em Salvador publicado pelo

---

<sup>11</sup> Mais informações sobre o tema podem ser encontradas no trabalho realizado por uma residente da equipe sobre geração de trabalho e renda.

EDUFBA em 2012, 60,33% dos responsáveis pelo domicílio nas ocupações declararam não ter rendimento e 37,86% rendimento mensal de até 1 salário mínimo (SANTOS, 2016). Segundo Maricato (2014), apenas 30% da população brasileira tem acesso ao mercado imobiliário "formal"; os investimentos em habitação social, apesar de terem crescido nos últimos anos, são insuficientes: em Salvador, mais de 30% da população vive em ocupações.

No geral, tais ocupações são caracterizadas pela privação dos direitos sociais básicos como os serviços de educação, saúde, lazer, saneamento básico, transporte e fornecimento de energia. Para contrapor as forças dominantes que regem o jogo político da cidade, é necessário recorrer a apropriação dos instrumentos da Lei que proporcionem a produção de um urbanismo crítico, enquadrado no aspecto da cidade real, promovendo avanços e conquistas das forças populares. Estas necessitam de ações claras e adequadas às suas necessidades, que devem ter como pré-requisito a construção de um processo pedagógico participativo e inclusivo, sendo capaz de desconstruir valores de subordinação e construção social do Sujeito como Sujeito, e não como Objeto. (MARICATO, 2011; FREIRE, 1987)

A Ocupação Guerreira Maria Felipa está localizada em um terreno de origem privada, que passa por uma ação judicial de reintegração de posse com o risco das famílias serem despejadas e enfrenta atualmente problemas relacionados ao desconforto de morar em pequenas unidades provisórias, dificuldade de empregabilidade e de acesso aos equipamentos sociais urbanos, precariedade e/ou ausência dos serviços públicos de saneamento básico e de infraestrutura dos espaços comuns de convivência e socialização. Considerando o exposto, o presente trabalho tem por objetivo auxiliar os moradores a desenvolverem sua autonomia individual e coletiva, visando ampliar e garantir os direitos sociais e urbanos, independentemente do resultado da ação judicial.

## **4.2. NO ÂMBITO DA PROPOSTA INDIVIDUAL**

### **4.2.1. OBJETIVO**

Promover, de forma participativa entre a equipe técnica e os moradores, o entendimento sobre as questões urbanas relacionadas às suas principais demandas e direitos: saúde, educação, segurança, iluminação, acesso à serviços e transporte apropriados à realidade social, cultural, econômica, política e ambiental da Ocupação.

## 4.2.2. JUSTIFICATIVA

Como mencionado na justificativa no âmbito do trabalho coletivo, a região onde está localizada a Ocupação Guerreira Maria Felipa, passou a integrar a Zona Urbana do município da Cidade de Salvador apenas a partir do PDDU de 2008. A mudança na legislação demanda um tempo menor se comparado às mudanças que ocorrem no território. Na primeira, a decisão é feita mudando o texto da lei e a delimitação cartográfica da Zona, como forma de incentivar a mudança do uso do espaço e outros fatores como a tributação que incide. Já a mudança do território é gradativa e dependente dos investimentos públicos e privados que ocorrem ali.

Considerando isto, desde essas mudanças foram implantados diversos empreendimentos do PMCMV na região. O mais relevante para o presente trabalho é o empreendimento Conjunto Habitacional Bosque das Bromélias, por ser da faixa 1, atendendo famílias com renda de 0 a 3 salários mínimos, implantado dentro dos parâmetros estabelecidos na primeira fase do programa, quando não havia exigência nem recursos para a implantação de equipamentos sociais e coletivos, à exceção de pequenos quiosques. A implantação de serviços locais, como padarias e mercadinhos, foi feita de maneira informal. O equipamento de educação foi conquistado a partir da luta dos moradores. Ainda insuficiente para atender às demandas, novos equipamentos sociais chegaram com o Residencial Jardim das Margaridas, ver itens educação e saúde do diagnóstico.

Com os novos moradores chegou uma grande demanda de equipamentos e serviços ao bairro, este planejamento perverso faz com que as famílias não tenham garantia de que haverá disponibilidade destes pelo poder público. A área foi entendida como uma potencialidade para angariar os recursos federais disponíveis na época para novas habitações, mas não houve preocupação com outros usos além do residencial.

Desde que a equipe de residentes iniciou o trabalho na Ocupação notou-se que parte dos moradores tinha pouco conhecimento referente aos seus direitos, garantidos no Estatuto da Cidade e na Constituição Federal de 1988, legislações que possibilitam o alcance ao Direito à Cidade.

Considerando isto, durante o ano de 2018 foram propostas Ações Educativas que tratassem dos temas que os moradores tinham como necessidade alcançar. Entendendo que a garantia do Direito à Cidade perpassa por outros aspectos relacionados à cidade e a cidadania, como a autonomia e a autogestão que está relacionada com característica já

trabalhada pelo MSTB. No que se refere às Questões Urbanas os temas foram saúde, educação, segurança, iluminação, acesso à serviços e transporte.

## 5. AÇÕES NO TERRITÓRIO

As atividades desenvolvidas no período de atuação da equipe de profissionais residentes junto a Ocupação Guerreira Maria Felipa, descritas abaixo, propuseram a utilização de metodologias participativas, para uma reflexão e uso de informações trabalhadas na escala da localidade do bairro, do contexto da Cidade e da sociedade atual. As atividades buscaram promover rodas de conversas, oficinas, ações educativas e lúdicas, com participação efetiva dos moradores da Ocupação visando a troca de saberes técnicos, acadêmicos e populares.

Alves (2003), considera que uma compreensão mútua da linguagem é essencial para a intercompreensão. Dessa forma, a “escutatória”, metodologia utilizada por este educador, propõe que a partir da escuta e da partilha de informações o aprendizado ocorre de forma mútua de parte a parte, favorecendo a construção de um saber comum, por meio de rodas de conversas, atividades coletivas ilustrativas, estimulando o lúdico e o cognitivo.

Como defendido por Freire (1987), a educação deve ser pautada em um formato que vise a problematização das questões pertinentes à vida das pessoas, fato que envolve a relação direta do conteúdo formal com o não formal, se apropriando da linguagem do seu cotidiano para levar as questões, incitando o pensamento crítico. O aluno, com a riqueza do seu próprio saber, seria incitado à criatividade e à consciência crítica, fundamentado assim no diálogo com a aprendizagem feita conjuntamente: Educar x Educando, e não simplesmente depositando o conteúdo na mente do aluno. Dessa forma, entende-se que o oprimido a partir do momento em que começa a criar a consciência e voz crítica, inicia a desconstrução das introjeções das ideias negativas como a estigma da pobreza, elevando-se a um outro patamar, entendido como o reconhecimento do valor de sua ação no mundo e do seu poder de transformação, mesmo que de forma modesta em seu dia a dia, mas compreendendo o seu valor como homem consciente do protagonismo de sua história.

Em continuidade aos conceitos relativos à educação, para Gohn (1999), a educação não-formal designa um processo de formação para a cidadania, de capacitação para o trabalho, de organização comunitária e de aprendizagem dos conteúdos escolares em ambientes diferenciados, podendo em muitos casos ser associada a outros modelos de educação, como a social, a popular e a comunitária. Entendendo que o trabalho a ser desenvolvido pela equipe seria realizado em uma Ocupação com moradores que possuem diversos tipos de conhecimentos, experiências e vivências, estabeleceu-se que o conceito teórico que mais condiz com esta realidade e mais eficiente para o alcance do objetivo da equipe seria focado na educação não-formal.

Dessa forma, a equipe traçou uma estratégia que visava diluir esse formato de trabalho em quatro frentes de atuação: oficinas, ações educativas, circuito cultural e mão na massa. As oficinas surgem como necessidade da equipe em obter maiores informações sobre as demandas apresentadas pelo MSTB a RAU+E, de entender o território da Ocupação, junto com os moradores e de construir estratégias futuras de forma participativa.

As Ações Educativas surgem a partir da percepção dos residentes sobre a necessidade de trocar com os moradores conhecimentos sobre os temas trabalhados por cada integrante da equipe, isso ocorreu em consonância com um momento que a permanência deles no terreno passou a ser incerta<sup>12</sup>. Nesse contexto, as temáticas tinham o intuito de estimular os moradores a respeito da sua autonomia nos processos decisórios e fortalecer o discurso sobre o direito à terra e à moradia.

O Circuito Cultural tinha como intenção, abordar os conteúdos de maneira lúdica e leve, assim como houve a tentativa de atrair moradores que não participam das ações da equipe. Por fim, o Mão na Massa tinha como objetivo deixar algo concreto no território, a partir das demandas e desejos dos moradores. As oficinas ocorreram em três encontros, as ações educativas em quatro - abordando cinco temas, o circuito cultural em dois e houve um encontro para a atividade mão na massa.

## **5.1. OFICINAS**

### **5.1.1. Oficina - Cartografia**

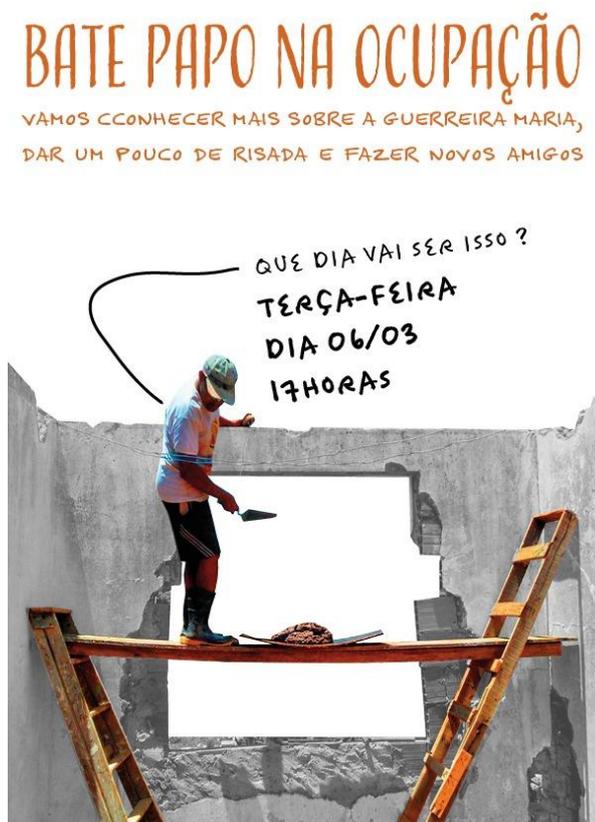
A Oficina de Cartografia foi a primeira realizada pela equipe na Ocupação Guerreira Maria Felipa, foi construída em conjunto com Leonardo Stanziola, estudante da graduação em Arquitetura e Urbanismo que está desenvolvendo o seu Trabalho Final de Graduação (TFG) na Ocupação, orientado pela professora Thaís Troncon Rosa. O objetivo central foi o mapeamento das especificidades da Ocupação dentro dos temas (Habitação, Saneamento Básico, Geração de Trabalho e Renda, Espaços Comuns, Questões Urbanas, Regularização Fundiária) que seriam trabalhados pelos integrantes da equipe.

Para planejar a oficina, a equipe de residentes da RAU+E reuniu-se com Leonardo, para organizar e dividir tarefas. Utilizou-se imagens aéreas do Google para construção de mapas que ilustravam a configuração espacial da Ocupação. Para divulgar a oficina, foi criado um panfleto e entregue aos moradores (Figura 33).

---

<sup>12</sup> Detalhes acerca da questão não podem ser descritas no trabalho por ainda estarem em negociação e por existir possibilidade de prejudicar os moradores no processo.

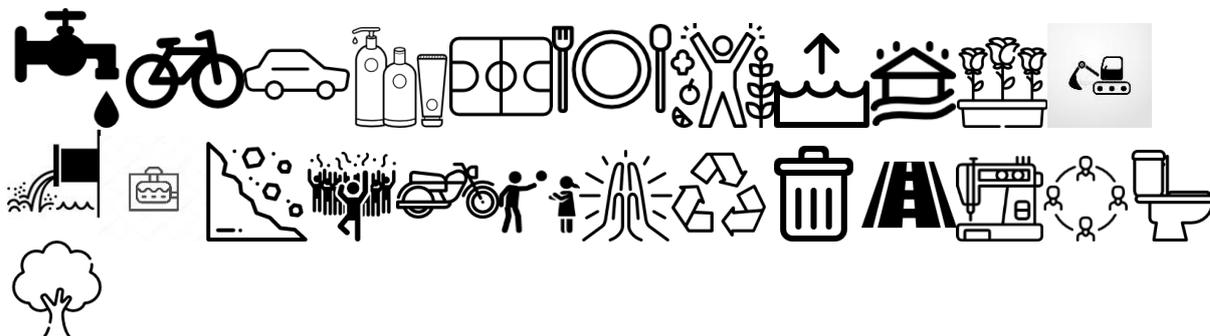
Figura 33 - Panfleto utilizado para divulgar a Oficina da Cartografia na Ocupação



Fonte: Acervo da Equipe, 2018.

Foi planejado que a oficina começaria informalmente, com algumas comidas e bebidas, assim os moradores poderiam chegar aos poucos, se servirem e ao mesmo tempo familiarizar-se com o mapa da Ocupação exposto em uma mesa. A ideia era que identificassem a própria casa no espaço. Ao chegar um número razoável de moradores, a oficina foi dividida em dois grupos. Foram utilizados ícones para representar, as seguintes questões (Figura 34) relacionadas ao tipo de atividade remunerada desenvolvida, pontos de alagamento, infiltração, erosão, pontos de descarte de lixo doméstico e de construção, trechos de rua pavimentados, casas que possuem banheiro, fossa, horta, jardim, árvore e pontos de água. Outras questões foram relacionadas à locais de reunião, áreas utilizadas pelas crianças para brincar, locais que ocorrem festas e atividades religiosas, assim como os que mais gostam e acham mais agradáveis. Por fim, algumas questões se relacionavam com o meio de locomoção utilizado nas casas como carro, moto e bicicleta.

Figura 34 - Símbolos utilizados para representar as questões propostas na Oficina de Cartografia



Fonte: Flaticon, 2018.

Foram montadas duas mesas, que deram suporte aos lanches, aos mapas, e a uma lista com a numeração das unidades habitacionais de acordo com o mapa para que os moradores identificassem suas casas (Figura 35 e Figura 36).

Figura 35 - Mapa ilustrativo da configuração espacial da Ocupação Guerreira Maria Felipa



Fonte: Acervo da equipe, 2018.

Figura 36 - Aproximação de moradores com o mapa



Fonte: Acervo da equipe, 2018.

Na atividade havia uma média 40 pessoas, que foram divididas em dois grupos, um grupo identificou questões relacionadas ao saneamento e trabalho e renda (Figura 37) e o outro as questões relacionadas à arquitetura e ao urbanismo.

Figura 37 - Mesa com grupo das questões relacionadas à saneamento trabalho e renda



Fonte: Acervo da equipe, 2018.

Notou-se dispersão e saída de alguns moradores ao longo da atividade. O papel manteiga colocado sobre o mapa (Figura 38) e a falta de iluminação local dificultou para que alguns moradores enxergassem ou conseguissem se localizar no espaço, principalmente em um dos mapas que não possuía a numeração das casas. Essa dificuldade limitou a participação das pessoas.

Figura 38 - Marcações feita sobre o papel manteiga na Oficina da Cartografia



Fonte: Acervo da equipe, 2018.

Esses dados foram compilados pela equipe, e serviu para iniciar a construção do diagnóstico da Ocupação Guerreira Maria Felipa, complementado posteriormente pela atualização do Cadastro Socioeconômico e de visitas técnicas.

### **5.1.2. Oficina - Moradia é só casa?**

A Oficina intitulada “Moradia é só casa?” foi pensada seguindo uma metodologia interativa, focando na troca do saber vivido em contraponto ao que é previsto como direito pela legislação, e uma metodologia reflexiva, pois foi avaliado de forma coletiva os resultados obtidos, permitindo o esclarecimento sobre o conceito de moradia para além do espaço físico da casa, chegando ao entendimento do que seria o direito à cidade. Como suporte para construção desta oficina, foi utilizada a Tabela da Cesta Básica do DIEESE para a

Região 2, da qual o estado da Bahia faz parte, como referência para identificar os gastos básicos de uma família<sup>13</sup> (Figura 39).

Figura 39 - Itens da Cesta Básica segundo o DIEESE por região

**Tabela de provisões mínimas estipuladas pelo Decreto Lei nº 399**

<b>Alimentos</b>	<b>Região 1</b>	<b>Região 2</b>	<b>Região 3</b>	<b>Nacional</b>
Carne	6,0 kg	4,5 kg	6,6 kg	6,0 kg
Leite	7,5 l	6,0 l	7,5 l	15,0 l
Feijão	4,5 kg	4,5 kg	4,5 kg	4,5 kg
Arroz	3,0 kg	3,6 kg	3,0 kg	3,0 kg
Farinha	1,5 kg	3,0 kg	1,5 kg	1,5 kg
Batata	6,0 kg	-	6,0 kg	6,0 kg
Legumes (Tomate)	9,0 kg	12,0 kg	9,0 kg	9,0 kg
Pão francês	6,0 kg	6,0 kg	6,0 kg	6,0 kg
Café em pó	600 gr	300 gr	600 gr	600 gr
Frutas (Banana)	90 unid	90 unid	90 unid	90 unid
Açúcar	3,0 kg	3,0 kg	3,0 kg	3,0 kg
Banha/Óleo	750 gr	750 gr	900 gr	1,5 kg
Manteiga	750 gr	750 gr	750 gr	900 gr

**Fonte:** Decreto Lei nº 399 de 1938. Quadro anexo. As quantidades diárias foram convertidas em quantidades mensais.

**Obs.: Região 1** - Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás e Distrito Federal.

**Região 2** - Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

**Região 3** - Estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

**Nacional** - Cesta normal média para a massa trabalhadora em atividades diversas e para todo o território nacional.

Fonte: DIEESE, 2016.

Esta metodologia consistiu na apresentação dos itens da cesta básica em duas cartolinas, iniciando as discussões em torno tanto dos alimentos indicados pela Tabela do DIEESE, como de outras despesas essenciais citadas pelos moradores no momento da Oficina como lazer, higiene, transporte, medicamentos, merenda das crianças, gás de cozinha e material de limpeza. Dessa forma, foi montado, de modo coletivo e interativo, o valor final equivalente às despesas mensais de uma família.

A dinâmica transcorreu por meio de questionamentos direcionados aos moradores presentes na Oficina no que se refere ao preço dos alimentos. Os dados foram registrados na cartolina para que ao término, fossem somados aos outros gastos essenciais, citados anteriormente. Dentre os gastos essenciais, os valores de despesas com material de limpeza, merenda para crianças, medicamento e lazer, foram somados valores médios apresentados pelos moradores, por exemplo, alguns moradores falaram que tinham um gasto de R\$50,00, outros de R\$100,00 e outros de R\$150,00 com a merenda das crianças,

<sup>13</sup> O DIEESE considera, para o estabelecimento dos cálculos, que uma família é formada por dois adultos e duas crianças.

para o cálculo foi então adotado o valor médio, R\$100,00. Para o gás de cozinha foi utilizado o valor de 1 botijão de gás por mês, considerando que alguns moradores afirmaram gastar mais e menos que isso por mês a depender da quantidade de moradores na casa e das atividades remuneradas desenvolvidas. Para o transporte, o valor utilizado foi de 40 transportes por mês cuja tarifa é R\$3,70, totalizando R\$148,00, isso levaria em conta que um membro da família faria duas viagens por dia, cinco dias por semana. O vestuário foi apontado como um item importante, porém não foi possível chegar a um valor médio que satisfizesse os moradores presentes, já que os que foram apresentados, eram muito díspares e que alguns moradores apenas acessam o vestuário por meio de doações. Este somatório representou o orçamento final das despesas básicas para uma família viver com dignidade.

Ao final chegou-se à conclusão de R\$997,49, na perspectiva de mercados grandes e R\$831,45 para os mercados pequenos, destacando que neste montante consta a somatória dos gastos da Cesta Básica e das outras despesas essenciais (Figura 40). Uma questão pontuada pelos moradores foi a grande dificuldade de acesso a aquisição de alimentos em mercados grandes em função da distância.

Figura 40 - Tabela construída com os moradores com base na tabela do DIEESE

ALIMENTOS	Mercado Pequeno	Mercado Grande	TOTAL
Cesta Básica			183,45   349,46
45kg Carne	12,00	15,00	Salário Mínimo
6l Leite	3,70	4,00	R\$ 954,00 19 % 36 %
45kg Feijão	3,50	3,00	Outras Despesas Essenciais
36kg Arroz	2,50	2,35	Material Limpeza (casa e pessoal) - 120,00
3kg Farinha	4,00	5,00	Merenda (criança) - 100,00
12kg Legumes (tomate)	2,00	3,00	Transporte - 148,00
6kg Pão Francês	8,00	12,00	Gás de Cozinha - 80,00
300g Café em pó	4,00	5,00	Medicamento - 50,00
90unid. Frutas (Banana)	3,00	5,00	Lazer - 150,00
3kg Açúcar	2,00	2,50	Vestuário
750gr Banha/Oleo	3,20	3,00	831,45 → Mercado Pequeno
750gr Manteiga	2,50	2,00	3.795,24
			997,49 → Mercado Grande

Fonte: Acervo da equipe, 2018.

Isto posto, refletiu-se sobre o impacto direto deste orçamento na realidade das famílias. Concluiu-se que o salário mínimo não seria suficiente para se ter acesso às necessidades básicas garantidas na CF/1988, presentes no artigo 6º, que versa sobre os direitos sociais, e no artigo 7º, inciso IV, que define que o valor do salário mínimo deva ser capaz de atender as necessidades vitais básicas, entre elas, alimentação, moradia, saúde, lazer, higiene, transporte, previdência social, entre outras. A impossibilidade de acessá-los tem como consequência a negação do Direito à Cidade e à Moradia. É importante ressaltar que os custos para formalização da Ocupação não foram incluídos no cálculo realizado, à exemplo de prestações cobradas em casa de inclusão em Programa Social, taxas de água, esgoto, luz e IPTU, o que dificultaria ainda mais o acesso aos direitos sociais considerando a renda que possuem.

Figura 41 - Oficina Moradia é só Casa?



Fonte: Acervo da Equipe, 2018.

Iniciando outro ciclo de discussões, questionou-se soluções a serem adotadas para resolver a problemática. Várias intervenções foram feitas pelos moradores, podendo ser destacado: pensar a renda de maneira coletiva, promover formas de trabalho para auxiliar na complementação da renda, comprar máquinas de costura, unir e organizar habilidades dos profissionais a fim de viabilizar a execução das ideias. Outras soluções foram a necessidade de formação, aprendizado e compartilhamento do conhecimento, além do Casarão como

espaço com potencial para sediar a capacitação e a realização das atividades de Trabalho e Renda, dando a este Espaço Comum um caráter multiuso (Figura 41).

Ao final da discussão, os moradores demandaram que houvessem atividades que abrangessem os temas: usos e melhorias construtivas para o Casarão, a necessidade de se criar uma Associação e o conceito de Cooperativa. Sendo assim, foi feita uma votação para definir qual a prioridade a ser discutida na semana seguinte, em uma oficina extra. O tema escolhido pelos moradores foi o Casarão.

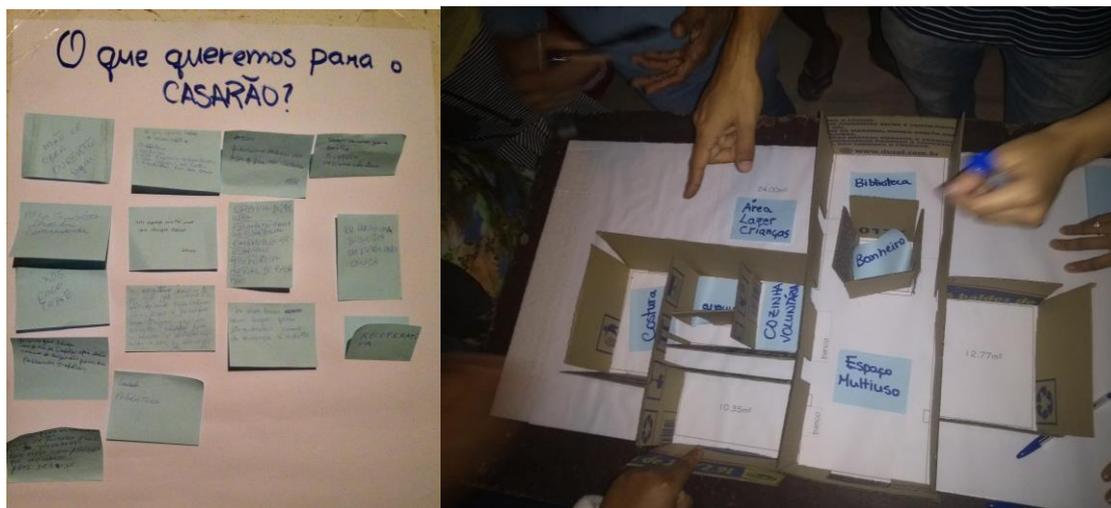
### **5.1.3. Oficina O que Queremos para o Casarão?**

No início da Ocupação, os moradores encontraram uma construção em alvenaria deteriorada pelo tempo e falta de manutenção, sem cobertura, portas e janelas e com paredes comprometidas, que chamam de Casarão. Com o passar dos meses, diversos mutirões de reforma foram realizados, foi feita a instalação de metade da cobertura, das esquadrias, de algumas portas e janelas, além do conserto de paredes em alguns cômodos. A Ocupação contou com doação de parte do material necessário para o andamento da reforma, porém, “lara”, e os responsáveis por sua execução encontraram dificuldade de mobilizar um número maior de moradores para colaborar nas atividades e as concluir.

Como mencionado anteriormente, esta Oficina foi demandada pelos moradores com o objetivo de discutir as possibilidades de usos para cada cômodo do Casarão e de incentivar a mobilização para continuação na reforma do mesmo. Inicialmente este Espaço Comum era visto por parte do Movimento, da liderança e dos moradores como uma potencial área coletiva, para desenvolvimento de atividades geradoras de trabalho e renda, realização de reuniões, encontros e aulas.

No início da atividade foi feita a distribuição de *post its* para que os moradores escrevessem que tipo de uso eles imaginavam para o Casarão. Os *post its* foram colocados em uma cartolina para visualização de todos e agrupados por tema para serem discutidos. Depois das ideias serem filtradas e aprovadas pela maioria, os usos definidos foram espaços para biblioteca, costura, artesanato, lazer para crianças, cozinha comunitária e sanitários, além de um espaço multiuso. No passo seguinte, utilizou-se uma maquete do Casarão para auxiliar na discussão do cômodo em que aquele uso se adaptaria melhor (Figura 42).

Figura 42 - Materiais usados na Oficina O que queremos para o Casarão?



Fonte: Acervo da equipe, 2018.

Como encaminhamento, alguns presentes na reunião ficaram responsáveis em fazer uma lista com nomes e contatos de moradores que tinham experiência em construção que normalmente não participam das reuniões e não contribuem para o trabalho coletivo para viabilizar a reforma do Casarão. A equipe de residentes entrou em contato com eles com o objetivo de sensibilizá-los sobre a importância em participar das atividades, além de perceber o interesse e identificar disponibilidade dos mesmos.

Em decorrência da Oficina, foram desenvolvidos dois mutirões, para a reforma do casarão durante o período de um mês. O primeiro foi bem-sucedido com participação expressiva dos moradores. O segundo apresentou certa dificuldade de ocorrer, pois os moradores apresentaram-se dispersos e sem motivação. A situação foi contornada pela equipe que contribuiu para que todos se reunissem novamente e empreendessem esforços para concluírem as metas propostas para o dia.

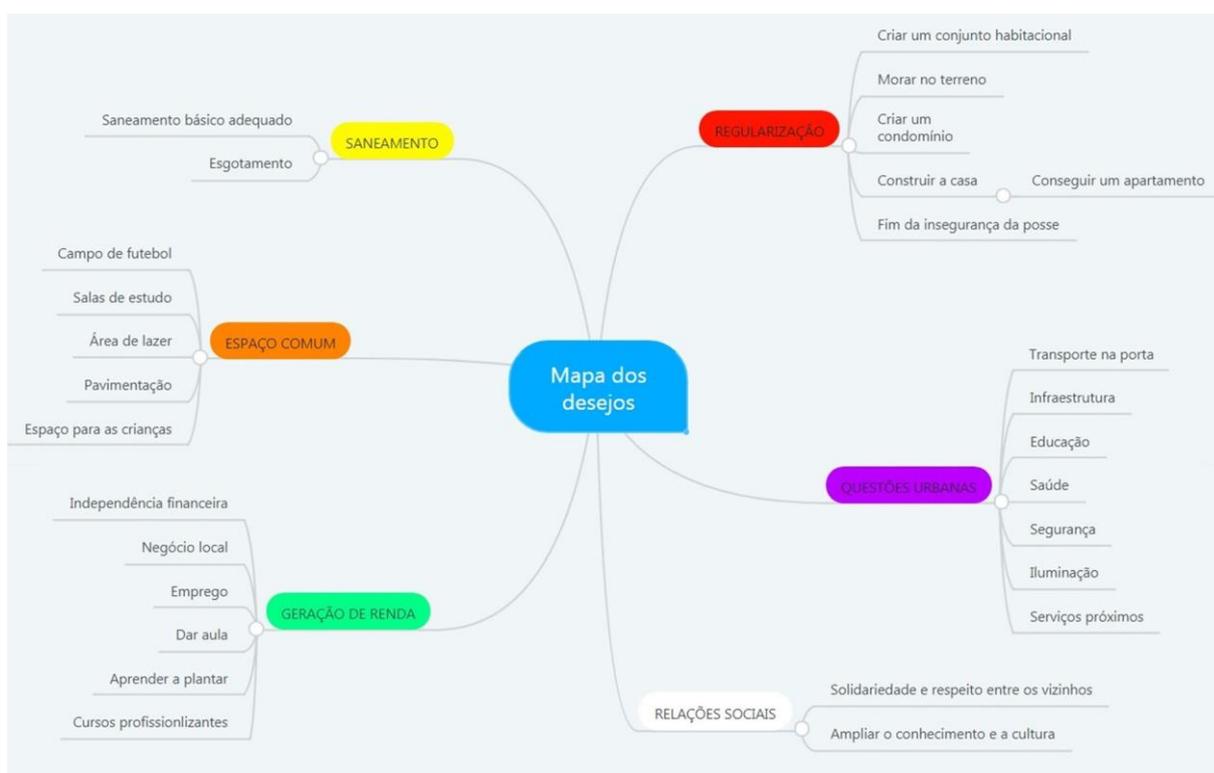
#### **5.1.4. Ações Educativas - Vamos Pensar juntos?**

As Ações Educativas tiveram como objetivo ampliar os conhecimentos relativos aos temas: Saneamento Básico, Espaços Comuns, Regularização Fundiária, Questões Urbanas e Geração de Renda, a partir de apresentações de referências e discussão junto aos moradores buscando soluções alternativas adequadas à realidade da Ocupação. As ações foram norteadas pelo princípio da educação não-formal, que está ligada fortemente à aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos e à participação em atividades grupais, sejam adultos ou crianças.

Considera-se que o desenvolvimento das ações educativas resultou na formação e capacitação não somente dos moradores como também dos profissionais da equipe de trabalho, que ampliaram o campo de conhecimento de suas áreas técnicas e das demais áreas.

Os temas discutidos com os moradores foram estabelecidos a partir das respostas obtidas com a atualização do cadastro socioeconômico, realizada nos meses de abril e maio de 2018. Um dos questionamentos estava relacionado aos sonhos dos moradores, o que originou o mapa dos desejos (Figura 43), fruto da compilação destes sonhos por eixo de trabalho dos residentes, e um sexto aspecto que abrange todos os eixos: relações sociais. Percebeu-se que em função da negação dos direitos sociais básicos, para os moradores o acesso a eles é tido como um sonho.

Figura 43 - Mapa dos Desejos



Fonte: Elaborado pela equipe, 2018.

A partir de tal compilação, decidiu-se realizar uma oficina tendo como objetivo introduzir conhecimentos relativos aos temas trabalhados pela equipe de profissionais residentes, discutindo com os moradores alternativas, com intuito de sensibilizá-los e aumentar o repertório, estimulando debates a partir da educação não-formal.

Inicialmente pensou-se em realizar uma oficina com a divisão de 5 grupos, onde cada profissional conduziria a discussão em torno dos assuntos elencados ao seu eixo de trabalho e posteriormente os moradores iriam compartilhar com os demais grupos os resultados da discussão de seus respectivos grupos.

### **a) Ação Educativa Saneamento**

A oficina foi programada para ocorrer no dia 26/07/2018, contando como recurso fotos ilustrando os assuntos do mapa dos desejos. No dia, percebeu-se uma quantidade pequena de participantes inicialmente, inviabilizando a ideia de dividi-los em 5 grupos. Sendo assim, optou-se por realizar uma Ação Educativa com todos os moradores presentes discutindo sobre cada tema isoladamente, a primeira ação foi sobre Saneamento Ambiental. Como resultado, a Ação programada para acontecer em um encontro com duração de 2h reverberou em mais 3 encontros, sendo discutidos os demais temas de forma individual (Espaços Comuns, Regularização Fundiária, Questões Urbanas e Geração de trabalho e renda) totalizando 5 Ações Educativas, condensadas em um total de quatro encontros.

Figura 44 - Moradores na Ação Educativa de Saneamento



Fonte: Acervo da equipe, 2018.

A discussão sobre Saneamento Ambiental foi iniciada com a introdução do conceito de saneamento básico e seus componentes: abastecimento de água, esgotamento sanitário,

manejo de resíduos sólidos e das águas pluviais. Discutiu-se acerca das alternativas de tratamento de esgoto com ilustrações dos tipos de fossa (séptica, seca, tanque de evapotranspiração - bananeira). Quanto à drenagem das águas pluviais apresentou-se tais alternativas: canaleta de tijolos, sumidouro e captação da água de chuva, tanto como alternativa de reduzir o escoamento superficial no terreno, quanto para reuso da água. Outra alternativa apresentada foi o reuso das águas servidas (águas cinzas - pia da cozinha e do banheiro, água de banho e lavagem de roupas) para usos menos nobres (Figura 44 e Figura 45).

Quanto aos resíduos sólidos, discutiu-se acerca dos aterros sanitários, sobre como as empresas ganham por tonelada coletada e disposta, sobre a coleta seletiva como forma de diminuir a quantidade de resíduos descartado e o princípio da Lei nº 12.305/2010 sobre não gerar, reduzir, reutilizar e reciclar. Como há moradores que trabalham com coleta de recicláveis iniciou-se a discussão sobre potencializar tal trabalho com a implementação da separação seletiva na Ocupação.

Discutiu-se também sobre a encosta, onde foram apresentadas ilustrações de vegetação que podem ser plantadas na encosta, assim como as que não são recomendadas. Falou-se também nos cuidados em construir próximo ao limite das encostas, e as distâncias recomendadas.

Figura 45 - Resultados da Ação Educativa de Saneamento



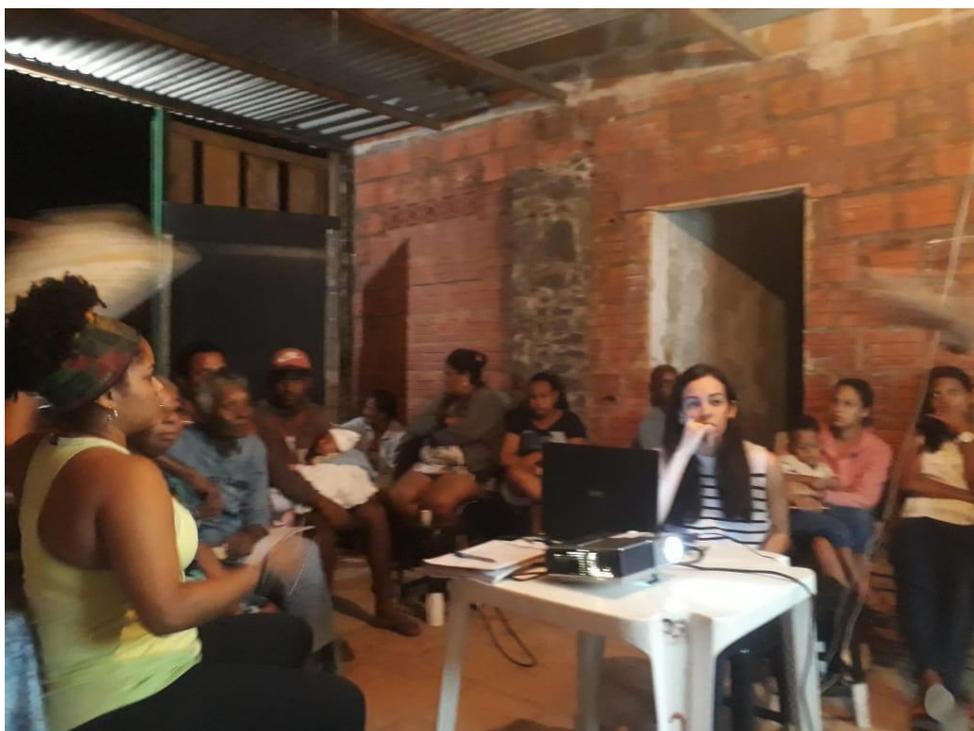
Fonte: Acervo da Equipe, 2018.

A discussão resultou na produção de um cartaz com as alternativas mais aceitas pelos moradores: composteira, coleta seletiva, fossa bananeira, uso da água de chuva e reuso das águas cinzas e a canaleta de tijolos para drenagem das águas pluviais e residuárias.

## **b) Ação Educativa Espaços Comuns**

A ação educativa, ocorreu no dia 02/08/2018 com a participação de 30 pessoas, a atividade foi pensada levando em consideração o mapa dos desejos, compilado por meio do cadastro, onde muitos moradores trouxeram a necessidade de espaços de lazer para as crianças. Para introduzir o tema foi falado dos aspectos que formam o desenho urbano (os lotes, as calçadas, as ruas) e como um conforma o outro, da relação do lote com o espaço de uso comum/ coletivo, da importância de respeitar os limites do lote da casa, para garantir o espaço público da rua, e de reservar áreas para o uso coletivo (Figura 46).

Figura 46 - Ação Educativa Espaços Comuns



Fonte: Acervo da equipe, 2018.

Pensando no desejo dos moradores e na importância de garantir esses espaços comuns, foram mostrados exemplos de praças e brinquedos infantis feitos com materiais alternativos, como pneus e *palletes*. Ao visualizarem que eram alternativas práticas que poderiam ser executadas na Ocupação, os moradores manifestaram a vontade de executar ao lado do

Casarão, em uma área que muitos costumam sentar pra conversar e as crianças gostam de brincar, algo inspirado nos exemplos mostrados. A partir desse interesse foi idealizada a oficina mão na massa, para executar de forma coletiva mobiliários para potencializar o uso deste local.

### **c) Ação Educativa Regularização Fundiária**

Para esta atividade, que ocorreu no dia 02/08/2018, contou com a participação de 30 moradores da Ocupação. Tinha como objetivo explanar e discutir sobre os conceitos específicos que envolvem o tema da regularização fundiária, contudo, mediante a grande abrangência deste conteúdo e a complexidade dos termos técnicos, esta atividade procurou destacar de maneira didática alguns dos tópicos emergentes do mapa dos desejos, os resultados coletados do cadastro socioeconômico (Figura 47).

Figura 47 - Ação Educativa Regularização Fundiária



Fonte: Acervo da equipe, 2018.

Seguindo o padrão das oficinas anteriores, com o uso do *Power Point*, a exposição contou em um primeiro momento com uma apresentação discursiva de ilustrações que visavam ampliar o repertório dos moradores e esclarecer sobre o entendimento do que venha a ser uma regularização fundiária, e de quais são as suas implicações na cidade. Por meio dessa abordagem, foi possibilitado o entendimento sobre os aspectos estruturais e funcionais das cidades, partindo da escala macro à micro, trazendo os conceitos de cidade formal e

informal, intervenções urbanísticas de baixo custo a alto custo, principalmente em áreas públicas, e ou de ocupações já consolidadas, tanto no Brasil, como em outros locais como Bogotá e Medellín na Colômbia.

Além destes pontos, foi importante esclarecer quais as diferenças entre conjuntos habitacionais e condomínios abertos e fechados, a influência da legislação e dos pontos que a mesma evidência pertinentes aos processos de regularização fundiária, comentando de forma sucinta e breve sobre a importância do Plano Diretor de Salvador revisado em 2016, evidenciando o seu conceito, bem como sua aplicabilidade e interferência na produção das Cidade. O uso de exemplos serviram para demonstrar realidades similares às da Ocupação, evidenciando em alguns casos como em São Bernardo do Campo o protagonismo de alguns dos movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que discutem o Direito à Cidade no atendimento da função social da propriedade evidenciando e reforçando o papel principal da união das pessoas inseridas nessas lutas e reforçando o propósito da luta dos moradores na Ocupação atual em que residem.

Em um segundo momento fora apresentado a maquete da Ocupação que se mostrou útil para o entendimento do terreno, das limitações e disposição dos lotes, evidenciando a necessidade da criação de acordos de vizinhança, no intuito de criar um senso de organização espacial que vise o respeito às regras de convivência e de bem estar equânime para todos, na tentativa de simular a aplicabilidade e o funcionalismo quando está expressa pelos termos das Leis: nº 6.766/1979 - Lei do Zoneamento do Uso do Solo, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – Lei nº 9.069/2016 e no Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, no Artigo 71, Título III, Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo – Lei nº 9.148/2016.

Na sequência da apresentação, a mostra de ilustrações serviu para tornar evidente e esclarecer para os mesmos localidades e os diversos formatos. Neste momento não se discutiu sobre estratégias e possibilidades de regularização da Ocupação, elas foram tratadas posteriormente quando houve tentativa de formação de comissão<sup>14</sup> com alguns moradores.

---

<sup>14</sup> Comissão foi criada com o intuito de buscar e discutir alternativas para Regularização Fundiária da Ocupação Guerreira Maria Felipa, informações mais detalhadas estão no trabalho “Conhecer para Resistir: Ações Educativas na Ocupação Guerreira Maria Felipa proposições para Regularização Fundiária”.

#### **d) Ação Educativa Questões Urbanas**

Na Ação Educativa das Questões Urbanas, que ocorreu no dia 07/08/2018 e contou com a presença de 31 participantes, foram utilizadas a apresentação em Power Point e o projetor como recurso para explicação dos temas: saúde, educação, segurança, iluminação, infraestrutura, transporte e serviços (Figura 48).

Figura 48 - Ação Educativa Questões Urbanas



Fonte: Acervo da equipe, 2018.

No jogo de slides preparado foram utilizadas ilustrações e informações sistematizadas sobre os direitos deles para estimular o debate. O objetivo é que passassem a enxergar a relação entre moradia, espaço urbano e a busca por seus direitos.

Nos temas de saúde, educação e transporte o foco para a apresentação foi no fornecimento de informações relacionadas aos serviços que os moradores têm direito, onde podem acessá-los e onde podem solicitar e reclamar, conversando com os moradores sobre tais iniciativas.

Com relação à educação, buscou-se associar os dados coletados no Cadastro, com o estabelecido na Lei nº 9.394/1996 que apresenta as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). No seu Título III, chamado “Do Direito à Educação e do Dever de Educar”, a LDB expressa que a educação é obrigatória e gratuita para os níveis pré-escola, ensino

fundamental e ensino médio, sendo de responsabilidade dos pais matricular as crianças no ensino básico a partir dos 4 anos e que eles, junto com a escola, devem estar atentos à frequência escolar das crianças. O texto da lei ainda afirma que aquelas que precisam de algum atendimento especializado, que estão fazendo algum tratamento de saúde domiciliar ou hospitalar ou que não concluíram uma série do ensino fundamental ou médio na idade própria também devem ter garantidos o acesso à educação. Caso a autoridade competente seja negligente com relação a garantia do ensino obrigatório, ela pode ser culpada por crime de responsabilidade.

As atribuições com relação à educação são divididas entre a União, os Estados e os Municípios. Cabe à União elaborar o Plano Nacional de Educação, os cuidados com relação aos órgãos e instituições do sistema federal de ensino em todo o território nacional, prestação de assistência técnica e financeira as outras instâncias. Entre outras atribuições, a União também estabelece, em conjunto com Estados e Municípios, as competências e diretrizes para a educação infantil e os ensinos fundamental e médio, essas dão norte aos currículos e os seus conteúdos mínimos. Aos Estados também cabem os cuidados relacionados aos órgãos e instituições oficiais do seu sistema de ensino, devem oferecer com prioridade o ensino médio a todos que o demandarem, mas também devem se articular com os Municípios para assegurar o ensino fundamental, dividindo responsabilidade com relação à população que deve ser atendida, e aos recursos financeiros necessários para tal. Por fim, também deve assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual.

Assim como nas instâncias anteriores, aos Municípios cabem os cuidados relativos ao seu sistema de ensino, nesse caso, eles também devem integrar suas políticas e planos educacionais com os da União e dos Estados. Eles devem prioritariamente oferecer o ensino fundamental e a educação infantil (creches e pré-escolas), a atuação em outros níveis é permitida quando a oferta e qualidade nesses primeiros forem suficientes.

Como o tema Educação também seria tratado na Ação Educativa de Geração de Renda, em questões urbanas foi falado sobre a divisão da gestão por nível entre a Prefeitura Municipal de Salvador e Governo do Estado da Bahia. Em seguida foi mostrado o mapeamento feito com base no Cadastro Socioeconômico realizado na Ocupação, sendo nesse momento discutida a distância até as escolas e a dificuldade que isso impõe às famílias, tanto em relação a custos quanto a tempo para deslocamento. Por fim, foi falado das duas escolas mais próximas, as Escolas Municipais Bosque das Bromélias e Jardim das Margaridas, sendo a primeira uma conquista obtida pelos moradores que residem no Conjunto Bosque das Bromélias, e que até o momento atendem as demandas para os estudantes até o 8º ano do Ensino Fundamental.

Em relação à saúde tratou-se dos Distritos Sanitários no município de Salvador, que eles são uma estratégia de construção do SUS no Município, além de ser um território menor que facilita o planejamento e a gestão e que eles estão situados no Distrito Sanitário de Itapuã. Também foram mencionados os tipos de unidades, os serviços prestados, o público atendido e os dias e horários de funcionamento. Ao final, os serviços de emergências foram citados e foi questionado aos moradores se sabiam em que situações deveriam chamá-los.

Foi falado na Ação Educativa sobre Questões Urbanas sobre a divisão desse sistema como forma de facilitar o planejamento e a gestão, além de simplificar a cobrança dos seus direitos ao poder público, já que os moradores de um determinado distrito sanitário podem dialogar com o responsável por ele em cada Prefeitura-Bairro.

No caso da saúde, os equipamentos básicos são: o posto de saúde (unidade básica de saúde) e o hospital geral regional. Cada região de cerca de 200 mil habitantes deve ter o seu hospital, e o posto de saúde deve atender a, no máximo, 20 mil habitantes. Esses são os padrões de atendimento que têm sido utilizados no Brasil. Cada região abrangida pelo Plano Regional deveria ter o seu hospital geral, em princípio, somado a um número proporcional de unidades básicas de saúde. (...). Os hospitais mais especializados devem se localizar nas centralidades de maior hierarquia, de nível metropolitano, atendentes de 1 milhão de habitantes ou mais, (...). (CAMPOS FILHO, 2010, p. 58-59)

Foi percebido nas conversas com moradores e nas observações em campo que os mesmos não sabiam diferenciar alguns tipos de unidades, como poderiam acessá-las e quais os serviços oferecidos. Como consequência dessa falta de conhecimento, há uma, queixa constante do não atendimento em Unidades de Saúde da Família (USF) do bairro de Itinga, administrado pelo município de Lauro de Freitas. Houve a tentativa de esclarecer como é feito o repasse de recursos para que cada município administre, e que conseqüentemente outros serviços de saúde municipais são obrigados a atender moradores de outros municípios apenas em casos de emergência.

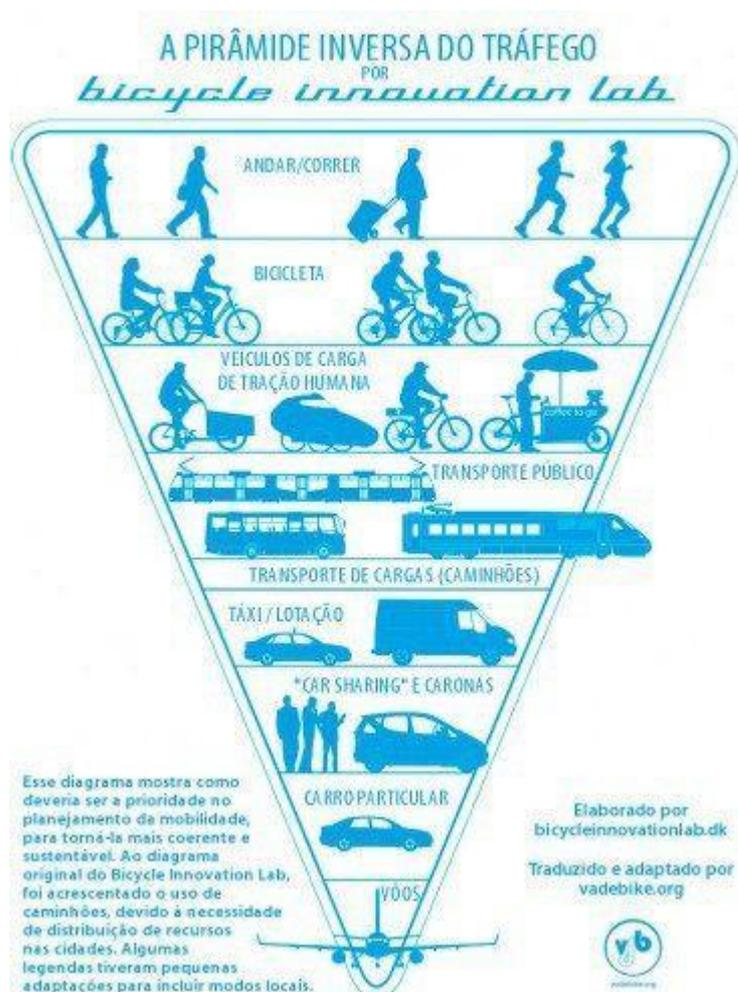
Também foi feito um esclarecimento sobre os tipos de unidades de saúde municipal, o tipo de atendimento que oferecem, o público atendido e os horários de funcionamento. São elas: Unidade de Saúde da Família (USF), Unidade Básica de Saúde (UBS), Unidade de Pronto Atendimento (UPA), Multicentros, Pronto Atendimento Psiquiátrico (PAP), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), Unidade de Atendimento Odontológico (UAO), Serviço de Assistência Especializada (SAE), Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA), Centro de Saúde Mental (CSM) e o Serviço de Residência Terapêutica (SRT).

Os temas segurança e iluminação, foram tratados em conjunto. Inicialmente, foram mostradas duas imagens de ruas sem movimentação de pessoas e com muros altos em

ambos os lados. Perguntou-se aos moradores se sentiriam inseguros ao andar por essas ruas. Foi questionado como se sentiriam dentro dos muros, muitos disseram que sentiriam-se seguros. Em seguida, pediu-se que imaginassem uma situação em que estivessem dentro dos muros, e caso ouvissem um barulho fora dele e não tivessem como enxergar o que houve. O questionamento foi repetido e nesse momento alguns moradores disseram que prefeririam ter algum tipo de muro com abertura mínima para que pudessem visualizar o que ocorresse na rua.

Para tratar das questões relacionadas ao transporte durante a realização da Ação Educativa, discutiu-se acerca das prioridades tanto com relação às hierarquias dos meios de transportes na rua, quanto dos investimentos públicos. A primeira questão foi ilustrada com a Pirâmide Inversa do Tráfego (Figura 49), onde a última preferência do transporte terrestre é dos veículos motorizados individuais deixando os pedestres no topo da hierarquia.

Figura 49 - A pirâmide inversa do tráfego



Fonte: Vá de Bike, 2012.

As imagens seguintes mostravam ruas que se adequam aos conceitos apresentados por Jane Jacobs (2011) e Jan Gehl (2018) de ruas vivas, olhos na cidade e escala humana. Enquanto alguns moradores disseram que se sentiriam mais seguros andando nessas ruas, outros afirmaram que não relacionam grande quantidade de pessoas em um espaço com segurança e compararam a quando vão à Av. Sete de Setembro, no Centro da Cidade de Salvador. A insegurança em ruas menos movimentadas está relacionada à possibilidade de roubo, estupro, sequestro, violências que costumam ocorrer em locais que não possuem, como chama Jacobs (2011), “olhos na rua”. Enquanto isso, nas ruas mais movimentadas, como a avenida citada pelos moradores, a insegurança se relaciona principalmente a furtos, quando é preciso ter atenção com as bolsas, carteiras e outros pertences.

Figura 50 - Comparação de ruas que priorizam os veículos motorizados individuais (amarelo) com ruas que priorizam os pedestres, ciclistas e meios de transporte coletivos (verde)



Fonte: Department of Transportation, 2013.

Quanto à Iluminação, foi utilizada novamente uma imagem de referência que mostrava uma rua com pouca iluminação e foi feito o comparativo entre a baixa iluminação e a segurança. Em seguida foram mostradas imagens da disposição dos postes na Ocupação e comparadas ruas onde os postes possuem lâmpadas e as que não possuem. Por fim, foram mostradas ruas com uma boa distribuição dos postes e, conseqüentemente, bem iluminadas.

A partir dos conceitos apresentados, ao discutir sobre Infraestrutura como problemática na Ação Educativa, percebeu-se que o entendimento de um número representativo de moradores, era de que a infraestrutura era composta apenas por redes de distribuição de energia, esgotamento sanitário e pavimentação das ruas (Figura 51). Foram apresentados os outros aspectos que abrangem a rede: viária, de drenagem pluvial, de abastecimento de água, gás, comunicações, além dos equipamentos sociais, hospitais, postos de saúde e escolas.

Figura 51 - Representação de infraestrutura



Fonte: Terras Alphaville Sergipe, sem ano.

Apesar da Infraestrutura ter sido pontuada por alguns moradores como desejo durante o Cadastro, na Ação Educativa ela não despertou grande interesse nos moradores. Acredita-se que ela deve ser tratada posteriormente em consonância com outros temas como saneamento, educação, saúde, iluminação, segurança, serviços e lazer.

Com relação a transporte foi iniciado falando da pirâmide inversa do tráfego, comparando-a com a realidade que vivem e como deveria ser. Em seguida foram mostradas imagens que comparam cruzamentos onde a prioridade são os veículos motorizados individuais e outras que as prioridades são os pedestres, ciclistas e meios de transportes coletivos. Nesse momento também foi feita a tentativa de relacionar as percepções que na maior parte pertencem ao segundo grupo (pedestres, ciclistas e usuários de transportes individuais) com relação a oferta, qualidade do que eles têm acesso e sensação de segurança. Referências de outras cidades e países foram trazidas para que pudessem ver outros cenários.

Por fim, foi falado rapidamente do Plano de Mobilidade Sustentável de Salvador, em fase de finalização na época da Ação Educativa. Ficou claro que os moradores não sabiam o que era o Plano, sua importância, nem ouviram falar das audiências públicas realizadas para a sua elaboração. Pontuamos algumas ações específicas previstas no Plano como a substituição do trem do Subúrbio pelo Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) e da construção do

que estão chamando de VLT Metropolitano, que está previsto para ir do Aeroporto até Simões Filho passando pelo bairro de São Cristóvão e em seguida pela BR-526 Cia/Aeroporto. Para eles não ficou claro por qual parte da BR-526 passaria o VLT. Também foram passados números que poderiam entrar em contato com a Integra (consórcio do transporte de ônibus de Salvador) e com a Ouvidoria da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana (Semob).

Para tratar de serviços foi utilizado o mapeamento mostrado no seminário interno II de serviços existentes no entorno, nesse momento foi questionado quais eles acessam ou não e por quais motivos. Também foi ressaltada a iniciativa de alguns moradores de suprir a falta de serviços empreendendo dentro da própria Ocupação.

Ao final desta Ação Educativa, os moradores mostraram que entenderam quais eram os seus direitos, também entenderam qual a diferença entre os serviços estaduais e municipais e porque não podem acessar alguns (geralmente os da rede municipal) em outros municípios, uma constante na região que vivem, de divisa com Lauro de Freitas e Simões Filho.

Ficou clara a relação de dependência dos moradores para com “Iara”, deixando a encargo da mesma em encontrar soluções para suas questões e não em tomar a iniciativa de se organizarem como coletivo para tal. Também se nota o uso dessa centralização de ações e iniciativas pela liderança como forma de controle e poder.

Eles demonstraram interesse em entender mais sobre determinados assuntos, como os cursos profissionalizantes e sobre atendimentos de saúde.

### **e) Ação Educativa Geração de Renda e Trabalho**

A ação educativa sobre geração de trabalho e renda, ocorreu no dia 14/08/2018 e contou com presença de 23 moradores. Foram utilizadas a apresentação em Power Point e o projetor como recurso para explanação dos temas: formação escolar básica, cursos de formações profissionais, Benefícios previdenciários, cooperativa e Microempreendedor Individual (MEI). Nos slides produzidos foram utilizadas imagens, textos com conteúdos sobre cada tema, informações compiladas e perguntas com objetivo de estimular debates para melhor compreensão dos assuntos (Figura 52).

Figura 52 - Ação Educativa Geração de Renda



Fonte: Acervo da equipe, 2018.

No que se refere à formação escolar básica, falou-se sobre a importância da continuidade desta como pré-requisito para acessar cursos profissionalizantes e o mercado de trabalho formal. Foi citado como forma de exemplificar a questão, o Centro Estadual de Educação Profissional em Tecnologia, Informação e Comunicação, localizado no Município de Lauro de Freitas, unidade mais próxima da Ocupação, que oferece cursos de educação básica e profissionalizante tais como: Programa de Educação Jovens e Adultos (PROEJA) - Educação básica concomitante ao profissionalizante para jovens e adultos que não concluíram o ensino médio, Educação Jovens e Adultos (EJA) - educação básica, e Educação Profissional Subsequente ao Ensino Médio (PROSUB) - para aqueles que concluíram o ensino médio.

Outro tema abordado foi relacionado aos cursos de formação profissional e a sua importância para valorização no mercado de trabalho formal. Apresentou-se critérios, períodos e algumas instituições que ofertam os cursos gratuitos, presenciais e a distância. Discutiu-se sobre a viabilidade de realização de cursos internos, ministrados pelos próprios moradores da Ocupação a partir de suas experiências e habilidades baseadas na profissão que o mesmo exerce. Os cursos internos foram almejados para serem realizados no casarão, espaço comum utilizado para atividades coletivas.

No que tange aos Direitos Previdenciários foram apresentadas as possibilidades de acesso, tipos de benefícios e critérios, conforme identificação do perfil dos possíveis beneficiários.

Foi abordado sobre as possibilidades de trabalhos autônomos na Ocupação a partir das habilidades e potencialidades existentes entre os moradores, como forma de garantir o acesso a renda, assim como complementar a mesma, como por exemplo vendas, construção civil, trabalhos manufaturados e coleta de resíduos. Com intuito de informá-los sobre a possibilidade da formalização o trabalho autônomo, apresentou-se o Microempreendedor Individual (MEI) e seus benefícios. Após a Ação Educativa ouviu-se relato de uma moradora que trabalha de maneira autônoma e que formalizou por meio do MEI.

Discutiu-se sobre o conceito e funcionalidade de uma Cooperativa. O tema decorreu de uma alternativa sugerida pelos moradores, do desejo em se organizarem e buscarem formas coletivas de geração de trabalho e renda. Após falar sobre o conceito de cooperativa, foi discutido com eles se esta seria uma alternativa viável para atender aos seus interesses. Os moradores consideraram que esta pode ser construída, desde que seja fortalecida a união dos que têm interesse de participar da cooperativa.

Diante da realidade dos moradores e da possibilidade de acessar serviços públicos e equipamentos sociais, falou-se sobre a importância de manterem os documentos pessoais atualizados e bem conservados. Outra questão abordada foram os meios pelos quais podem ter acesso ao comprovante de residência, sendo estes em associações de moradores, e instituições religiosas - desde que possuam CNPJ e carimbo - e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Dentre os resultados extraídos desta Ação Educativa estão as falas dos moradores, que reforçam a importância do curso profissionalizante para se especializar em uma determinada área e, assim, obter mais sucesso na busca por um trabalho. Alguns moradores se interessaram por maiores informações de como adquirir o MEI. A liderança informou ter feito aquisição de máquina de costura industrial com interesse em iniciar trabalho autônomo. Os moradores concordaram que ter acesso ao conhecimento traz benefícios para a vida pessoal, profissional e amplia a possibilidade de trabalhos, emprego e renda.

### 5.1.5. Circuito Cultural

Dando seguimento às ações de educação não-formal, a equipe após experimentar no território as metodologias descritas anteriormente, percebeu a importância de trazer o lúdico como forma de dar leveza às discussões e de engajar mais moradores a participarem das atividades propostas. Pensou-se em levar música, cinema e arte para a Ocupação Guerreira Maria Felipa como uma forma de sensibilizar e estimular o acesso à cultura, já que na Ocupação poucos desenvolvem atividades ligadas à arte.

#### a) Música

O formato utilizado para o desenvolvimento da atividade do Circuito Cultural - Música foi inspirado no Swing & Prosa realizado pelo Grupo Participa Salvador em 2015 no bairro Engenho Velho da Federação. Foram definidos temas, músicas e perguntas para a discussão que tem relação com o contexto vivido pelos moradores da Ocupação (Figura 53).

Figura 53 - Banda do Circuito Cultural Música



Fonte: Acervo da equipe, 2018.

As músicas selecionadas permeiam diversos gêneros e períodos, a fim de garantir que os presentes tivessem identificação com elas. Considerando que as atividades geralmente

ocorrem em um período de duas horas, foi definido um total de seis músicas e tempo máximo de 20 min para tocar e debater sobre os conteúdos. Elas foram:

- Xibom bombom - As meninas
- Nos Barracos da Cidade - Gilberto Gil
- Deixa o menino jogar - Natiruts
- Cidadão - Zé Geraldo e Renato Teixeira
- Alagados - Paralamas do Sucesso
- Firme e Forte - Psirico

A atividade ocorreu no dia 04 de setembro de 2018 e contou com a presença de 13 participantes<sup>15</sup>. Foram convidados o Urbanista Adam Martem e o Professor e Arquiteto Urbanista João Maurício para formarem a banda junto com Rodrigo Machado, membro da equipe. Houve um imprevisto para a chegada da equipe na Ocupação e a atividade programada para começar às 19h, teve início apenas às 20h, por conta disto, foi possível tocar e debater apenas as três primeiras músicas pensadas anteriormente e uma quarta sugerida pelo professor João Maurício, a música Lute de Edson Gomes.

Com a apresentação das músicas sugeridas pelo grupo, discutiu-se acerca do acesso à direitos e bens de consumo conquistados em função da política governamental a partir do ano de 2003, segundo fala dos ocupantes. Os moradores também trouxeram questões sobre a importância do voto eleitoral e dos representantes políticos que são escolhidos por meio dele e como isso pode diminuir a desigualdade entre as classes sociais.

A educação foi mencionada por alguns moradores como um instrumento de luta para solucionar os problemas sociais, a exemplo, o investimento na educação das crianças como contribuição na construção de um futuro mais justo no País. Foi feito um contraponto entre os direitos que temos garantidos nas leis vigentes e a necessidade de se lutar para acessá-los. Para os moradores a luta não deve se limitar ao âmbito individual, mas sim ao coletivo, como é realizado na Ocupação Guerreira Maria Felipa. Alguns moradores também falaram sobre a necessidade de lutar e pensar a coletividade além dos familiares e vizinhos, abrangendo a todos cidadãos que estão na mesma situação (Figura 54).

---

<sup>15</sup> Por conta de conflitos ocorridos na Ocupação e do atraso da equipe, houve desmobilização dos moradores interferindo na quantidade de participantes normalmente presentes nas atividades desenvolvidas pela equipe.

Figura 54 - Lateral do Casarão com citação de moradora da Ocupação



Fonte: REIS, 2018; Elaborado pela equipe, 2018.

A atividade foi de grande relevância, despertando o interesse dos moradores presentes, que a consideraram uma maneira leve de finalizar o dia, mesmo debatendo sobre temas que retratam a difícil realidade vivenciada. Ao final sugeriram que mais atividades do mesmo caráter fossem realizadas.

## **b) Cinema**

A primeira sessão de Cinema ocorreu no dia 11 de setembro de 2018 e contou com a presença de 21 (vinte e um) participantes. Considerando a importância dos temas ambientais para a realidade da Ocupação Guerreira Maria Felipa, foram escolhidos 7 pequenos curtas, com duração média de 2 minutos cada, elaborados pelo Instituto Akatu disponíveis na plataforma do YouTube, chamados de Consciente Coletivo (Figura 55 e Figura 56). Os vídeos apresentam discussões relativas ao consumo consciente, disponibilidade e utilização dos recursos naturais, como as relações e ações coletivas interferem positiva e negativamente no meio ambiente e ao final apresentam ações coletivas e individuais que auxiliam a preservação do meio ambiente.

Figura 55 - Imagem da animação Consciente Coletivo Instituto Akatu



Fonte: CONSCIENTE..., 2010.

Figura 56 - Exibição do filme no Circuito Cultural Cinema



Fonte: Acervo da equipe, 2018.

A partir da exibição dos vídeos, discutiu-se sobre a importância da sensibilização e conscientização quanto às questões ambientais e sobre os impactos das ações antrópicas no ambiente, seja negativa ou positivamente. Temas como consumo consciente de bens e

serviços, água e energia foram abordados, bem como o processo produtivo desses bens, do abastecimento e tratamento da água e como ela chega encanada para consumo, e a produção energética.

Ao final, a série de vídeos traz alternativas de boas práticas que auxiliam na manutenção positiva do meio ambiente e reforça a importância de uma ação em cadeia, com participação de todos.

### **5.1.6. Mão na Massa**

A atividade, que foi intitulada Mão na Massa, foi pensada para que algo fosse construído na Ocupação, sendo que os moradores demonstraram interesse pela construção de um Espaço Comum e de Fossa Bananeira modelo em um dos lotes. Até o momento apenas o Espaço Comum, um espaço de lazer para crianças e convivência para crianças e adultos foi construído. Apesar da Fossa de Bananeira ter interessado aos moradores, na apresentação da equipe de residentes no Seminário Interno II, foi questionado se essa solução para o esgotamento sanitário seria a mais adequada a realidade da Ocupação. Sendo assim, está prevista discussão de outra alternativa, a fossa séptica de evapotranspiração, na etapa de trabalho que ocorrerá em 2019 para entender coletivamente qual solução terá melhores resultados na Ocupação.

#### **a) Construção de Espaço de Lazer e Convivência**

A primeira atividade do Mão na Massa foi a Construção de Espaço de Lazer e Convivência, sendo a escolha por este espaço para direcionar os esforços da equipe às crianças, que apesar de não serem o foco das ações na comunidade se mostram um grande potencial no que tange ao interesse na participação e no interesse pelos temas.

A decisão sobre os materiais a serem usados levou em consideração as imagens levadas aos moradores no dia da Ação Educativa de Espaços Comuns que trazia estruturas parecidas, construídas com materiais que eles acessam facilmente, como *pallets* e pneus.

A marcação do dia do Mão na Massa levou em consideração a disponibilidade da liderança, dos moradores, da equipe e do tempo necessário para execução do que foi planejado. Marcou-se então no sábado, dia 29/09/2018, às 14h, contando que os moradores conseguiriam os materiais com antecedência e fariam a limpeza e pintura dos pneus um dia antes (Figura 57 a Figura 60).

Ocorreram diversos conflitos durante a semana com a relação à dificuldade que eles apresentaram para conseguir alguns materiais, a falta de iniciativa de alguns moradores, a centralização das ações e tomadas de decisão pela liderança e a indisponibilidade de moradores que possuem carro para os buscarem. Deixou-se claro desde o início que o programado não seria realizado caso não conseguissem os materiais e após várias idas e vindas, eles conseguiram e fizeram a limpeza e pintura dos pneus.

As crianças tiveram um papel fundamental no processo de construção do Espaço de Lazer, ajudaram os adultos no dia anterior a limpar e pintar os pneus e assim como no dia da Ação contribuíram no que tinham habilidade em diversas etapas, tais como: coleta de resíduos espalhados pela área, montagem dos pneus usados no espaço, e organização do material utilizado.

Como forma de registrar o momento a equipe convidou a fotógrafa Diana Reis, que se dispôs a colaborar com o processo. Além de fotografar a integração dela com as crianças foi de grande valia e resultou em ótimos registros realizados pelas crianças. Essas fotos estão previstas para serem entregues aos moradores na finalização das atividades da equipe este ano por meio da RAU+E, após a realização de uma atividade de exposição e integração entre os moradores e a equipe.

Figura 57 - Separação de pneus para construção do Mão na Massa



Fonte: REIS, 2018.

Figura 58 - Crianças participando da construção do Mão na Massa



Fonte: REIS, 2018.

Figura 59 - Construção do Mão na Massa



Fonte: REIS, 2018.

Figura 60 - Finalização da construção Mão na Massa



Fonte: Crianças da Ocupação Guerreira Maria Felipa, 2018.

### 5.1.7. Outras ações

Para facilitar a comunicação com os moradores foi criado um grupo no aplicativo *whatsapp*, com finalidade inicialmente pensada para marcar e confirmar a realização de reuniões. Percebendo a interação que ocorria no grupo do aplicativo ao final das ações realizadas pela equipe e o interesse por compartilhar dados e informações relacionadas a elas, a equipe percebeu a potencialidade do aplicativo como forma de complementar e fomentar outras discussões por meio de textos, imagens e vídeos.

Como consequência, na semana que sequenciava as Ações Educativas foram enviados vídeos e fotos que se relacionavam com os temas abordados. A interação dos moradores no aplicativo começou a passar por outros temas que complementavam as discussões realizadas e organização das atribuições de cada morador para que as ações previstas ocorressem na Ocupação.

### 5.1.8. Ações previstas

Considerando o tempo estabelecido para finalização da especialização, algumas atividades programadas não foram realizadas. Estas serão retomadas após a defesa final dos integrantes e pretendem contemplar outra sessão de Cinema, com tema a ser definido. Uma

oficina de artesanato para elaboração de molduras que os moradores poderão levar para casa com fotos, em conjunto com uma exposição de fotografias e outro Mão na Massa que atenderá a demanda dos moradores apresentada na Ação Educativa de Saneamento.

## **6. PROPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS QUESTÕES URBANAS**

Acredita-se que há a necessidade de continuidade das ações relativas às Questões Urbanas, dando ênfase na ludicidade e na coletividade. Considerando as informações que foram pontuadas nos itens anteriores, tendo em vista que os moradores estão no processo de luta por seus direitos, entende-se que o trabalho de assessoria na Ocupação Guerreira Maria Felipa, até este momento não alcançou seu objetivo final.

Assim como pontuado por Carneiro (2009), acreditamos que “este trabalho entende a construção das cidades como uma relação complexa entre muitas práticas sociais que interagem entre si.” Considerando isso, foi não só de extrema importância, mas enriquecedor, a equipe ser constituída de profissionais com formações e visões distintas que interagiram e se complementaram ao analisar o espaço urbano.

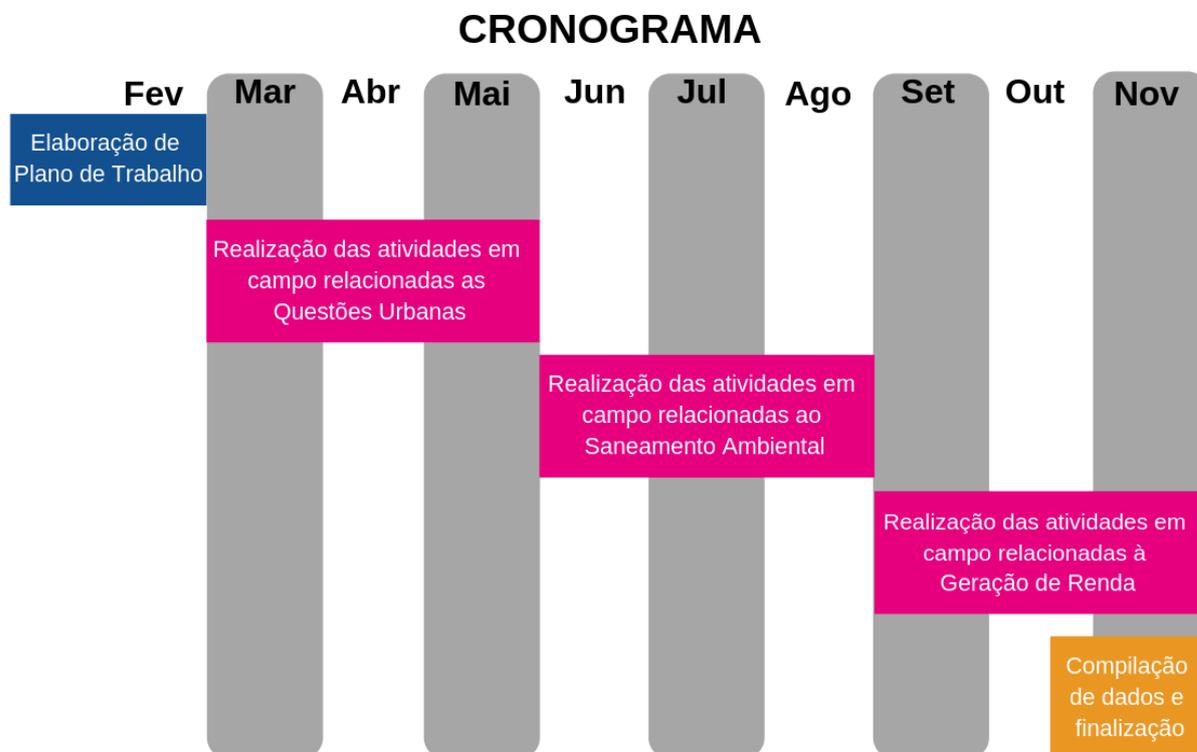
Na continuidade do trabalho outros profissionais poderão contribuir com o desenvolvimento das propostas e outras questões precisarão ser tratadas, como condições mínimas de infraestrutura que devem ser providas pelo poder público e a relação de capacidade *versus* demanda. Também devem ser aprofundadas as análises com maior detalhamento aspectos relacionados à mobilidade e acessibilidade, a exemplo de um levantamento das vias e caminhos indicando a qualidade e dimensões, assim como uma análise das distâncias à pé confortáveis para caminhar. Aspectos relativos à meios de transporte para se chegar a escola e sua adequabilidade também devem ser verificados.

No que tange a Iluminação comum (dentro da Ocupação) e pública (fora da Ocupação), faz-se necessária uma análise mais aprofundada que mostre a sua distribuição, impacto e possíveis alternativas para torná-la mais segura, eficaz e eficiente.

A finalização do processo iniciado este ano se dará em dezembro. No início de 2019 será dado seguimento ao processo, com a elaboração de um novo plano de trabalho, o tempo destinado para discutir cada tema dependerá de serem angariados fundos ou não, mas pensa-se em discutir cada tema proposto em um tempo máximo de um mês. Dessa maneira será possível conectar as discussões com cada proposta dentro de uma ação continuada de formação comunitária que também permita construir com os moradores uma análise mais ampliada do entorno. Essas ações serão realizadas em conjunto com as atividades relacionadas ao Saneamento Ambiental e a Geração de Trabalho e Renda trabalhada por profissionais residentes da equipe.

## 7. CRONOGRAMA/ORÇAMENTO

Figura 61 - Cronograma de atividades na Ocupação Guerreira Maria Felipa em 2019



Fonte: Elaborado pela equipe, 2018.

Quadro 2 - Quadro de equipe para desenvolvimento do projeto

<b>Formação/ Função</b>	<b>Experiência Exigida</b>	<b>Tempo Mínimo de Formação</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Tempo Trabalho (horas)</b>
Pedagogo	Elaboração de metodologias participativas, voltadas para Educação Não-Formal.	> 2 (dois) anos.	01	180
Assistente Social	Realização de assessoria técnica voltada para educação não-formal relacionadas a questões que geração de trabalho e renda envolvendo mobilização e participação comunitária.	> 2 (dois) anos.	01	180
Bacharel em Urbanismo	Realização de assessoria técnica para educação não-formal relacionadas à questões urbanísticas envolvendo metodologias participativas.	> 2 (dois) anos.	01	180
Engenheira Ambiental e Sanitarista	Realização de assessoria técnica voltada para educação não-formal relacionadas ao Saneamento Básico e Ambiental.	> 2 (dois) anos.	01	180
Designer	Profissional que tenha conhecimento nos softwares InDesign e Photoshop para realização de peças gráficas.	> 2 (dois) anos.	01	180
Estagiários	Estagiários das áreas de Serviço Social, Urbanismo e Engenharia Ambiental e Sanitária		3	180

## Referências

ALVES, Rubens. **O amor que acende a Lua**. 8ª Ed. Editora Papirus. São Paulo, 2003.

AMANAJÁS, Roberta; KLUG, Letícia. Direito à Cidade, cidades para todas e estrutura sociocultural urbana. In: COSTA, Marco Aurélio; MAGALHÃES, Marcos Thadeu Queiroz; FAVARÃO, Cesar Bruno (Org.). **A Nova Agenda Urbana e o Brasil: Insumos para sua construção e desafios a sua implementação**. Brasília: Ipea, 2018. Cap. 2. p. 29-44. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180529\\_a\\_nova\\_agenda\\_urbana\\_e\\_o\\_brasil.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180529_a_nova_agenda_urbana_e_o_brasil.pdf)>. Acesso em: 27 nov. 2018.

ARAÚJO, D.; ROCHA, E.; GOMES, J.; STANZIOLA, L.; PESSOA, T.; Membros dos Guerreira Maria. **A Luta da Guerreira Maria pelo Direito à Cidade**. Artigo ainda não publicado, mas fornecido por membros que elaboraram a título de pesquisa. Página 1 – 15, Salvador, BA, 2017.

ARAÚJO, Heloísa Oliveira de; FERNANDES, Rosali Braga. Las políticas de la vivienda en Brasil. **Derecho A La Vivienda y A La Ciudad**, Madrid, n. 6, p.122-157, 2010.

BARRETO, Renée Buzahr Fontes. **Pós-Regularização Fundiária: Transformações no ambiente construído de ocupações informais tituladas, em Salvador-BA (2002-2010)**- Dissertação de Mestrado PPGAU, 2012

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 5 de outubro de 1988.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001. **Estatuto da Cidade**: Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Publicada no DOU de 17.6.2005.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.888, de 24 de Dezembro de 2008. **Assegura às famílias de baixa renda Assistência Técnica Pública e Gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005**. Brasília, 24 de dezembro de 2008. Disponível: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11888.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11888.htm)>. Acesso em: 10 de setembro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Política habitacional e a integração de urbanização de assentamentos precários: parâmetros conceituais, técnicos e metodológicos**. Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação. Brasília, 2008. Disponível em: <[www.cidades.gov.br](http://www.cidades.gov.br)>. Acesso em: 9 mai. 2014.

CAMPOS FILHO, Candido Mal. **Reinvente seu Bairro: Caminhos para você participar do planejamento de sua cidade.** 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2010. 224 p.

CARNEIRO, Daniel Marostegan e. **A construção das cidades: processos educativos em uma transformação urbana.** 2008. 172 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

CONSCIENTE Coletivo (Série). Realização de Instituto Akatu, Canal Futura e A Hp do Brasil. 10 episódios. São Paulo, 2010. son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IBuJHI-PTYc&list=PL66CCA3EE20459CF3>>. Acesso em: set. 2018.

Department of Transportation. **Making Safer Streets.** Nova Iorque, 2013. 27 p. Disponível em: <<http://www.nyc.gov/html/dot/downloads/pdf/dot-making-safer-streets.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

DIEESE (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS). **Metodologia da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos.** São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica2016.pdf>>. Acesso em: 20/04/2016.

ESPINHEIRA, Gey. **A cidade invisível e a cidade dissimulada.** In: Quem Faz Salvador?/ Paulo Costa Lima e Ana Maria de Carvalho Luz. Universidade Federal da Bahia, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 3, 1987.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. E-PUB.

GEHL, Jan. **Cidade Para Pessoas.** 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. 262 p.

GEHL, Jan; SVARRE, Birgitte. **A Vida na Cidade: Como estudar.** São Paulo: Perspectiva, 2018. 184 p.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política.** São Paulo: Cortez, 1999.

GORDILHO-SOUZA, Angela. **Limites do Habitar.** 2. ed. Salvador: Edufba, 2008. 496 p.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades.** 3. ed. São Paulo: Editora Wmf Martins Fontes, 2011. (Coleção cidades).

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

MAGALHÃES, Alex Ferreira. **O Direito das Favelas**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. 462 p.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. 3. ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2014.

MASCARÓ, Juan Luis. **Loteamentos urbanos**. 2. ed. Porto Alegre: Masquatro Editora, 2005.

Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação. **Urbanização de Favelas: a experiência do PAC**. Brasília, 2010. Disponível em: <[www.cidades.gov.br](http://www.cidades.gov.br)>. Acesso em: 9 mai. 2014.

MIRANDA, Luiz Cezar dos Santos. **Vizinhos do (in)conformismo: O Movimento dos Sem Teto da Bahia entre a hegemonia e a contra-hegemonia**. 2008. 162 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2008.

Organização das Nações Unidas (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Assembleia Geral da ONU. Paris, 1948. Disponível em: <[https://declaracao1948.com.br/declaracao-universal/declaracao/?gclid=Cj0KCQiA8\\_PfBRC3ARIsAOzJ2uqS\\_58B2Ts5pUYoqcZruxuRm5eW6dX\\_ySLIZgJ1ovrRDxz5ZYa0SzYaAmG5EALw\\_wcB](https://declaracao1948.com.br/declaracao-universal/declaracao/?gclid=Cj0KCQiA8_PfBRC3ARIsAOzJ2uqS_58B2Ts5pUYoqcZruxuRm5eW6dX_ySLIZgJ1ovrRDxz5ZYa0SzYaAmG5EALw_wcB)>. Acesso em: 27 nov. 2

SALVADOR. Prefeitura Municipal de Salvador. **Lei nº 3.525/85: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador (PLANDURB)**. Prefeitura Municipal, Salvador, 1985.

SAMPAIO, Antonio Heliodório Lima. **Formas Urbanas: cidade real & cidade ideal contribuição ao estudo urbanístico de Salvador**. 2. ed. Salvador: Quarteto, 2015. 542 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa; CHAÚÍ, Marilena. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2014. E-PUB.

SANTOS, Maria Elisabete Pereira dos (et. al.). **Atlas sobre o direito de morar em Salvador**. Salvador: Ufba, Escola de Administração, Ciags: Faculdade 2 de Julho, 2016. 196 p.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. 120 p. (Coleção Milton Santos; 12).

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2006 *apud* RANGEL, Helano Márcio Vieira; SILVA, Jacilene Vieira da. **O Direito Fundamental à moradia como mínimo existencial, e a sua efetivação à luz do Estatuto da Cidade**. Veredas do Direito, Belo Horizonte, v. 6, n. 12, p.57-78, jul./dez.2009. Disponível em : <http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/viewFile/77/132>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

SOUZA, Marcelo Lopes de; RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento urbano e Ativismos Sociais**. São Paulo: Unesp, 2004. 136 p. (Coleção Paradidáticos - Série sociedade, espaço e tempo). e-PUB.

REIS, Diana de Oliveira Souza. **Fotos Mão na Massa - Ocupação Guerreira Maria Felipa 29 de setembro de 2018**. Salvador, 2018.

TOSTA, Aline Oliveira. **A dimensão espacial do direito à cidade: acesso à equipamentos públicos e infraestrutura no Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana de Salvador (2009 - 2015)**. 2016. 142 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.